UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

TERRITÓRIOS DE VIDA E TRABALHO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE QUEIJO DA SERRA DA CANASTRA: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO CAMPONESA E ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS NAS NASCENTES DO RIO SÃO FRANCISCO, MINAS GERAIS.

CRISTIANO BARBOSA

UBERLÂNDIA/MG
2007

CRISTIANO BARBOSA

TERRITÓRIOS DE VIDA E TRABALHO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE QUEIJO DA SERRA DA CANASTRA: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO CAMPONESA E ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS NAS NASCENTES DO RIO SÃO FRANCISCO, MINAS GERAIS.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Júnior

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CRISTIANO BARBOSA

TERRITÓRIOS DE VIDA E TRABALHO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE QUEIJO DA SERRA DA CANASTRA:

UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO CAMPONESA E ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS NAS NASCENTES DO RIO SÃO FRANCISCO, MINAS GERAIS.

Professor Dr. João Cleps Júnior (Orientador)

Membro Titular Externo: Prof.(a) Dr. (a)

Membro Titular Interno: Prof.(a) Dr.(a)

Data: _____/_____ de _____

Resultado: _____

Para Juliana Penna, minha esposa, e para os camponeses da Serra da Canastra.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. João Cleps Júnior pela orientação e confiança, e por ter me dado total autonomia e liberdade para conduzir esta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão pelas contribuições e palavras de incentivo, pela poesia e amizade. Além dos saberes acadêmicos, aprendi com ele a ser mais humano, humilde, companheiro e solidário.

Ao Prof. Dr. João Marcos Alem, que muito colaborou com este trabalho, obrigado pelas sugestões valiosas, por ter participado das bancas de defesa de projeto e de qualificação, pelo carinho e pela amizade.

Ao Prof. Dr. Rosselvelt José Santos pelas importantes sugestões feitas na etapa de qualificação da pesquisa.

À Profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa pelo apoio e pelas indicações de referências que tratam do tema dessa pesquisa na Geografia.

À CAPES pela concessão da bolsa de mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, aos seus professores e servidores que colaboraram com o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos colegas pesquisadores do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), do Instituto de Geografia da UFU, pelo companheirismo e sugestões, em especial a Raphael Medina, Marcelo Chellotti, Joelma e Lucimeire.

Aos moradores e lideranças políticas de São Roque de Minas e Vargem Bonita, pelas informações e documentos cedidos, em especial a João Carlos Leite, presidente da SAROMCREDI; André Picardi, secretário municipal de Meio Ambiente de São Roque de Minas e líder da Frente Popular em Defesa da Canastra; Renilda, proprietária do Hotel Chapadão da Canastra; Sr. Antônio Francisco de Farias, “Antônio do Chico”, por ter disponibilizado seu acervo fotográfico e pelos três livros que me deu de presente sobre a história de São Roque de Minas; e a todos os demais entrevistados.

Aos amigos de Pirapora, Rodrigo, Joyce e Graça, pelas contribuições e incentivos. Aprendi muito compartilhando com vocês minhas reflexões sobre os homens e mulheres que vivem nas margens do rio São Francisco.

À Andréa Narciso, minha amiga e orientadora, sua presença foi fundamental ao longo de toda essa trajetória. Obrigado pelas contribuições acadêmicas e de vida.

À Sandra Dumont, minha amiga e colega de mestrado, pelas palavras certas nas horas que eu mais precisei.

A todos os meus amigos de Uberlândia que conviveram comigo esse período de pesquisa e me deram apoio e estímulo, em especial Sérgio “Guri”, Gigliola, Jair, Ludmila, Luciana Branco, Wadson, Alcinete, Claúdia, Francine, Maria Bastos, Vânderson, Margareth “Margô”, Rachel Brito, Liliana e Fernanda Bevilaqua.

Ao casal Júlio e Maria Nilce Penna, meus sogro e sogra, pelo incentivo e pela tradução do resumo deste trabalho.

Aos camponeses da Serra da Canastra, que abriram suas porteiras e corações, relatando suas histórias de alegria e tristeza. Obrigado pela hospedagem, alimentação e pelo carinho. Agradeço especialmente a Sr. *Zezico* e Dona Maria, proprietários da fazenda Cachoeirinha, minha base de pesquisa; e a Sr. Clementino e Dona Maria, moradores da comunidade rural das Buracas (São Roque de Minas); ao seu filho João Batista, atualmente residente em Uberlândia, que deu várias sugestões de entrevistas e tornou-se também sujeito desta pesquisa.

Ao Eduardo Bevilaqua pela amizade e pelo exemplo de profissionalismo, determinação, cidadania e solidariedade. Obrigado por ter colaborado na minha formação técnica e política. Grande parte das reflexões que faço nesta pesquisa foi estimulada por você.

Ao meu amigo Maurício Goulart, que hoje é meu irmão, pelas importantes sugestões, revisão de texto, palavras de incentivo e carinho. Sem você eu não teria conseguido. Nossa amizade é uma das melhores coisas que tenho na vida.

À Juliana Penna, minha esposa, pela paciência e incentivo. Com você a vida fica mais bonita e feliz.

Aos meus pais, Mário e Elzi, pelo carinho e exemplo de honestidade e humildade. O que tenho de bom devo a vocês.

Gente lavando roupa, amassando pão
Gente pobre arrancando a vida com a mão
No coração da mata, gente quer prosseguir
Quer durar, quer crescer, gente que luzir
(Caetano Veloso)

RESUMO

Este trabalho discute as relações entre agricultura camponesa e as áreas naturais protegidas. O território como tema central de investigação da Geografia está presente em estudos que buscam compreender as dinâmicas socioprodutivas do espaço. Neste cenário de pesquisa, o estudo analisa a relação entre os pequenos produtores de queijo e o Parque Nacional da Serra da Canastra. Essa unidade conservação, localizada na região centro-oeste do Estado de Minas Gerais, foi criada em 1972, pelo Decreto Lei n.° 70.355, numa área de 200.000 hectares e que hoje possui apenas pouco mais de 1/3 da sua área original. A proposta de ampliação do parque, apresentada em 2005, provocou um acirrado conflito entre a população local e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Esse órgão ambiental aprovou um novo plano de manejo, que ratifica a necessidade de regulamentação da área original e estabelece uma faixa de 10 km no entorno do parque. A exploração do turismo, ecológico e rural, e a modernização da produção do queijo, visando à obtenção do selo de certificação de origem, são apontadas como estratégicas econômicas que podem associar conservação dos recursos naturais e geração de trabalho e renda para as famílias camponesas. Os defensores da tese de que a retirada das pessoas do parque não garantiria a sua proteção, acreditam que os interesses ambientais, agropecuários e turísticos podem ser conciliados. Nosso objetivo é verificar sob quais condições políticas, econômicas e sociais os camponeses poderão permanecer no território de ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra. Nesse sentido, o trabalho aponta os principais obstáculos a serem superados para que os camponeses permaneçam nesse território.

Palavras-chave: Território, Produção Camponesa, Unidade de Conservação, Parque Nacional da Serra da Canastra.

ABSTRACT

This research deals with the relationships between peasant agriculture and protected environmental areas. The terrain, as central issue of investigation in Geography, is present in studies aimed at the understanding of the dynamics involving the social and productive aspects of occupied spaces. In this research scenario it is analyzed the relationship between small-scale dairy producers and the National Park of Serra da Canastra. This environmental unity, located in the central west region of the state of Minas Gerais, Brazil, was created in 1972, by the act of the law 70.355, encompasses 200.000 ha but nowadays occupies a little more than a third of its original area. The proposal to expand the area of the park presented in 2005 provoked a conflict between the local population and the environmental Brazilian agency (Brazilian Environmental and Renewable Natural Resources Institute - IBAMA). The government agency approved a new plan to manage the area and ratify the need to regulate the original area as well as to establish a 10 km land stripe encircling the park. Ecological and Rural tourism exploitation, along with a more modern line of cheese production aiming at obtaining the origin stamp certification, are pointed out as economics strategies that can be associated towards both natural resources conservation and new generation of work and income for peasant families. The ones, who support the thesis that the withdrawn of people out of the park would not guarantee their protection, believe that all interests, environmental, farming, cattle raising and tourism may be conciliatory. Our objective is to verify under what political, economical and social conditions the peasants could remain in such extended territory. This research points out the main obstacles to be overcome so that the peasants can live in this territory.

Key-words: Territory occupation, Peasant survival, Conservation unit, National Park of Canastra.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização da área de pesquisa..... 8
Figura 2 – Localização das propriedades pesquisadas..... 9
Figura 3 – Avanço da cafeicultura sobre as terras de pastagens..... 17
Figura 4 – Cooperação entre os sexos na fabricação de queijos..... 21
Figura 5 – Atividades domésticas de domínio feminino..... 22
Figura 6 – Famílias camponesas..... 23
Figura 7 – Divisão das terras de pastagem e de plantio..... 26
Figura 8 – Carros-de-boi em São Roque de Minas (1936)..... 55
Figura 9 – Manejo de pastagem tradicional na Serra da Canastra..... 56
Figura 10 – Vargem Bonita no início da década de 1940..... 59
Figura 11 – Exploração de garimpo nas margens do rio São Francisco, em Vargem Bonita (década de 1940)..... 60
Figura 12 – Habitações de garimpeiros em unidades produtivas camponesas (década de 1950)..... 61
Figura 13 - trabalho camponês na exploração de diamantes (1963)..... 62
Figura 14 – Licenças de pesquisa mineral no território do PNSC..... 66
Figura 15 – Uso da terra condicionado pela declividade do terreno..... 67
Figura 16 – Delimitação do Circuito Turístico da Canastra..... 76
Figura 17 – Vista do vale do Boqueirão do alto da cachoeira Casca D'Anta..... 78
Figura 18 – Interações espaciais entre turismo e campesinato no vale do Boqueirão..... 79
Figura 19 – Proximidade espacial entre unidade de conservação, pousada e propriedade camponesa..... 81
Figura 20 – Sítio de lazer no vale do Boqueirão..... 84
Figura 21 – Vista da cachoeira Casca D'anta..... 86
Figura 22 – Turista aprendendo a ordenhar..... 87
Figura 23 – Organização dos espaços de trabalho e de lazer na fazenda Cachoeirinha..... 89
Figura 24 – Território do queijo canastra..... 92
Figura 25 – Curral e queijeiras em propriedades camponesas..... 93

Figura 26 – Curral e queijeira adequados às normas sanitárias..... 94
Figura 27 – Escoamento da produção feita pelos queijeiros..... 97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População dos municípios do entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra (2000)..... 13

Tabela 2 – Utilização das terras do entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra (1995/1996)..... 15

Tabela 3 – Distribuição de área entre pecuária leiteira e de corte em 2003..... 16

Tabela 4 – Estabelecimentos rurais do entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra, por grupo de área total (1995)..... 18

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

EMATER – Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis

IEF – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais

IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MDS – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PNSC – Parque Nacional da Serra da Canastra

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAROMCRECI – Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas

SEBRAE/MG - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 1

CAPÍTULO 1 – APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E A TERRITORIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA NA SERRA DA CANASTRA..... 5

1.1. Procedimentos metodológicos e caracterização socioespacial da área da pesquisa..... 5

1.2 – O entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra..... 12

1.3 A produção camponesa na Serra da Canastra: caracterização dos sujeitos da pesquisa..... 19

1.4 - A apropriação da natureza e os conflitos no território da Serra da Canastra..... 30

1.4.1. O debate acerca das questões ambientais e a contribuição da Geografia..... 30

1.4.2 – O território como categoria central na compreensão da questão ambiental..... 36

1.4.3 – Os conflitos em Unidades de Conservação: princípios político-ideológicos que orientam a disputa pelo território da Serra da Canastra..... 39

CAPÍTULO 2 – O TERRITÓRIO DA SERRA DA CANASTRA: O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO E USO DOS RECURSOS NATURAIS..... 44

2.1 - Histórico de ocupação e a produção camponesa no território da Serra da Canastra.. 44

2.2 - A estruturação do sistema socioprodutivo camponês no Vale do Boqueirão, São Roque de Minas, Serra da Canastra..... 51

2.3 - A inserção da mineração no território da Serra Canastra e os impactos sociais e naturais..... 58

CAPITULO 3 – TURISMO E QUEIJO CANASTRA: OS DESAFIOS ENTRE EXPLORAR E CONSERVAR..... 72

3.1 - O processo de territorialização do turismo na Serra da Canastra..... 73

3.1.1 - Pousadas e sítios de lazer: as relações socioespaciais entre agentes de turismo e os camponeses no vale do Boqueirão..... 80

3.1.2 - A exploração das propriedades e da força de trabalho camponesas pelo turismo..... 86

3.2 - O território do queijo canastra: ameaças e desafios da modernização da produção... 90

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 99

REFERÊNCIAS..... 104

ANEXOS –..... 111
1 - Roteiro para pesquisa de campo..... 111

INTRODUÇÃO

A degradação dos recursos naturais nesses últimos anos, em especial os do Cerrado brasileiro, caminhou junto com o avanço das forças produtivas do capitalismo no campo. Terras antes inviáveis para a agricultura comercial tornaram-se altamente produtivas, uma vez que as condições técnicas e estruturais que permitiram essa ocupação foram providas pelo Estado, em parceria com o capital privado. As características físicas do Cerrado, como topografia plana e disponibilidade hídrica, somadas ao desenvolvimento tecnológico, que corrigiu as deficiências nutritivas do solo e criou cultivares adaptados a esse ambiente de savana, possibilitou uma rápida transformação dessa paisagem. Além da destruição de ambientes naturais, esse processo concentrou terra, renda e poder, expulsando do campo grande contingente de camponeses.

Na bacia hidrográfica do rio São Francisco, a modernização da agricultura provocou a o desaparecimento/extinção de extensas áreas nativas de Cerrado na região Norte de Minas, retirando os camponeses de suas terras ou subjugando-os aos interesses do capital agroindustrial. O plantio de florestas exóticas nessa região, para abastecer de carvão as indústrias siderúrgicas, destruiu as nascentes de vários afluentes são-franciscanos, comprometendo, em grande medida, a navegabilidade do rio e o abastecimento de água da região Nordeste do país. Em reação a esses impactos, o governo federal, pressionado pelos movimentos ambientalistas, criou, em 1972, o Parque Nacional da Serra da Canastra – PNSC.

A criação dessa unidade de conservação, na região Centro-Oeste de Minas Gerais, foi um processo moroso e conturbado. O Estado teve muitas dificuldades em negociar a saída dos grandes latifundiários e camponeses da área e, em alguns casos, teve que usar de força policial para retirar os proprietários rurais mais resistentes (OLIVEIRA, 1992). Depois de várias discussões políticas, o território de 200.000 hectares, previsto originalmente, foi reduzido, em

1976, para 71.325 hectares. No entanto, a efetiva desocupação desse espaço ocorreu somente em 1979. A lentidão das indenizações e os embates na retirada dos habitantes desse território criaram sentimentos de revolta em relação ao Parque e, conseqüentemente, ao seu proponente (o Estado), representado pelo IBAMA.

Atualmente (2007), o conflito ressurge com a proposta de ampliação dos limites do PNSC. Em 2005, o IBAMA aprovou um novo plano de manejo que resgata o interesse pelos 200.000 hectares originais. Nos últimos 30 anos, com a acelerada devastação do Cerrado e a discussão acerca da transposição das águas do rio São Francisco, tem vindo a debate a necessidade de garantir sua proteção e sua recuperação ambiental. No que tange ao PNSC, isso reforça o ponto de vista do órgão ambiental federal e dos movimentos ambientalistas de caráter preservacionista, segundo o qual somente o aumento dessa unidade de conservação e a retirada das atividades econômicas da área garantirão a preservação daquela natureza (IBAMA, 2005). Opondo-se a essa visão, estão entidades políticas locais, empresários dos setores rural e de turismo, ambientalistas de orientação ideológica socioambientalista e camponeses, defendendo a compatibilidade entre desenvolvimento econômico e conservação do meio ambiente.

Diante desses conflitos de ordem político-ideológica, torna-se relevante estudar e compreender o processo territorialização na Serra da Canastra, de modo a identificar os fatores políticos, econômicos e culturais que condicionam o uso dos recursos naturais pelos camponeses. Dessa forma, pretende-se apontar os desafios de se compatibilizar desenvolvimento socioeconômico e proteção do meio ambiente para que esses sujeitos sociais possam permanecer na área. Para se alcançar esse objetivo, a dissertação foi estruturada em três capítulos.

No **Capítulo 1**, apresenta-se as discussões teóricas e os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa, bem como a identificação e caracterização da área de estudo. Em

seguida, são descritas as características gerais dos municípios do entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra e da produção camponesa, de modo a evidenciar suas especificidades, para que possamos compreender a lógica que o opera a organização dos espaços de vida e trabalho desses sujeitos sociais. Neste capítulo é feita uma discussão teórico-metodológica em relação à questão ambiental e o território pela Geografia na atualidade, buscando delinear os principais marcos e embasamento da pesquisa Concluindo o capítulo, são confrontadas as características básicas das duas principais vertentes político-ideológicas do movimento ambientalista no Brasil sobre a criação de unidades de conservação da natureza, visando entender a correlação de forças em jogo no conflito gerado pela proposta de ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra.

No **Capítulo 2**, o objetivo é descrever o processo de ocupação do território da Serra da Canastra, iniciada a partir do século XVIII, destacando o papel desempenhado pela produção camponesa no processo de apropriação desse espaço. Em seguida, discorremos sobre a estruturação do sistema socioprodutivo camponês no vale do Boqueirão, principal área de estudo, apontando as principais mudanças político-econômicas ocorridos ao longo do século XX que provocaram alterações na relação desses sujeitos sociais com o meio em que vivem, com destaque para a exploração mineral, iniciada na década de 1930, culminando com a criação do Parque Nacional, em 1972.

Por fim, no **Capítulo 3**, analisaremos os elementos que norteiam a atual disputa territorial, apresentando os principais argumentos defendidos pelos representantes políticos locais, que defendem que as atividades humanas devem permanecer na área de ampliação do parque. O turismo ecológico e a modernização da produção do queijo canastra, visando a obtenção da certificação de origem desse produto, são apontados como alternativas para as famílias (camponesas) que habitam esse território em disputa. Dessa forma, vislumbra-se a conciliação entre geração de trabalho e renda, e proteção dos recursos naturais. Nesse sentido,

queremos evidenciar os principais interesses que estão em jogo, apontar os conflitos pelo uso da terra e verificar se é possível compatibilizar exploração econômica e proteção dos recursos naturais. Nosso foco de análise são os camponeses, os principais habitantes desse espaço, que para permanecerem em suas propriedades precisam adequar seu sistema produtivo às normas ambientais e às exigências do mercado. Assim, pretende-se investigar/analisar as condições políticas, econômicas e sociais para essa adaptação.

CAPÍTULO 1 – APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E A TERRITORIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA NA SERRA DA CANASTRA

1.1. Procedimentos metodológicos e caracterização socioespacial da área da pesquisa

O foco desta pesquisa está na identificação e análise das práticas socioespaciais de apropriação e uso dos recursos naturais, de camponeses residentes num território disputado por ambientalistas, técnicos do governo, empresários do turismo, do agronegócio e da mineração, entre outros.

Esses sujeitos, quando ocupam e transformam o espaço, estabelecem uma relação dinâmica com a natureza, criando vínculos concretos e subjetivos que os tornam interdependentes e indissociáveis. A partir dessa premissa, a orientação teórico-metodológica dessa investigação se fundamenta em estratégias, conceitos e técnicas da pesquisa qualitativa, que para Chizzotti (1991) é:

> A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 1991, p.78)

Para alcançar os objetivos propostos, foram dados os seguintes passos:

(1) pesquisa bibliográfica e documental – levantamento de referências ligadas ao tema, fontes estatísticas, arquivos públicos e particulares;

(2) pesquisa de campo – técnicas de coleta de dados tais como entrevista não-diretiva, observação participante e história oral temática (história de vida).

Inicialmente, foi feita a pesquisa bibliográfica, que percorreu simultaneamente cinco caminhos básicos, que se entrecruzaram e se sobrepuseram. O primeiro relacionou-se à construção da discussão teórica e à definição da metodologia da pesquisa. O segundo visava à identificação da produção acadêmica sobre a região da Serra da Canastra, com ênfase nos aspectos socioambientais do espaço rural. O terceiro foi direcionado à procura de referenciais que discutissem a relação entre agricultura e criação de espaços naturais protegidos, em especial agricultura camponesa e unidades de conservação – tanto no campo regional, referente a Minas Gerais e à bacia hidrográfica do rio São Francisco, quanto no nacional. O quarto teve o objetivo de conhecer e analisar as atuais políticas públicas de desenvolvimento rural e de proteção da natureza. Por fim, o quinto caminho de pesquisa pretendeu estudar o histórico da ocupação socioespacial da região, identificando os fatos que, além de provocar mudanças significativas nas relações socioprodutivas dos camponeses, implicaram no aumento dos impactos sobre os recursos naturais.

Concomitante à pesquisa bibliográfica, foi feito o levantamento de dados estatísticos em fontes oficiais, tais como Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (MG), EMATER-MG, IMA, IEF, Fundação João Pinheiro, IBGE, INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e IBAMA. O objetivo de coleta e sistematização desses dados foi traçar o atual perfil socioeconômico e interpretar a dinâmica regional da agricultura, de modo a compreender a inserção das unidades camponesas de produção neste contexto mais amplo, bem como identificar as forças políticas e econômicas que atuam sobre esse espaço.

A pesquisa de campo na Serra da Canastra foi realizada em duas etapas, a primeira de caráter exploratório e a segunda explicativa, direcionada para os sujeitos focais da pesquisa, ou seja, os camponeses em suas unidades produtivas e espaços de sociabilidade.

A primeira pesquisa, realizada em setembro de 2005, teve os seguintes objetivos: coletar dados e documentos nos arquivos públicos locais; identificar e entrevistar as principais lideranças políticas, técnicos de órgãos públicos; registrar as primeiras informações e observações acerca dos camponeses e delimitar a área de amostragem (FIG.1).

A segunda pesquisa ocorreu em maio de 2006. Foram pesquisadas 15 propriedades rurais no vale do Boqueirão, distrito de São José do Barreiro, localizado a sudeste do município de São Roque de Minas (FIG.2). A área de amostragem delimitada representa a síntese das contradições da dinâmica rural da Serra da Canastra, pois, nesse território, defrontam-se interesses de ambientalistas, camponeses, técnicos do governo, empresários do turismo e da mineração.

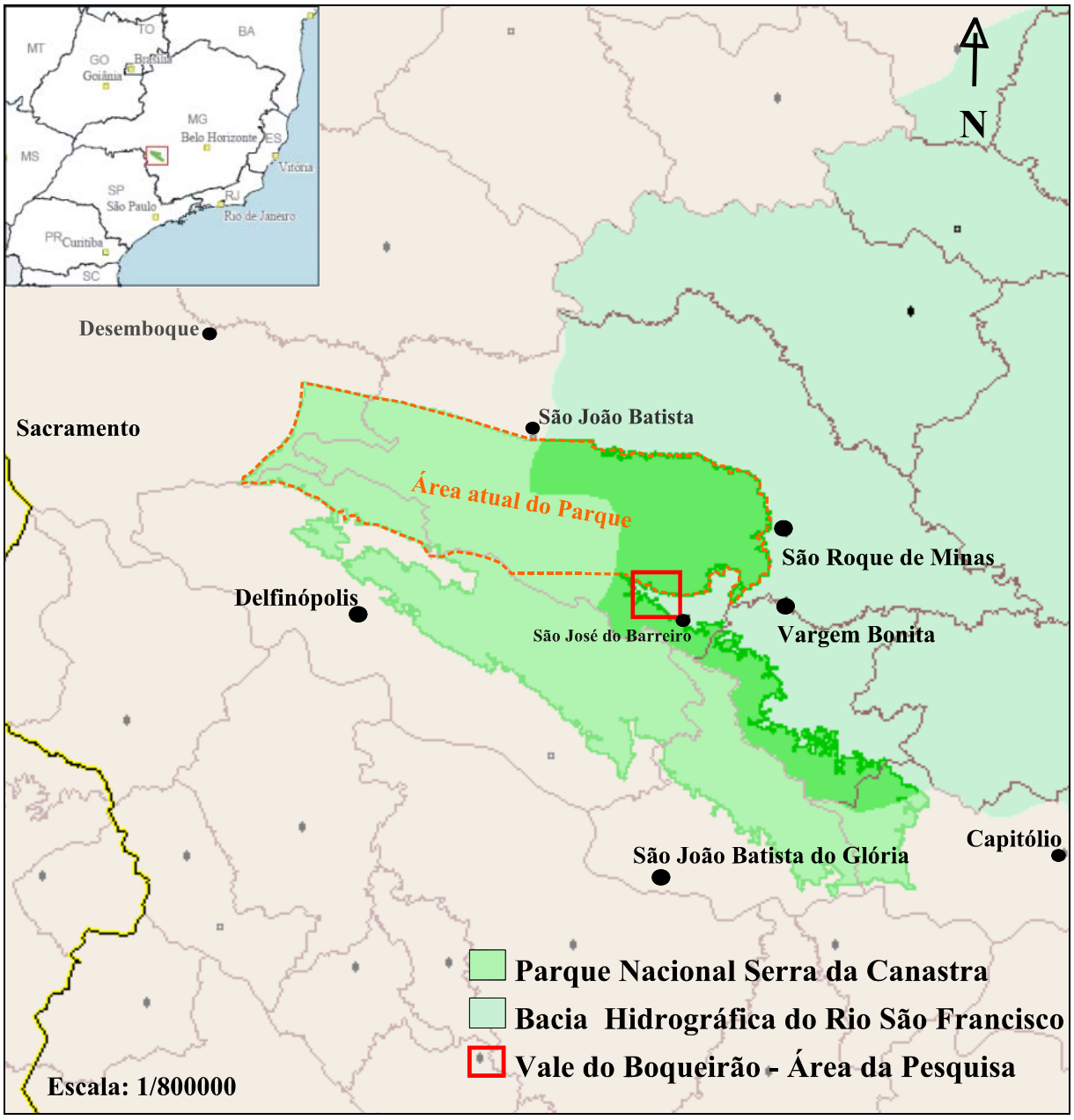

Figura 1 – Mapa de localização da área de pesquisa
Fonte: Ministério do Meio Ambiente, dezembro de 2006, Adaptado pelo autor

Figura 2 – Localização das propriedades pesquisadas
Fonte: www.google.maps.com, novembro de 2006, Adaptado pelo autor

Nesse território está, por exemplo, a principal atração turística da região, a cachoeira Casca D'Anta. A facilidade de acesso – principalmente em função da pavimentação, em 2006, da rodovia que liga Vargem Bonita a Piumhi – e a beleza da paisagem são os principais fatores de atração de visitantes e empresários do turismo. Em decorrência desse movimento, alguns camponeses investiram na melhoria de suas propriedades, seja para hospedar turistas ou para aumentar a produção agrícola, principalmente do queijo, já que alguns conseguem fazer a venda direta para turistas.

Além do turismo, outra atividade econômica presente nesse território é a exploração de minérios. A empresa sul-africana De Beers Consolidated Mines Ltd. – através de sua subsidiária brasileira, a Sopemi Pesquisa e Exploração de Minério S/A – explora uma mina de

diamantes situada na vizinhança da Casca D'Anta[1], nas terras que antes pertenciam à fazenda Cachoeirinha[2]. Caso os limites do PNSC sejam ampliados conforme definição dada pelo *Plano de Manejo* de 2005, essa atividade deverá ser suspensa. Por esse motivo, a empresa já ingressou com ação judicial, a fim de garantir o direito de continuar explorando a área.

A cultura do café também tem avançado para essa área. O baixo preço das terras, a mão-obra barata e o asfaltamento da citada rodovia têm induzido investimentos de produtores de Piumhi (MG) e de cidades paulistas, como Franca e Ribeirão Preto.

Ambientalistas, técnicos do IBAMA e pesquisadores, entre os quais os que elaboraram o *Plano de Manejo*, consideram a área de fundamental importância para a preservação biológica e defendem a retirada imediata das atividades econômicas, o que reafirma a importância do território pesquisado no contexto deste estudo.

Conforme descrito anteriormente, as principais técnicas utilizadas na pesquisa de campo foram: observação participante, entrevista não-diretiva e registro da história oral temática.

Chizzotti (1991) considera *observação participante* a técnica de pesquisa que permite ao pesquisador captar as representações subjetivas que os indivíduos fazem de si e do contexto social em que estão inseridos. Do ponto de vista da Geografia, trata-se do exercício de observar o espaço por meio do olhar do outro. Através desta técnica, o geógrafo busca reconstruir o espaço na perspectiva do sujeito social que age sobre ele. Nas unidades camponesas, foram acompanhadas rotinas de trabalho de homens e mulheres, buscando identificar, no processo socioprodutivo, como os espaços são divididos, usados e percebidos pelos camponeses. Através de tal técnica, representou-se o que Woortmann (1983) definiu

---

[1] MESQUITA, P. *Mineração em área de entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra pode causar danos irreversíveis ao meio ambiente*. Matéria jornalística publicada no site: http://www.socioambiental.org/website/parabolicas59/artigos/canastra1.htm, capturado em 30/06/2006.

[2] Essa propriedade camponesa foi a principal base de pesquisa deste estudo.

como “sistema de espaços diversificados”. A partir da observação e dos diálogos, foram produzidos mapas que descrevem essa dinâmica espacial das propriedades.

Simultaneamente à observação e interpretação do processo socioprodutivo, foi feita a *entrevista não-diretiva*. Chizzotti (1991) denomina assim a técnica que permite ao entrevistado desenvolver um discurso mais livre. Nela, o pesquisador cria relações de diálogos onde o sujeito possa exprimir suas idéias. Tal técnica pôde ser empregada de forma mais intensa em duas propriedades, onde o autor-entrevistador se hospedara em viagens anteriores de turismo à Canastra. Aqueles camponeses se tornaram os principais interlocutores da pesquisa, a partir dos quais foi possível aprofundar a coleta de informações[3]. Essas conversas mais abertas foram gravadas ou registradas posteriormente na forma de diário de campo. Para manter o foco da abordagem, **um roteiro básico**[4] de observações e questionamentos foi utilizado nos primeiros contatos. Esse roteiro foi útil para direcionar o olhar do pesquisador sobre o campo, bem como para registrar as informações e relatos, e possuía os seguintes tópicos:

- A família e a mão-de-obra disponível – história e trajetória da família, trabalhos coletivos, fontes de renda não-agrícolas;
- Unidade de produção – meios de produção (terra, instalações, equipamentos), recursos externos (financeiros, infra-estrutura), recursos naturais etc.
- Sistema produtivo – tipos de cultura, tratos culturais, manejo do solo, cuidado com os animais, relação com a natureza; comercialização da produção; compra de insumos, entre outros.

---

[3] A aproximação com outros camponeses também foi mediada por esses interlocutores, por meio de quem fui apresentado a seus amigos e parentes. Quando isso não era possível, ao chegar a uma propriedade sempre fazia referência a eles: *vim aqui porque fulano me indicou*.

[4] A construção desse roteiro é uma adaptação do trabalho de GARCIA FILHO, D.P. *Análise diagnóstico de sistemas agrários – guia metodológico.* Convênio FAO/INCRA, 1995. disponível em: http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/textospublicos.htm, acesso em 20/08/2005.

- Sistema social e político – vínculos institucionais, relações de parentesco e amizade, novos sujeitos presentes no espaço local, festas religiosas etc.

Por fim, a terceira técnica utilizada foi o *registro da história oral*, em especial da história oral temática. Conforme Freitas (2002, p.22), trata-se de uma forma de registro de entrevista em que o entrevistado é conduzido a relatar sua experiência de vida, a partir de uma temática definida pelo pesquisador, não necessariamente explícita no diálogo. As perguntas são articuladas para destacar um determinado aspecto, de interesse do entrevistador. No caso dessa pesquisa, o direcionamento visava a captar, nos depoimentos, os fatos e acontecimentos que evidenciassem alterações significativas no sistema socioprodutivo. Houve ainda, nessa abordagem, delimitação temporal, buscando valorizar o passado vivido, mais próximo, nos últimos 40 anos, período de maiores mudanças naquela sociedade.

O contato direto com os sujeitos em seus espaços de vida e trabalho, foi um importante instrumento desta pesquisa, auxiliando-nos a constatar e interpretar as especificidades políticas, econômicas e culturais que condicionam o uso dos recursos naturais pelos camponeses.

1.2 – O entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra

Os municípios do entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra – São Roque de Minas, Vargem Bonita, Delfinópolis, São João Batista do Glória, Capitólio e Sacramento – estão inseridos em uma área de transição entre o Cerrado e a Floresta Atlântica. Apresentam formações florestais do tipo savana e campestre. O clima é subtropical moderado úmido, apresentando temperaturas médias entre 17º a 23º C. Nesses municípios se encontram nascentes de importantes bacias hidrográficas, com as dos rios São Francisco, Araguari e

Grande (IBAMA, 2005). As áreas confrontantes com o Parque Nacional possuem um relevo bastante dissecado, com vertentes íngremes nas proximidades das Serras da Canastra e da Babilônia. Possuem também extensões levemente dissecadas com presença de campos rupestres, utilizados predominantemente como pastagem.

Em relação aos dados populacionais dos municípios vizinhos ao Parque Nacional da Serra da Canastra, o que se constata é que os números apresentados pela estatística oficial passam impressão que difere do observado na pesquisa de campo. Em todos os municípios, a taxa de urbanização, por exemplo, é superior a 50% (TAB.1), induzindo à falaciosa leitura de que a dinâmica socioeconômica é mais intensa na cidade do que no campo.

Tabela 1 - População dos municípios do entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra (2000)

	São Roque de Minas	**Vargem Bonita**	**Delfinópolis**	**São João Batista do Glória**	**Capitólio**	**Sacramento**
Ano de fundação do Município	1938	1953	1938	1948	1948	1870
Distância da Capital	256,1	257,8	308,1	281,2	235,7	364,2
Área (Km²)	2.108,70	410,3	1.382,50	551,4	523,5	3.080,40
Densidade Demográfica (hab/Km²)	3	5,4	4,8	11,4	14,8	6,9
População Total	6.325	2.212	6.577	6.271	7.737	21.334
População Urbana	3.728	1.180	4.668	4.819	5.658	15.890
População rural	2597	1.032	1.909	1.452	2.079	5.444
Taxa de Urbanização (%)	58,97	53,35	70,97	76,85	73,13	74,48

Fonte: FJP - Atlas do Desenvolvimento 2000.

No entanto, foi possível perceber, ao observar a realidade local, que aqueles municípios têm uma dinâmica rural mais expressiva do que a leitura dos dados censitários pode nos fazer crer. Em São Roque de Minas e Vargem Bonita, existem muitos produtores rurais capitalizados que moram na cidade e trabalham no campo. O principal motivo apresentado foi a educação dos filhos, pois as escolas urbanas oferecem melhor qualidade de ensino. No entanto, constata-se pelos depoimentos que as representações sociais acerca do

urbano, como progresso, conforto, modernidade, lazer e consumo, são os principais fatores de atração dos núcleos urbanos. Outros produtores, entre eles camponeses, quando se aposentam e deixam de ser capazes de executar os trabalhos braçais do campo – tais como tirar leite, roçar pasto, recuperar cerca, entre outros –, migram para a sede dos municípios ou distritos rurais. Nesse caso, opta-se por contratar um funcionário (retireiro) para manter a fazenda, arrendar a terra ou compartilhá-la com os filhos ou vizinhos, por meio de parceria, mantendo-se, porém, a gestão da propriedade por meio de visitas periódicas. Há também muitos trabalhadores rurais (peões) que, residentes na cidade, são contratados esporadicamente para suprir a escassez de mão-de-obra em serviços eventuais nas pastagens e plantações. Assim, pelo critério da mobilidade, o fluxo cotidiano cidade-campo mostra uma sociedade basicamente rural, embora as estatísticas indiquem predominância de população urbana em todos os municípios – ultrapassando os 70% na maioria dos casos.

Os dados agropecuários reforçam o argumento anterior. A economia dos municípios é baseada na pecuária. De acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE 1995/1996, as áreas de pastagens naturais e artificiais de São Roque de Minas, por exemplo, correspondem a 83,8% do total de terras utilizadas para agropecuária. Em Vargem Bonita, este percentual é de 83,6% (TAB.2).

Tabela 2 – Utilização das terras do entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra (1995/1996)

Formas de utilização (Área Ocupada em ha)	Municípios											
	São Roque de Minas		Vargem Bonita		Delfinópolis		São João Batista do Glória		Sacramento		Capitolio	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Lavouras Permanentes e Temporárias	4.785	5,3	1.711	5,5	6.221	8,4	4.975	15,3	32.209	13	2.239	8,4
Pastagens Naturais e Artificiais	74.962	83,8	26.173	83,6	55.146	74,8	18.678	57,6	156.120	62,9	14.192	53,1
Matas Naturais e Plantadas	4.421	4,9	1.646	5,3	4.810	6,5	2.437	7,5	37.899	15,3	6.599	24,7
Lavouras em Descanso e Produtivas não Utilizadas	1.344	1,5	115	0,4	462	0,6	1.873	5,8	3.546	1,4	549	2,1
Terras Inaproveitáveis	3.938	4,4	1.616	5,2	7.104	9,6	4.475	13,8	18.508	7,5	3.116	11,7
Total	89.450	100	3.161	100	73.743	100	32.438	100	248.282	100	26.745	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.

Na pesquisa de campo identificamos que, em todas as propriedades visitadas com até 100 hectares, a principal fonte de renda das famílias é o leite, transformado em queijo e adquirido por intermediários, chamados de *queijeiros*[5]. Os profissionais que prestam assistência técnica aos produtores rurais estimam que cerca de 70% das propriedades com até 200 hectares são produtoras de queijo. Os principais condicionantes que impulsionam essa atividade são a grande demanda pelo produto, nos mercados das regiões Sul de Minas Gerais e Metropolitana de São Paulo, e a ausência de indústrias de laticínios para processar o leite. Na Tabela 3, podemos verificar que a pecuária leiteira predomina em todos os municípios circunvizinhos ao parque.

[5] No Capítulo 3 descreveremos em detalhes as relações entre queijeiros e camponeses.

Tabela 3 – Distribuição de área entre pecuária leiteira e de corte em 2003

Municípios	Pecuária de Leite		Pecuária de corte	
	Nº de produtores	Área (ha)	Nº de produtores	Área (ha)
São Roque de Minas	673	54.542,7	341	29.857,7
Vargem Bonita	112	9.413,2	47	3.990,8
Delfinópolis	224	15.947,5	112	9.160,1
S.João Batista do Glória	136	6.184,7	57	2.988,2
Capitólio	298	10.179,0	150	6.717,8
Sacramento	623	47.448,1	365	30.729,1

Fonte: IMA/EMATER 2003 / IBGE 2002

Na produção agrícola, as lavouras de café, milho e soja tiveram grande avanço nos últimos 10 anos. Nas terras com condições de mecanização, ou seja, que apresentam baixa declividade, essas culturas disputam espaço com a pecuária. Constatamos o predomínio dessas culturas na região leste dos municípios, principalmente às margens da rodovia MG-050, que liga São Roque de Minas e Vargem Bonita a Piumhi. Essa estrada, recentemente asfaltada, tornou-se o principal vetor do desenvolvimento agrícola regional.

Nas comunidades rurais conhecidas como Leites e Buraca constata-se o avanço da cafeicultura sobre as terras de pastagens (FIG.3). Conforme relatos dos camponeses, grande parte dos investimentos agrícolas é efetuada por paulistas da região de Ribeirão Preto e Franca.

Figura 3 – Avanço da cafeicultura sobre as terras de pastagens
Foto do autor, maio de 2006

São conseqüências do avanço dessa agricultura o uso intensivo de agrotóxicos, a pressão sobre os recursos naturais, principalmente água e solo, e a proletarização de parte dos camponeses. Em áreas de interesse do agronegócio, como esta, é crescente o número de camponeses que arrendam suas terras. Em alguns casos, parte da propriedade é arrendada, mantendo-se o mínimo para a subsistência, e vendendo-se, no período de colheita, a força de trabalho excedente. Em outros, quando o arrendamento é total, o camponês passa a residir na cidade e a trabalhar em serviços eventuais no campo – entre os quais roçagem de pasto, construção de cercas, capinas, colheitas e outros, conforme explicado anteriormente.

No tocante à estrutura fundiária, conforme a Tabela 4, predominam propriedades com áreas que variam de 10 hectares a menos de 100 hectares, nos municípios de São Roque de Minas e Vargem Bonita. No primeiro, essas propriedades representam 64,4% do total de 969 estabelecimentos rurais; no segundo, 35,6% de 295 propriedades. Nas propriedades classificadas de 200 hectares a menos de 500 hectares, tal diferença entre os perfis dos dois municípios também é significativa: enquanto em São Roque de Minas elas representam apenas 1,03%, em Vargem Bonita chegam a 33%. Para as menores propriedades, com menos

de 10 hectares, a situação é mais assemelhada. Em São Roque de Minas elas correspondem a 6,3%; em Vargem Bonita, a 4,7% do total.

Tabela 4 – Estabelecimentos rurais do entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra, por grupo de área total (1995).

Municípios	Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha), em 31.12.1995						
	Total	**Menos de 10 (ha)**	**10 a menos de 100 (ha)**	**100 a menos de 200 (ha)**	**200 a menos de 500 (ha)**	**500 a menos de 2000 (ha)**	**2000 (ha) a mais**
São Roque de Minas	969	61	624	185	89	10	0
Vargem Bonita	206	14	105	42	35	9	1
Delfinópolis	484	37	266	80	74	25	2
São João Batista do Glória	294	44	172	35	36	6	1
Capitólio	2.303	458	1485	211	129	20	0
Sacramento	1389	110	679	274	244	76	6

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.

Em relação aos aspectos socioeconômicos, os municípios delimitados para a pesquisa, São Roque de Minas e Vargem Bonita, obtiveram melhoras significativas nos seus Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e em seus principais indicadores, ao longo da década de 1990, conforme dados do *Atlas do Desenvolvimento Humano* de 2000 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005). Em São Roque de Minas, o IDH evoluiu de 0,674 em 1991 para 0,766 em 2000; a taxa de analfabetismo, de 22,9% em 1991 para 13,3% em 2000; a renda *per capita* média, de R$ 176,70 em 1991, elevou-se para R$ 256,20 em 2000. Os dados de Vargem Bonita também apresentam melhora expressiva: o IDH variou de 0,672 em 1991 para 0,760 em 2000; a taxa de analfabetismo, de 18,3% em 1991 para 14,9 em 2000; a renda *per capita* média, de R$ 132,60 em 1991, elevou-se para R$ 210,80 em 2000.

Todavia, esses indicadores não refletem os dramas sociais vividos pelos camponeses inseridos na área de ampliação do Parque Nacional. Além das dificuldades estruturais e

econômicas, como baixa mecanização, péssimas condições das estradas, necessidade de aprimoramento técnico, alto custo de insumos e dependência de intermediários na venda da produção, eles sofrem as conseqüências das indefinições do governo federal em relação ao processo de regularização da área e dos desencontros entre as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e a proteção da natureza.

1.3 A produção camponesa na Serra da Canastra: caracterização dos sujeitos da pesquisa

Das 15 propriedades rurais pesquisadas no vale do Boqueirão, podemos destacar elementos que são comuns e definidores da sua condição enquanto unidade de produção camponesa. São elas: 1) força de trabalho de base familiar, em que não há a separação entre planejamento e execução das tarefas agropecuárias; 2) renda predominante oriunda de atividades agropastoris, cujo produto principal é o queijo; 3) posse da terra e dos meios de produção pelos camponeses; 4) utilização de técnicas de custo baixo e produção no limite de suficiência para subsistência das famílias; 5) emprego de relações de reciprocidade, como mutirões e trocas de dia de serviço, em casos de necessidade de trabalho adicional.

No entanto, esses elementos se apresentam de forma variada em relação à composição da mão-de-obra, da fonte de renda, do tamanho da propriedade, dos recursos técnicos e naturais disponíveis, do volume produzido, das relações com os agentes econômicos presentes no território, quando comparados os arranjos produtivos entre as propriedades pesquisadas. Existem unidades produtivas que vivem exclusivamente da renda e da produção gerada em atividades essencialmente agropastoris, ou seja, propriedades que vivem da pecuária leiteira e do cultivo de lavouras voltadas à subsistência, e também aquelas que além da produção agropastoril, obtêm renda complementar com atividades não-agrícolas, como a exploração do

turismo na propriedade, ou com a prestação de serviços por assalariamento temporário nas pousadas e sítios de lazer.

No tocante a força de trabalho utilizada nas unidades produtivas, as inter-relações cotidianas e sazonais entre os membros da família e destes com o espaço têm como fio condutor a fabricação do queijo. A distribuição do trabalho e as rotinas são definidas buscando-se o melhor aproveitamento dos recursos naturais, técnicos e humanos disponíveis, de modo a garantir a maior rentabilidade desse produto. O emprego da força de trabalho familiar é a principal característica da produção camponesa, defendida por Oliveira (2001, p.56):

> A presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa. É pois derivado dessa característica que a família abre a possibilidade da combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa.

Na Serra da Canastra cabem aos homens as atividades que exigem mais esforço físico, como a roçagem de pastos, corte de lenha, construção e recuperação de cercas, manejo das lavouras e do gado (capinas, bateção de pastos, controle de doenças, nutrição, ordenha, entre outros); o que não impede, em muitos casos, em decorrência da escassez de mão-de-obra na propriedade, que as mulheres participem de forma eventual dessas tarefas. Muitas delas, aliás, manifestam orgulho pela destreza com a enxada e com o trato com os bovinos, principalmente na ordenha das vacas. Na Figura 4 podemos visualizar cenas comuns no cotidiano rural da Serra Canastra, que ilustra como homens e mulheres compartilham tarefas essenciais na fabricação do queijo.

Figura 4 – Cooperação entre os sexos na fabricação de queijos
Fotos do autor, maio de 2006.

> Gosto de mexer com o gado também. Desde menina faço isso. Meu pai me botava tirar leite com ele. Eu não ficava para trás não. Era balde atrás do outro, junto com ele [...]. Quando tem precisão eu vou pro curral. Vou pouco, mas vou [...]. Ajudo também na roça. Eu e ele agarramos juntos. Ele não gosta muito que eu capine, mas tem vezes que precisa, então eu vou. Cuido da arrumação da casa e vou. (Camponesa do vale do Boqueirão, maio de 2006)

Além de atuarem de forma complementar em tarefas de predomínio masculino, as mulheres são responsáveis pelo ordenamento e execução das atividades domésticas comuns às donas-de-casa, tais como lavar, passar, cozinhar, costurar e cuidar das crianças. Cabe a elas, também, o cuidado com as hortaliças, a alimentação dos animais do quintal (galinhas e porcos), o preparo de farinhas, polvilho e quitandas (FIG. 5). Esse espaço é de domínio feminino, pois são elas que determinam e controlam o espaço da casa e seus arredores. A decisão do que plantar nas hortas, seja como condimento, alimento ou para o uso medicinal é, em geral, determinado pelas mulheres, além das espécies ornamentais, que enfeitam o entorno da moradia.

Figura 5 – Atividades domésticas de domínio feminino
Fotos do autor, maio de 2006.

> Faço tudo aqui na casa: limpo, varro, cozinho, lavo roupa, faço doce, quitandas, cuido das galinhas, dos porcos [...]. Fui eu quem fez a horta. Lá tem couve, cebolinha, tomate, agrião [...]. As roseiras fui eu também quem plantou. As outras plantas do quintal também [...]. (Camponesas do vale do Boqueirão, maio de 2006)

As crianças e jovens são integradas paulatinamente nas rotinas de trabalho com o avançar da idade. Pelos relatos, as crianças pequenas, com menos de 12 anos de idade, são incorporadas de início em atividades cuja gestão é de domínio feminino, restritas aos arredores da casa. Elas são iniciadas em tarefas domésticas ou agrícolas que exigem pouco esforço braçal, como a rega de plantas, alimentação de animais, limpeza de terreiro, entre outras. Com o passar dos anos, as tarefas e o espaço de trabalho se ampliam, passando a trabalhar com o pai na bateção de pasto, construção e reparo de cercas, capinas de roça, entre outros. Na Figura 6, apresenta-se famílias que participaram dessa pesquisa.

> Esse rapaz aqui começou a trabalhar cedo comigo. Me ajuda a bater pasto, a buscar as vacas, a tirar o leite. Me acompanhava em tudo desde meninote [...]. Acho que começou não tinha dez anos. Ele gostava de trabalhar. De manhã cedo, quando a gente levantava, nem precisava chamar. Ele acordava junto [...] (Camponês vale do Boqueirão, maio de 2006)

Figura 6 – Famílias camponesas
Fotos do autor, maio de 2006

A integração paulatina dos jovens na divisão do trabalho no interior da unidade produtiva camponesa é definida por Tavares dos Santos (1984) com um processo de *socialização do camponês*, no qual meninos e meninas obtêm, de forma gradativa, conhecimentos específicos nas tarefas diárias do sistema socioprodutivo. Oliveira (2001, p.60) com base nos argumentos desse autor destaca que:

> Dessa forma, as crianças são iniciadas como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva do camponês. Ao atingirem os 12, 14 anos, passam a desempenhar tarefas dos adultos, desenvolvendo dentro da unidade familiar o trabalho acessório. Nesse momento desencadeia-se a contradição no seio da unidade familiar: o jovem precisa continuar na propriedade, pois é parte integrante da força de trabalho familiar; aí permanecendo, garante a reprodução social do processo de trabalho camponês. No entanto, com o aumento da família, a migração é inevitável.

No caso das unidades produtivas, no vale do Boqueirão, que exploram o turismo, que possuem *camping* ou alugam quartos, são as mulheres as responsáveis pela gestão e execução das tarefas que essa atividade econômica exige, em conseqüência, são elas que mais se interagem com os turistas. A rotina de trabalho na propriedade sofre alterações significativas somente no espaço da casa, exigindo das mulheres mais dedicação no preparo de alimentos (quitandas, doces e refeições) e na limpeza da moradia. As atividades agropastoris, de domínio masculino, seguem normalmente. Alguns jovens desempenham o trabalho de guias de turismo, principalmente nos períodos de maior visitação – feriados prolongados (carnaval,

Semana-Santa, *reveillon*, entre outros), mas antes de iniciar os passeios com os turistas, que geralmente iniciam-se depois das 10 horas da manhã, eles ajudam na apartação e ordenha das vacas, bem como em outras atividades agropastoris.

Outras atividades além do turismo também geram trabalhos periódicos para os camponeses do vale do Boqueirão, como por exemplo, a colheita de café nas grandes propriedades. Esses serviços eventuais não chegam a comprometer a dinâmica produtiva nas unidades camponesas, pois são procurados quando existem condições para a liberação dessa força de trabalho.

> A presença do trabalho acessório do camponês é outro elemento componente da produção camponesa. Através do trabalho acessório o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário por período de trabalho. Essa transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades. (OLIVEIRA, 2001, p.57)

O sistema produtivo na unidade camponesa é organizado de modo a aproveitar, da melhor maneira possível, toda força de trabalho disponível, integrando homens, mulheres e jovens em tarefas cuja orientação está voltada para obtenção do produto que proporcionará a sustentação da família. Nas unidades camponesas pesquisadas é a produção do queijo que ordena os territórios de vida e trabalho, mesmo entre aquelas que exploram o turismo. Esse produto é que garante a manutenção da família, e, portanto, é ele o elemento central da organização socioespacial da propriedade.

Nesse sentido, temos que a mão-de-obra empregada no sistema agropastoril camponês da Serra Canastra possui o que Tavares dos Santos (1984) define como valor de uso e não o valor de troca, além disso, não acontece a separação entre o trabalho e o indivíduo que o executa.

> Na unidade camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p.33)

O estabelecimento da rotina de trabalho na unidade camponesa de produção determina uma divisão espacial com responsabilidades específicas. As terras mais afastadas da sede da propriedade são de atribuição dos homens, pois são eles que manejam as pastagens e as matas. A qualidade do serviço executado nesses espaços é determinante para o bom desempenho leiteiro das vacas. A quantidade de leite obtido depende diretamente das condições nutricionais dos pastos. Executar a limpeza, construir e recuperar as cercas das terras de pastagem são atribuições masculinas fundamentais para se conseguir o número de queijos suficientes para a manutenção da família.

A limpeza dos pastos exige muitas horas de trabalho e quando não existem braços suficientes na propriedade, a família camponesa solicita a ajuda de parentes e vizinhos próximos. Para Oliveira (2001, p.56) essas ações solidárias são fundamentais para a reprodução das unidades camponesas.

> Essa prática aparece no seio da produção camponesa sob várias formas; a mais comum é o mutirão, mas pode aparecer também como troca de dias entre os camponeses. A ajuda mútua é a solução encontrada pelos camponeses para completar o trabalho que a família não conseguiu realizar pois, em geral, seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuadamente.

Na Serra da Canastra a prática de mutirões, conhecidos localmente como *dar de mão* ou *traição*[6], tornou-se rara, sendo comumente encontrada a troca de dias de serviços. A contratação de serviços, com pagamento em dinheiro pode acontecer, mas essa opção só ocorre quando as demais são inviabilizadas.

> Hoje em dia o mutirão acontece pouco. No passado tinha muito. A gente ia longe participar [...]. Tinha muita fartura e festa. O pagode ia até de madrugada. Hoje isso acabou. Ninguém dá mais festa, até comida a gente tem que levar. Ficou difícil [...]

---

[6] A diferença entre o *dar de mão* e a *traição*, é que a segunda é organizado sem o conhecimento do camponês, que será beneficiado pelo mutirão. O grupo formado por parentes e amigos chega de surpresa na propriedade. Enquanto os homens executam os trabalhos de campo (roçagem de pasto, colheita, recuperação e construção de cerca, entre outros), as mulheres cuidam da comida. No passado, essa prática era muito comum, e todas as despesas eram arcadas pelo beneficiado, inclusive a realização da festa após a conclusão dos trabalhos. Na atualidade, em função da diminuição da força de trabalho, das lavouras de subsistência e dos altos custos de produção do queijo, o camponês não consegue arcar sozinho com essa despesa, que passa agora a ser compartilhada entre os participantes. O que predomina é o *dar de mão*, que é uma espécie de troca de dias de serviço. Nesse caso, o camponês que tem trabalho acumulado é quem convoca o mutirão, em troca ele se compromete a retribuir o trabalho. O grupo é menor e somente os homens participam.

> De vez em quando eu participo, quando me chamam. Há uns 15 dia atrás eu fui ajudar a colher uma lavoura de milho. Ele tava precisando, as maritacas estavam acabando com o milho dele [...]. O comum é a troca de dia. Eu chamo um parente ou um vizinho, depois fico devendo o dia pra ele [...]. Dinheiro para pagar os outros a gente não tem, então tem chamar os companheiros [...] (Camponês do vale do Boqueirão, maio de 2006)

A rede de parentesco e as relações de reciprocidade são elementos importantes no sistema socioprodutivo camponês, pois o relevo acidentado, a baixa fertilidade dos solos, as restrições legais para execução da queimada nas pastagens e o alto custo da mecanização exigem o emprego de muita mão-de-obra para superar esses obstáculos.

Em relação ao sistema produtivo, os camponeses dividem o espaço produtivo em duas categorias básicas: as terras de plantio, destinadas à produção de alimentos para a subsistência; e as terras de pastagens, onde é desenvolvida a pecuária leiteira voltada para a produção de queijo. A Figura 7 ilustra como esses espaços são distribuídos na propriedade.

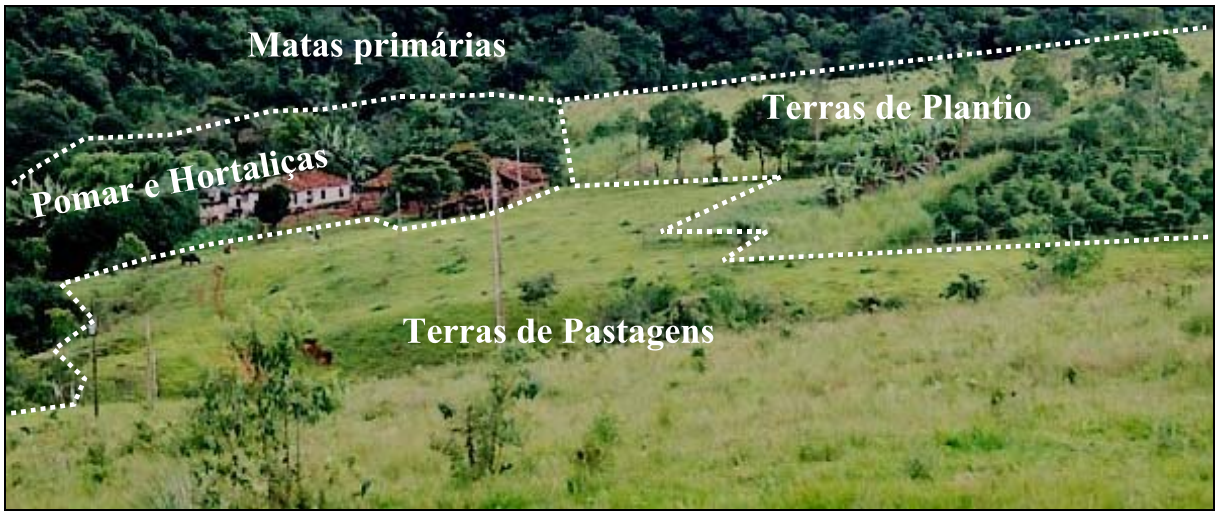

Figura 7 – Divisão das terras de pastagem e de plantio
Foto do autor, maio de 2006.

A maior parte do tempo de trabalho gasto na propriedade destina-se à manutenção das terras de pastagem, que são em sua maioria recobertas por capim nativo. O manejo tradicional dessas áreas utiliza a queimada como meio de renovação do capim no período do inverno, pois exige pouca mão-de-obra, o custo é baixo e o resultado é muito eficiente, garantindo alimento para o gado na época mais crítica do ano e evitando a redução do volume de leite.

Como existem sérias restrições ao uso dessa prática agrícola, pelo fato da proximidade com o Parque Nacional da Serra da Canastra, os camponeses sofrem com a falta de alternativas, a produção de queijo chega a reduzir em média cerca de dois terços em relação ao período de verão. Alguns camponeses cultivam pequenas glebas de cana-de-açúcar, como reserva de alimento para os bovinos, o que ameniza em parte a perda de produtividade.

O processo que concede licença para execução da queimada é moroso e burocrático, principalmente para os camponeses que vivem nas terras destinadas a ampliação e que também se encontram na faixa de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Canastra, área com o raio de 10 km a partir do limite dessa unidade de conservação. Esse território é fiscalizado pelo IBAMA, que para deferir o pedido exige que as áreas de preservação permanente e reservas legais estejam averbadas. Além disso, o processo necessita da anuência do escritório estadual do órgão, que fica localizado em Belo Horizonte, o que torna a tramitação dos documentos mais lenta. Os camponeses disseram que algumas autorizações demoram tanto, que quando chegam, não é mais necessário colocar fogo nos pastos, pois a período adequado para isso se esvaiu. Já os técnicos do IBAMA, responsáveis pela vistoria dos pedidos, alegam que existem poucos homens e veículos para a realização das vistorias, e que, além disso, a maioria dos produtores não antecipa a entrega dos processos, o que provoca o acúmulo de trabalho. Fica evidente que a falta de planejamento e infra-estrutura do órgão ambiental, e de informação e organização por parte dos produtores rurais, acirra o conflito e atravanca a busca de alternativas que possibilitem a fluidez e eficiência dos processos. Outro obstáculo que precisa ser superado está no fato de que grande parte dos produtores rurais não está com a situação fundiária regularizada e não possui recursos para arcar com os serviços de agrimensura e cartoriais. Dessa forma, ficam impossibilitados de renovar suas pastagens. A conseqüência imediata é a diminuição da produção, perda de produtividade e redução da renda.

Em relação à produção agrícola, constatamos na pesquisa de campo que os principais gêneros cultivados são milho, café, mandioca e feijão, com destaque para o milho, que é utilizado como complemento alimentar para o gado no período de estiagem (maio a setembro), e também alimenta os animais de pequeno porte (galinha e porco). A escassez de mão-de-obra é apontada pelos camponeses com o principal problema no manejo das lavouras, pois são exigidos muitos braços em todo o processo, desde o preparo até a colheita e armazenamento. Aspectos naturais, como a declividade do terreno, é outro fator que exige mais esforços e tempo do trabalhador. As restrições ambientais em relação ao uso de áreas de preservação permanente próxima dos córregos, que são mais planas e mais férteis, também são responsáveis pela diminuição dessa prática agrícola.

> Plantar roça é difícil hoje. A gente só faz para o gasto [...]. Antes, a terra produzia mais. Nem precisava adubar. Isso que tem que fazer hoje de colocar adubo não existia. Nem pensava em gastar dinheiro com isso [...]. Tinha mais gente para plantar. Na precisão juntava muita gente. Hoje é difícil. Tem, mais é difícil [...]. A gente derrubava uma mata, uma capoeira, é aquilo dava muito milho, feijão, mandioca [...]. Hoje se não colocar adubo dá pouco. É caro fazer lavoura hoje. Tem gente que arrisca. Aluga máquina, planta milho pra dar pro gado [...]. Mas o queijo não paga a despesa, não compensa [...]. Pouca gente planta arroz, não compensa e melhor comprar. (Camponeses do vale do Boqueirão, maio de 2006)

Os custos do maquinário que poderia suprir a carência de homens no preparo da terra são incompatíveis com a renda camponesa. O tempo dedicado ao preparo, roçagem, colheita e armazenamento compromete a atividade que gera a renda principal, no caso, a fabricação de queijo. No passado, com a presença de mais indivíduos na unidade produtiva, era possível conciliar os itinerários da lavoura com os da criação do gado.

O feijão ainda é cultivado em pequenas roças em consorciamento com o milho. No final do período de chuva, no mês de abril, os grãos são semeados junto aos pés de milho. As vagens se entrelaçam pela planta, que funciona como base de sustentação para o seu desenvolvimento. São poucos que compram esse gênero agrícola, em alguns casos, mesmo o camponês que não o produz, pode obtê-lo através da permuta por porcos ou bezerros, ou

ainda, por pagamento através de dias de serviço. Essas relações não-monetárias de trocas ainda são recorrentes no vale do Boqueirão.

> Feijão é plantado depois que o milho está graúdo. Ela sobe no milho. Muita gente faz isso. Feijão tem aqui para toda banda [...]. Quando não planta a tem jeito de arrumar com o outro. Quando não tem dinheiro, a gente pega um gado, um bezerro, e faz a catira [...]. (Camponês no Vale do Boqueirão, maio de 2006)

O milho, como dissemos, é cultivado para alimentar os animais do quintal (galinhas e porcos) e também para suprir demandas da família, como a fabricação de farinha e fubá. Além de proporcionar alimento para as famílias e assegurar o abastecimento das criações, essas roças permitem a continuidade de importantes ritos de socialização dos camponeses. O processo de fabricação da pamonha, por exemplo, cumpre uma função simbólica de fortalecimento de laços de parentescos e amizade. O "dia da pamonha" é o momento de reencontro de amigos e parentes. Os vizinhos, também são chamados a participar, e quando não podem fazê-lo, mesmo assim recebem parte da produção como sinal de amizade. O mesmo ocorre com a matança de porcos. O processo exige também muitos braços, pois envolve homens, mulheres e crianças. Essas práticas reforçam as redes de solidariedade entre os camponeses.

> Pamonha a gente faz de costume no domingo. Aí vêm os parentes. Junta muita gente. Toma o dia todo [...]. Todo mundo leva um pouco, e leva também para os outros. Aqui é assim, quando faz pamonha, ou mata um capado, a gente tem que dá uma "porva"[7] para o outro. Você viu quando passou no Globo Rural[8]? É daquele jeito lá que filmaram. (Camponês no Vale do Boqueirão, maio de 2006)

Assim, temos no vale do Boqueirão, como em todo território da Serra da Canastra, relações de produção tipicamente camponesas, onde o sistema socioprodutivo é conduzido de pela força de trabalho familiar e cujo resultado da produção é absorvido de forma integral no interior da unidade produtiva. Como defende Fernandes (2005), a agricultura camponesa não

---

[7] "porva" é uma prova, porção que se dá de presente a um amigo ou vizinho quando se faz pamonha, polvilho, farinha, ou quando se mata um porco.

[8] Em julho de 2003 o programa Globo Rural da Rede Globo de Televisão exibiu uma matéria jornalística feita na Serra da Canastra, em Delfinópolis, demonstrando um mutirão de matança de um porco.

é algo que pertencente ao passado, velho, arcaico, atrasado, que precisa ser esquecido e superado, ela está viva e se adapta as transformações do mundo contemporâneo.

1.4 - A apropriação da natureza e os conflitos no território da Serra da Canastra

Com base nas reflexões suscitadas, neste estudo sobre o conflito gerado pela proposta de ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra, propõe-se compreender em que bases políticas, econômicas e sociais é possível considerar a permanência de atividades humanas nesse território. Para isso, adotamos como fio condutor dessa investigação algumas reflexões sobre a questão ambiental na Geografia e a apropriação e usos do território, pois nessa categoria geográfica os interesses em jogo num determinado espaço podem tornar-se evidentes, o que nos permitiria avaliar em que condições poderiam conciliar-se com a proteção dos recursos naturais.

1.4.1. O debate acerca das questões ambientais e a contribuição da Geografia

O avanço científico e tecnológico alcançado neste início do século XXI aumentou a dependência do homem em relação aos recursos naturais. A base material que sustenta as sociedades modernas – composta de edifícios, máquinas, equipamentos, alimentos, aparelhos eletrônicos, meios de transporte e de comunicação, entre outros –, provém da natureza transformada pelo trabalho humano. Essa base, para funcionar, demanda energia, gerada a partir de fontes naturais. Por isso, à medida que dominam e controlam os recursos naturais, paradoxalmente os homens se tornam diretamente interessados e, por conseqüência, responsáveis por sua preservação e reposição. A ação do homem sobre a natureza fez com que as conexões concretas e abstratas entre ambos se multiplicassem, ao invés de se romperem. Apontando nessa direção, Lefebvre (1963) afirma:

> O vínculo do homem com a natureza é um vínculo dialético: uma unidade cada vez mais profunda, numa luta cada vez mais intensa, num conflito sempre renovado, onde toda vitória do homem, toda invenção técnica, toda descoberta no conhecimento, toda ampliação do setor da natureza dominado pelo homem, redundam em seu proveito. (LEFEBVRE, 1963, p.46)

A crise ambiental da atualidade resulta de um processo de desenvolvimento que acirrou as contradições descritas acima. Sobretudo nos últimos anos, as sociedades urbano-industriais geraram simultaneamente a degradação da natureza e do homem. A perda da biodiversidade, a contaminação do solo, o aquecimento da atmosfera e a diminuição das reservas hídricas caminham juntos, de forma desigual e combinada, com a concentração de renda e poder.

A relação entre desenvolvimento capitalista e problemas ambientais confirma-se pela constatação de que são os países ricos os maiores degradadores dos recursos naturais, além de responsáveis, por exemplo, pela maior parte das emissões de carbono, principal gás responsável pelo aumento do *efeito estufa*[9]. Em 1999, quando o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos correspondia a 21,3% do PIB mundial, esse país foi responsável por 24,5% das emissões de carbono (VIOLA, 2003). Os fóruns mundiais sobre mudanças climáticas, entre eles o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), apontam que, caso não haja redução nessas emissões, ocorrerão transformações significativas na circulação da atmosfera e dos oceanos. Esses desajustes tendem a provocar, por exemplo, aumento de tempestades tropicais, concentração temporal de chuvas e prolongamento dos períodos de seca, principalmente nos países pobres, cujas economias são baseadas na agricultura (GOLDEMBER, 2003). Os impactos previsíveis na produção de alimentos desses países serão enormes, o que é capaz de provocar instabilidade política.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, também contribuem para o cenário mundial de degradação ambiental, pois o modelo de desenvolvimento que adotamos é

[9] O efeito estufa é provocado pelo aumento dos gases que retém o calor na atmosfera. A queima de combustível fóssil, como o petróleo, é uma das principais fontes de emissão desses gases (VIOLA, 2003).

semelhante ao norte-americano. Como exemplo, o modelo agrícola aplicado pelo Brasil a partir da década de 1960, pautado no cultivo de monoculturas e na mecanização intensiva, conhecido como “Revolução Verde”, gerou e continua a provocar grandes impactos socioambientais, entre os quais a supressão de extensas áreas de vegetação nativa, além de erosão dos solos, degradação das bacias hidrográficas, concentração fundiária, êxodo rural, entre outros. Como alerta Novaes (2003):

> No Brasil todo, documentos oficiais já de 1997 apontavam uma perda de um bilhão de toneladas de solo fértil por ano. Custo ainda agravado pela necessidade de reposição dessa fertilidade por insumos químicos, de alto preço.
> O solo removido pela erosão é uma das causas importantes da degradação de bacias hidrográficas no País, pelo assoreamento que produz e pela poluição das águas, inclusive por agrotóxicos e pelo carreamento também de efluentes de criações.
> O modelo de mecanização intensiva tem contribuído ainda para o intenso êxodo rural acontecido no Brasil nas últimas décadas. Cerca de 40 milhões de pessoas transferiram-se das zonas rurais para as cidades em quarenta anos e são parte importante do contingente de 107 milhões de pessoas que se acresceu à população urbana de 1960 a 2000. Esse deslocamento contribuiu fortemente para a expansão urbana caótica que o País experimentou e experimenta. (NOVAES, 2003, p.327)

Os problemas ambientais gerados pela agropecuária possuem, portanto, dimensões naturais, políticas, econômicas e sociais que se interagem e se sobrepõem. A proteção dos recursos naturais não é uma questão meramente técnica. Para além da adoção de tecnologias que contenham a erosão dos solos, a contaminação das águas e a perda da biodiversidade, é necessário que políticas públicas assegurem a sobrevivência da pequena produção de base familiar, de modo que seus trabalhadores tenham condições de produzir e gerar renda, sem comprometer a capacidade de reposição dos ecossistemas.

O exemplo da agricultura demonstra que os próprios limites do meio ambiente revelam a necessidade de superar o modelo de desenvolvimento vigente, trilhando novos caminhos políticos, éticos e filosóficos, como sugere Gonçalves (2004, p.18). Seus questionamentos evidenciam os desafios a serem solucionados:

> Com a questão ambiental estamos diante de questões de claro sentido ético, filosófico e político. Que destinos dar à natureza, à nossa própria natureza de seres humanos? Qual é o sentido da vida? Quais os limites da relação da humanidade com o planeta? O que fazer do nosso antropocentrismo quando olhamos do espaço o nosso planeta e vemos como ele é pequeno e quando entendemos que somos apenas dentre tantas espécies vivas de nossas vidas dependem?

A questão ambiental não se restringe, portanto, ao debate ecológico. O desafio é mais amplo e complexo, como argumenta Leff (1993, p. 17): “O ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscrevem nas formas dominantes do conhecimento”. As palavras do autor conclamam à construção de novas bases políticas e ideológicas, bem como a uma nova forma de ver o mundo e as relações sociais que supere o individualismo e a racionalidade fragmentada das ciências. Dessa mesma postura compartilha Guattari (2003, p.9), que defende que a verdadeira resposta à crise ecológica se dará com a “autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais”.

Diante das indagações suscitados pela questão ambiental, a Geografia brasileira tem produzido vários estudos que buscam compreender essa complexidade. Desde a década de 1970, o debate teórico e político havido no campo da ciência geográfica tem-se aprofundado. Não por coincidência, essa recente difusão de conceitos e modelos foi concomitante com o período em que a degradação do meio ambiente se intensificou e começou a ganhar notoriedade. As drásticas transformações por que passou o espaço brasileiro, como a acelerada urbanização e a industrialização da agricultura, ao tempo em que destruiu grande parte dos recursos naturais, suscitou profundas reflexões nas universidades. No entanto, a preservação dos recursos naturais não acompanhou os avanços do pensamento científico. Ao contrário, quanto mais se busca explicar as causas, mais complexas e distantes ficam as soluções.

Em relação à problemática ambiental, Gonçalves (2004) considera que a questão central a investigar são as mudanças provocadas pelo capitalismo, que levaram ao acirramento das relações entre homem e natureza. O aumento do conflito, além de evidenciar uma

mudança de paradigma, está no cerne das relações de poder e na estruturação deste sistema econômico. Aquele autor considera que a separação entre homem e natureza se consolida com a instituição da propriedade privada, porque o acesso aos recursos naturais passa a ser mercantilizado. Casseti (2004, p.147) também assume essa visão ao afirmar que "a ideologização do conceito de natureza externalizada visa a legitimação da propriedade privada dos meios de produção, imprescindíveis à reprodução do capital".

Para Gonçalves (2004, p.66), a instituição da propriedade privada fundamenta a constituição do capitalismo e define a dinâmica dos territórios. "É ela que está na base da constituição do Estado territorial centralizado, depois Estado-Nação, que é a forma geográfica por excelência da sociedade moderno-colonial". Ao estabelecer e afiançar esse meio de apropriação da terra, o Estado nega a diversidade de formas de apropriação dos recursos naturais, direcionando o processo de ocupação de modo a legitimar os interesses do capital.

As políticas de desenvolvimento agrícola do Cerrado[10], iniciadas na região Centro-Oeste do país no final da década de 1970, são exemplos de parceria entre Estado e iniciativa privada. A concessão de incentivos fiscais e facilidades de financiamento, a construção de infra-estrutura e a participação societária do Estado em empresas de desenvolvimento agrícola são alguns fatores que elucidam, naquele caso, como a máquina estatal colabora para legitimar a lógica da propriedade privada.

É fato, porém, que a privatização da terra representa idêntica apropriação da natureza, com o conseqüente controle do acesso aos recursos naturais. Isto implica em que a natureza**,** embora a Constituição[11] a classifique como bem público, de interesse coletivo, cuja preservação responde pela qualidade de vida da população, está sob a guarda de interesses privados. Embora as águas que nascem ou passam por uma propriedade e as matas que as protegem não pertençam somente ao dono da terra, mas a toda a coletividade, prevalece a

[10] Para um estudo aprofundado dessas políticas para o Cerrado, ver Braga (1998).
[11] Capítulo VI da Constituição Federal.

apropriação privada da natureza e seu uso visando a atender demandas individuais, como a geração de lucro. As leis de proteção ambiental – que definem espaços de preservação, como reservas legais e áreas de preservação permanente – não são cumpridas e o aparato estatal de fiscalização é precário e burocrático. O Estado, que deveria proteger os interesses da coletividade, mostra-se inoperante e incapaz de superar essa lógica privada, pois está subjugado pelos interesses do capital e da propriedade privada.

Apoiados na premissa de que a proteção dos recursos naturais não se restringe à dimensão biológica, exigindo a incorporação das dimensões políticas, econômicas, sociais e éticas, acreditamos que os processos de criação e gestão de espaços naturais protegidos pelo Estado precisam avançar no sentido de adotar na prática essa visão integradora do meio ambiente. Caso contrário, insistir na visão ecológica reducionista, com foco somente no meio natural, fará desses territórios eternos espaços de conflito, pois os homens que vivem no seu entorno somente se tornarão seus aliados se forem atendidos por políticas públicas que lhes garantam educação e saúde de qualidade, segurança alimentar, diminuição das desigualdades sociais, distribuição de renda, liberdade e participação democrática, bem como estabilidade econômica nos níveis nacional e local.

Com base nas reflexões suscitadas, este estudo sobre o conflito gerado pela proposta de ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra propõe-se a compreender em que bases políticas, econômicas e sociais é possível considerar a permanência de atividades humanas nesse território. Para isso, adotamos como fio condutor dessa investigação o território, pois nessa categoria geográfica os interesses em jogo num determinado espaço podem tornar-se evidentes, o que nos permitiria avaliar em que condições poderiam conciliar-se com a proteção dos recursos naturais.

1.4.2 – O território como categoria central na compreensão da questão ambiental

Gonçalves (2004), ao analisar a questão ambiental contemporânea, coloca o território como categoria central no debate sobre o acesso aos recursos naturais. No seu entendimento, os limites territoriais revelam relações sociais e de poder que definem como e por quem será apropriada a natureza. As delimitações estabelecidas nesse processo determinam as relações de pertencimento e estranhamento, dominação e exploração. Oliveira (2004), ao discorrer sobre o atual contexto socioespacial da agricultura brasileira, também afirma categoricamente que seus trabalhos "refletem essa corrente que tem no estudo do território o tema central da investigação em Geografia" (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

A partir desta corrente teórica, que elege o território como categoria principal na investigação da disputa pela ocupação e exploração do espaço, buscamos compreender os conflitos gerados pela criação e ampliação do território do Parque Nacional da Serra da Canastra.

Procurando compreender a complexidade que envolve a questão ambiental, o espaço é considerado resultado da interação entre sociedade e natureza. Santos (2006) considera que a apropriação do espaço pela sociedade se dá por meio dos sistemas de objeto e de ação, que se interagem e formam um conjunto indissociável e contraditório, no qual os objetos naturais e construídos condicionam as ações e estas, por sua vez, dão sentidos e funcionalidades aos objetos.

> O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, 2006, p.63)

Ao analisar o espaço, a Geografia busca, portanto, entender como ocorrem os movimentos da sociedade sobre ele, a criação e a recriação de condições concretas e abstratas para a reprodução da vida, ou seja, a criação dos sistemas de objetos e de ações. Nesse processo dinâmico, o principal interesse dessa pesquisa é compreender as forças, as motivações e os interesses que orientam a apropriação dos espaços e como eles são utilizados; o que condiciona a adoção das formas e das técnicas de exploração dos recursos naturais na Serra da Canastra.

Nessa perspectiva, o espaço é palco de disputa e o território, materialização da conquista, o que resulta em delimitações, ou seja, fronteiras concretas e abstratas. Claude Raffestin, na terceira parte de *Por uma geografia do poder*, trata da relação entre território e poder, dando ênfase ao aspecto político da configuração territorial. Para o autor, o território é resultado de um trabalho no espaço, que envolve energia e informação, além de revelar as relações marcadas pelo poder. Para Raffestin (1993), o espaço antecede ao território. A territorialização se processa a partir da ação social sobre o espaço. O homem, ao ocupar o espaço através do processo socioprodutivo, territorializa-o. "...o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço." (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O território é o resultado das combinações estratégicas da sociedade na ocupação do espaço, além de fruto de interações políticas, econômicas e culturais. Nessa perspectiva, vê-se em Haesbaert (2004) uma ligação com Raffestin (1993). Para Haesbaert (2004), o território é compreendido considerando-se seus aspectos econômico, político (ou jurídico-político) e cultural (ou simbólico-cultural).

Em relação à dimensão política do território, Haesbaert (2004) destaca o poder do Estado na delimitação e no controle do espaço, estipulando regras e criando oportunidades ou restrições. O Estado democrático, por exemplo, é gerido pelas representações políticas da sociedade. Como no Estado brasileiro as esferas de poder são dominadas pelos interesses dos

grupos econômicos, o que se contata é que as oportunidades e restrições operam no sentido de atender à lógica destes grupos. Desse ponto de vista, as políticas públicas que orientam a ocupação e a exploração do território visam a legitimar o domínio das forças econômicas representadas pelo Estado.

Sob o aspecto econômico, o autor enfatiza o território como fonte de recursos, como resultado da relação capital-trabalho e como produto de uma divisão do trabalho. O território oferece a base material para o avanço das forças produtivas, provendo os recursos naturais disponíveis, a infra-estrutura que permite explorá-los e a força de trabalho humana. A economia condiciona as relações sociais de produção, ou seja, por meio do monopólio da produção e da circulação, o capital estabelece as funções dos territórios na divisão nacional e internacional do trabalho.

Do ponto de vista cultural, o território é analisado como produto da apropriação simbólica de grupos sociais através da vivência concreta dos homens com o espaço. No processo de ocupação e transformação do espaço, os homens tecem as tramas materiais e subjetivas que os ligam entre si e com a natureza, como vimos anteriormente. Este movimento se materializa no espaço e revela como as dimensões política, econômica e natural condicionam pensamentos e atitudes.

Portanto, à luz dos argumentos desses dois geógrafos, o território é uma construção puramente humana, ou seja, criado como forma de apropriação do espaço, com base em interesses específicos, em um dado momento histórico. O processo de ocupação territorial é condicionado pelas forças políticas e econômicas que estiveram e estão em jogo. Neste sentido, o modo como os homens ocupam e exploram o território e, por conseguinte, os recursos naturais, só pode ser compreendido pelo cruzamento entre essas dimensões.

Assim, podemos perceber que as discussões em torno do conceito de território e da questão ambiental são muito próximas, pois ambos exigem uma compreensão mais ampla e

integradora das dimensões naturais, políticas, econômicas e culturais que os envolvem. Como veremos, a criação de uma unidade de conservação é por excelência uma delimitação territorial, cuja proteção dos recursos naturais implica, necessariamente, na mediação de interesses difusos e contraditórios de agentes econômicos, população local, ambientalistas, entre outros. Portanto, transcende a abordagem biológica.

1.4.3 – Os conflitos em Unidades de Conservação: princípios político-ideológicos que orientam a disputa pelo território da Serra da Canastra

A criação de espaços naturais protegidos é um dos principais instrumentos que o Estado possui para conter a destruição dos recursos naturais. No Brasil, esse processo é orientado atualmente pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal nº 9.985/2000), que estabelece duas categorias de unidades de conservação: de Proteção Integral e de Uso Sustentável. A diferença básica entre as duas é que, enquanto a primeira só permite o uso indireto dos recursos naturais, como visitação e pesquisa científica, a segunda possibilita a permanência de atividades socioeconômicas, desde que esse uso não comprometa a capacidade de regeneração dos ecossistemas[12].

Estas categorias de unidades de conservação buscam contemplar as duas principais vertentes político-ideológicas do movimento ambientalista: a preservacionista, que defende grandes restrições ao uso desses espaços pelo homem; e a socioambientalista, que acredita na compatibilidade da permanência de comunidades tradicionais – como caiçaras e quilombolas, por exemplo.

Os preservacionistas são influenciados pela ideologia naturalista consagrada nos Estados Unidos, em 1872, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone. Segundo

[12] Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, Capítulo III, art. 7º, apud Ministério do Meio Ambiente, 2003, p.15.

Diegues (2001), os ambientalistas que criaram essa unidade de conservação acreditavam que a única forma de conter a destruição da natureza, provocada pelos colonos e pela ação das companhias mineradoras e madeireiras no oeste daquele país, era delimitar espaços de proteção onde a fauna e flora primitiva pudessem viver sem a intervenção humana. Até mesmo a presença de comunidades indígenas era considerada inadequada. Prevalecia a idéia de se resgatar a natureza em seu estado puro, anterior ao homem. Essas visões sobre a natureza, no século XIX, foram alimentadas pelo avanço da História Natural, que valorizara as áreas selvagens desabitadas, bem como pelo romantismo alemão, que considerava que o puro, o belo, o sublime e a essência da alma humana estavam na natureza intocada (CORBIN apud DIEGUES, 2001). Além disso, a acelerada urbanização por que passavam os Estados Unidos nesse período gerara a demanda por espaços de lazer e contemplação. Nesse sentido, os parques naturais também serviriam para fins de recreação a essa crescente população urbana.

No Brasil, a criação dos primeiros parques nacionais foi influenciada pela concepção preservacionista. O Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, teve como objetivos a pesquisa e o lazer para as populações urbanas (DIEGUES, 2001). As unidades de conservação posteriores também visavam os mesmos fins.

> A expansão do número de parques nacionais foi bastante lenta, e apenas em 1948 foi criado o Parque Nacional de Paulo Afonso. Em setembro de 1944, pelo Decreto n.º 16.677, atribui-se à Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, criado em 1921, o encargo de orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programas de trabalho para os Parques Nacionais: conservar para fins lucrativos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob sua jurisdição; promover estudos de flora, fauna e geologia das respectivas regiões; organizar museus e herbários regionais. (DIEGUES, 2001, p.114)

Por seu lado, os socioambientalistas, influenciados por princípios socialistas e comunitários, defendem modos de exploração dos recursos naturais compatíveis com as especificidades ecológicas e culturais dos povos que habitam esses territórios (ANDRADE, 1993). Os defensores desses princípios acreditam que é necessário repensar as funções das

unidades de conservação, considerando para isso a presença de comunidades tradicionais no seu interior.

Os conflitos gerados pela criação de unidades de conservação e o impacto desse processo sobre as populações locais são temas presentes nos estudos de Nunes (2002) e Diegues e Nogara (1999). Ambos mostram a realidade dos caiçaras fixados no entorno de unidades de conservação – o primeiro na Estação Ecológica da Juréia-Itatins (SP) e o segundo na Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (em Paraty, RJ). Em comum, aquelas pesquisas evidenciam que o isolamento dos espaços não garantiu a proteção efetiva da natureza, findando, ao contrário, por aumentar a resistência dos caiçaras, retirados da área de proteção, que hoje habitam seu entorno sem compreender a importância da preservação ambiental. Tais exemplos sugerem que foi desperdiçada a oportunidade de transformá-los em agentes protetores da natureza, pois ganharam motivos para se tornarem seus inimigos.

A experiência tem mostrado que o processo de desapropriação é lento e burocrático. A demora no pagamento da indenização limita a possibilidade de que as famílias reproduzam suas condições de trabalho em outras áreas. Além disso, o governo tem tido grande dificuldade de negociar democraticamente a retirada ou a possível permanência das famílias. Os técnicos dos órgãos ambientais não são suficientemente capacitados para lidar com conflitos, não conseguindo, em decorrência disso, estabelecer canais de comunicação adequados às especificidades culturais dos sujeitos locais. A lógica que os orienta parece ser aquela segundo a qual o homem deve afastar-se da natureza, por não conseguir viver com ela.

Na criação da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, Diegues e Nogara (1999) destacam a ausência de levantamento adequado das formas de relacionamento dos caiçaras com a natureza e seus espaços de trabalho. Na maioria dos casos de criação de unidades de conservação, o Estado negligencia a história e a cultura das populações locais. Principalmente em regiões onde o avanço das forças produtivas acelera a degradação do meio ambiente, é

comum que o poder público seja provocado pelos movimentos ambientalistas a reagir. Em conseqüência de tais pressões, no ímpeto de conter a destruição dos recursos naturais e dar respostas aos clamores ambientalistas, o governo delimita territórios, com vistas a recuperá-los e protegê-los da ação humana. Constata-se, porém, em muitos casos, que os espaços onde existem remanescentes florestais coincidem com aqueles onde vivem as populações tradicionais. Os órgãos ambientais, sob a influência do "mito da natureza intocada" (DIEGUES, 2001), optam pelo isolamento do território e negam a possibilidade de convívio entre homem e natureza. Assumem, assim, a própria incapacidade do Estado de mediar essa relação.

Por outro lado, a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (AM), em 2000, é um bom exemplo de que os interesses podem ser conciliados em prol da conservação dos recursos naturais. Para tanto, Estado, ambientalistas e sociedade local devem organizar-se e estabelecer espaços participativos de negociação, como ocorreu ali[13]. A proposta original era a criação de uma Reserva Ecológica, categoria de unidade de conservação que não permite a presença de populações locais. No entanto, pesquisas socioambientais realizadas ao longo de cinco anos (1991-1996), além da negociação com moradores, usuários da reserva e as principais organizações sociais atuantes na área, revelaram que era possível pactuar os interesses. Mamirauá tornou-se, então, referência na prática do uso sustentável dos recursos naturais. As populações que habitam aquele território se tornaram os seus principais protetores, segundo informações obtidas no sítio da Reserva na internet.

No caso do Parque Nacional da Serra da Canastra, por sua vez, a atual proposta de ampliação daquele território revela um acirrado conflito pela definição da categoria de unidade de conservação mais adequada para aquela realidade. De um lado, estão aqueles que

[13] Informações disponíveis em:<http://www.mamiraua.org.br>, Acesso em: 10/11/2006.

defendem a imediata suspensão e a retirada das atividades humanas; de outro, os que acreditam ser possível compatibilizar exploração econômica e conservação dos recursos naturais. No centro desta disputa estão os camponeses, principais habitantes desse território, que para permanecerem em suas propriedades precisam adequar seu sistema produtivo às normas ambientais. Nosso objetivo é verificar sob quais condições políticas, econômicas e sociais pode haver essa adaptação.

CAPÍTULO 2 – O TERRITÓRIO DA SERRA DA CANASTRA: O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO E USO DOS RECURSOS NATURAIS

2.1 – Histórico de ocupação e a produção camponesa no território da Serra da Canastra

O processo de ocupação agropastoril do território da Serra da Canastra se desenvolveu na segunda metade do século XVIII, após as campanhas de extermínio de ameríndios e negros. A presença desses povos impedia o avanço da frente de colonização e trazia riscos às caravanas de bandeirantes e tropeiros, que para fugir das tributações das mercadorias que seriam comercializadas nas minas goianas e para contrabandear o ouro nelas extraído, abriram picadas pelas serras do oeste mineiro, de modo a evitar os postos de controle da estrada do Anhanguera[14].

Para Lourenço (2005), a rota clandestina mais utilizada nesse período era a Picada de Goiás, que saía a noroeste de São João Del Rei, percorrendo a face norte da Serra da Canastra – território dominado por quilombos - em direção a Comarca de Paracatu e posteriormente às vilas auríferas da Capitania de Goiás.

Os quilombos do Alto São Francisco foram formados por negros oriundos dos arraiais e vilas do ouro, principalmente da Comarca de Ouro Preto e Sabará. O mais conhecido deles foi o do Ambrósio, que ficava próximo da Picada de Goiás, nas terras hoje pertencentes ao município de Ibiá. Os estudos de Ribeiro (2005) sobre a saga quilombola no oeste mineiro, estimam a presença de 6 mil negros nas cabeceiras daquele rio. O autor aponta como principais fatores de atração dessas terras a distância e isolamento em relação aos centros mineradores, e a dificuldade de acesso devido aos obstáculos naturais, como matos, serras e rios.

[14] A estrada do Anhanguera era o caminho oficial que ligava São Paulo as minas goianas, cruzando as terras do Triângulo Mineiro.

A exaustão das minas, as pressões demográficas e o esgotamento dos solos agrícolas dos núcleos auríferos, somados a descoberta de novas jazidas a oeste da capitania mineira, bem como a necessidade de ocupar, controlar e proteger os caminhos que levavam às lavras de Goiás acirraram o choque entre tropeiros, colonos e negros em meados do século XVIII, naquele território (LOURENÇO, 2005).

A intensificação da circulação nessa frente de colonização e os constantes ataques de quilombolas as caravanas, provocaram a reação do governo da capitania de Minas Gerais, que em 1746 iniciou as campanhas de extermínio daqueles povos (LOURENÇO, 2005). Piumhi, cidade próxima a Serra da Canastra, distante a 65 km de São Roque de Minas, originou-se de um acampamento militar, cujos soldados combateram os negros instalados no entorno daquela formação geológica. Esse fato foi assim descrito por Saint-Hilaire (2004, p.95, grifo nosso):

> O arraial deve a sua origem a um acampamento que se formou ali para combater um agrupamento de negros fugidos (quilombo) que se haviam embrenhado na Serra da Canastra e levavam desassossego aos **poucos agricultores estabelecidos na região**. Depois de destruído o quilombo o acampamento se transformou em núcleo habitacional permanente. Construiu-se uma capela em Pium-i, os colonos que se tinham dispersado voltaram às suas terras e pouco a pouco o povoado foi crescendo.

Como se constata pelo relato do botânico francês, as terras do sertão do Piumhi possuíam poucas fazendas, reflexo da presença dos negros e da falta de interesse da Metrópole Portuguesa em estimular sua ocupação. Outros fatores, destacados por esse pesquisador, como as limitações técnicas de produção, a baixa produtividade das lavouras e da pecuária, condicionaram de início a estruturação de um sistema agropastoril que atendia basicamente a subsistência daquela população, formada na maioria por camponeses pobres. O aumento das migrações para o oeste mineiro e do desenvolvimento da agropecuária na Serra da Canastra só progrediu após a aniquilação dos quilombos.

> A partir das campanhas contra os quilombos, iniciou-se uma verdadeira vaga migratória de geralistas em direção aos sertões do oeste, da década de 1750 em diante. Esses migrantes, alguns já detentores de posses, em geral modestas, e alguns escravos, mas **majoritariamente formado por roceiros pobres e negros libertos**, em breve, ocupariam, com seus sítios e fazendas, as terras liberadas dos quilombos

> do Oeste Mineiro, apagando a maior parte dos traços de sua existência anterior.(LOURENÇO, 2005, p.111, grifo nosso)

Os estudos de Lourenço (2005) sobre a colonização dos sertões do oeste mineiro, nos séculos XVIII e XIX, informam que os camponeses foram sujeitos fundamentais na ocupação e no desenvolvimento agropastoril daquele vasto território. Esse autor constatou através de pesquisas em inventários *post mortem*, que grande parte dos fazendeiros que recebiam sesmarias possuía poucos recursos técnicos e um número reduzido de escravos.

O trabalho camponês foi utilizado para suprir a carência de braços na formação de pastagens e no cultivo das roças que abasteciam as vilas e arraiais ao longo dos caminhos do ouro. Como forma de pagamento aos serviços prestados, muitos desses pequenos produtores recebiam a posse de parte das terras trabalhadas, outros estabeleciam laços permanentes de subordinação, tornando-se agregados.

> Esses fazendeiros, muitas vezes, já traziam alguma escravaria, recebida de herança, mas a regra era que geralmente não tinham muitas posses. Por isso, desde o início, dada a dificuldade de se comprar escravos, esses homens se preocupavam em ocupar suas fazendas com posseiros pobres (agregados), transformados, assim, num campesinato dependente. (LOURENÇO, 2005, p.124)

Outro importante elemento desse movimento migratório, destacado por Lourenço (2005), é a participação do núcleo familiar na reprodução das unidades agropastoris. A maioria dos homens só se aventurava por aqueles sertões levando consigo suas famílias, pois a construção das fazendas exigia a participação integral de seus membros. O autor conta que diferente de outras migrações do Brasil colonial, cuja predominância era masculina, como as que se destinavam aos núcleos mercantis mineiros, as caravanas que migravam para essa fronteira oeste contavam com a presença de mulheres e crianças. O pesquisador relata também que depois de fixados na terra, muitos regressavam as vilas de origem para buscar seus parentes. A criação de uma rede de parentesco interligando as propriedades gerava

relações de solidariedade vicinal fundamentais na organização socioeconômica daqueles pioneiros.

É importante destacar que a colonização do oeste mineiro foi estimulada pela Coroa Portuguesa que, a partir de 1750, através das novas concepções geopolíticas do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo - o Marquês de Pombal -, defendia a ocupação dessas terras como forma de assegurar o domínio lusitano sobre aquele território, visando protegê-lo das ambições espanholas, bem como para desenvolver a economia agropastoril. Para esse estadista, era necessário acabar com o isolamento dos núcleos auríferos das capitanias de Minas Gerais e Goiás, e ocupar os vazios demográficos entre eles (LOURENÇO, 2005).

Petrone (1970, p.140), assim descreve as características da ocupação do território mineiro no século XVIII:

> Pela natureza da ocupação do solo, e pelas características urbanas dessa ocupação, o povoamento das áreas das minas se fez em forma de “ilhas” de povoamento, núcleos mais ou menos isolados uns dos outros, às vezes enquadrados dentro de verdadeiros “arquipélagos”, como no caso de Minas Gerais.

Em relação a esse padrão espacial de ocupação do território, Lourenço (2005) informa que os núcleos auríferos é que determinavam o traçado das vias que os ligavam, ou seja, os caminhos se consolidavam após a descoberta de uma jazida, que posteriormente se tornava arraial e/ou vila, dependendo da quantidade e vida útil das lavras, bem como das funções administrativas, militares e religiosas que exerciam. Essas vias se tornaram vetores de ocupação da pecuária, que se expandia ao longo de suas margens, através de caminhos colaterais que levavam às fazendas e aos pequenos povoados.

O surgimento do povoado que deu origem ao município de São Roque de Minas é um bom exemplo desse processo de ocupação. Após o extermínio dos quilombos e a consolidação do arraial de Piumhi, a frente de colonização avançou em direção às encostas da Serra da

Canastra, formando fazendas de criação de gado e pequenas lavouras de subsistência. O surgimento do povoado é assim descrito pelo historiador local Antônio Francisco de Faria:

> O povoado surgiu como na maioria dos municípios brasileiros; da fé religiosa dos seus habitantes, que, em 1762 construíram uma capela em honra a São Roque, sob a liderança de Manuel Marques de Carvalho, fundador da cidade. A capela localizava-se em terreno da fazenda de propriedade do fundador. Posteriormente a fazenda foi vendida a Belarmino Rodrigues de Melo, quem, em 1858, doou as terras que vieram a formar o patrimônio da futura cidade de São Roque de Minas. (FARIA, 1986, p.2)

O processo de ocupação desse território se desenvolveu no novo contexto geopolítico construído pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, no qual a economia agropastoril ganhou estímulos para sua expansão, com vistas a povoar o vazio demográfico entre as "ilhas" mineradoras de Minas Gerais e Goiás. O Estado para estimular essa colonização distribuiu terras e concedeu isenção de tributos[15] para a agropecuária.

Nos estudos sobre as concessões de sesmarias, no período de 1800-1803, na comarca do Rio das Mortes, Lourenço (2005) constatou que a maior parte das terras que foram distribuídas, localizava-se no território compreendido entre a vila de Tamanduá[16] até as nascentes do Rio São Francisco, na Serra da Canastra, justamente nas áreas antes ocupadas pelos quilombos. Além de assegurar o domínio dessas terras e a ocupação das margens das estradas, que escoavam o ouro das minas de Goiás, as fazendas garantiriam o abastecimento das vilas e arraiais, como também do emergente mercado carioca.

As pesquisas de Valverde (1985) sobre o avanço da pecuária no interior mineiro indicam que a origem desse rebanho bovino é das terras do Alto Rio Grande, que desde meados do século XVIII já possuía grandes fazendas. A facilidade de acesso às estradas que ligavam aos centros auríferos ao Rio de Janeiro, mas principalmente os condicionantes naturais favoráveis, representaram impulsos para a atividade.

---

[15] "Quando da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, em 1808, o Conde de Linhares promulgou lei isentando o dízimo, por dez anos, os colonos que se estabelecessem nas regiões ermas de Minas" (SAINT-HILAIRE apud LOURENÇO, 2005, p.143).

[16] Atual município de Itapecirica.

> Um planalto ondulado, atravessado por alinhamentos montanhosos, atravessado por alinhamentos montanhosos. O clima tropical é amenizado pelas altitudes; a pluviosidade é elevada; os rios, perenes. Estepes úmidas e cerrados, interrompidos por cordões de matas ciliares, completam o quadro da vegetação. (VALVERDE, 1985, p.198)

Com a derrocada dos quilombos, o principal marco de ocupação do território da Serra da Canastra na segunda metade do século XVIII foi a formação, em 1760, do arraial de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque. O arraial teve em cinco anos um expressivo crescimento demográfico, chegando a possuir, em 1765, 195 casas e uma população estimada de 1.300 habitantes (LOURENÇO, 2005). Para o autor, o fator responsável por esse vertiginoso desenvolvimento não foram as jazidas de ouro encontradas nas margens do rio das Abelhas[17], mas sim a incorporação de suas terras a capitania de Goiás.

A transferência do território do Desemboque para o domínio goiano aconteceu porque o padre responsável por essa paróquia[18], para fugir dos impostos do quinto e das derramas sobre a exploração aurífera de Minas Gerais, abriu uma picada para Santa Cruz e conseguiu repassar o controle daquelas terras para a capitania goiana. O principal resultado dessa transferência de domínio territorial foi a criação de uma fronteira, que em função da sua posição geográfica, se tornou entreposto de contrabando de ouro e mercadorias.

> Situado além fronteira de Minas, mas ligado aos seus principais centros e a São Paulo e Goiás, confluência de caminhos vindos de três capitanias, o povoado beneficiou-se de uma posição privilegiada pela eqüidistância geográfica em relação a elas. Desse modo, acolhia as fugas das derramas mineiras, e ao mesmo tempo era rota de contrabando de mercadorias e ouro que trafegavam entre Goiás, Minas e São Paulo. (LOURENÇO, 2005, p.116)

Essas vantagens locacionais do arraial de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque o transformaram no principal núcleo irradiador da ocupação do oeste mineiro nesse período. Outros caminhos se ramificaram aos principais e através deles a pecuária extensiva se expandiu, em especial para as terras dos atuais municípios de Araxá e Patrocínio. Lourenço

---

[17] Atual rio Araguari.

[18] Nessa época, a Igreja era a instituição que exercia o controle fiscal sobre a exploração e circulação do ouro. As reformas pombalinas destituíram esse poder do clero e transferiu essa responsabilidade inteiramente para o Império Português (LOURENÇO, 2005).

(2005) identificou que foram as condições naturais propícias, como os extensos chapadões com pastagens naturais e a presença de águas salitrosas – que supriam a necessidade de sal para o gado –, somadas a facilidade de acesso e a crescente demanda do mercado do Rio de Janeiro, que impulsionaram essa atividade econômica.

Com o arrefecimento da mineração do ouro no início do século XIX, a pecuária se tornou a base da economia no oeste mineiro. Os fazendeiros araxaenses e patrocinenses se tornaram grandes criadores e comerciantes de gado, comprando bezerros dos pecuaristas do sul goiano e de fazendeiros circunvizinhos para engorda e venda, principalmente para o mercado de São João Del Rei, de onde as boiadas seguiam para o litoral carioca. Com o desenvolvimento do negócio, esses fazendeiros conquistaram grande prestígio político, credenciando-se a reivindicar a reincorporação dos territórios de Araxá e Desemboque a Minas Gerais, com o objetivo de fugir das tributações goianas ao comércio de gado (LOURENÇO, 2005).

Atendendo a essa solicitação, D. João VI, em 1816, reintegra esses territórios à capitania mineira. A decisão imperial imprimiu uma nova dinâmica econômica a esse território e Desemboque perdeu suas vantagens fronteiriças e a função de centro contrabandista, entrando em um processo irreversível de decadência. A população do arraial migrou para outras localidades, ampliando a frente de expansão agropecuária para o oeste.

Lourenço (2005) conta que o povoado de São João Batista[19], hoje (2006) distrito do município de São Roque de Minas, surgiu nesse período de decadência do Desemboque. As famílias que para lá migraram formaram fazendas de gado nas encostas e nos extensos chapadões da Serra da Canastra, beneficiando-se dos seus atributos naturais e da sua posição geográfica. O povoado se tornou importante rota de boiadas que vinham de Araxá com destino a São João Del Rei, pois naquele ponto, a vertente norte da serra é menos íngreme, o

[19] Em São João Batista, também conhecido como Serra da Canastra, existe uma portaria do Parque Nacional da Serra da Canastra, ligando o distrito aos municípios de Tapira e Araxá.

que facilitava o acesso do gado aos seus altiplanos. Em seguida, os bovinos eram conduzidos para leste, pela Picada do Desemboque, passando por São Roque de Minas e Piumhi. Nesse contexto, essas terras desempenharam um papel complementar ao desenvolvimento pecuarista araxaense, ora como reserva de pastagem e fornecedoras de bezerros, ora como território de passagem de boiadas.

A Serra da Canastra foi, portanto, palco de intensas disputas na segunda metade do século XVIII. O território antes desprezado pela metrópole portuguesa ganhou importância econômica e política após a abertura dos novos caminhos para as minas goianas. A necessidade de ocupar e controlar o interior da colônia levou o Estado português a incentivar sua colonização, através da concessão de terras e incentivos a atividade agropastoril. Assegurado esse domínio territorial e com o arrefecimento do ciclo da mineração, a pecuária extensiva se tornou a principal atividade econômica nas nascentes do São Francisco, no centro-oeste mineiro. Nesse contexto histórico, a agricultura camponesa exerceu uma função estratégica no desenvolvimento agropastoril. No primeiro momento, os camponeses atuaram como desbravadores, garantindo a ocupação das terras após o extermínio de índios e negros, e posteriormente como força de trabalho complementar na produção de alimentos e na formação de pastagens. Em seguida, descreveremos o processo de territorialização da produção camponesa na Serra da Canastra, em especial no vale do Boqueirão no distrito de São José do Barreiro, município de São Roque de Minas.

2.2 A estruturação do sistema socioprodutivo camponês no Vale do Boqueirão, São Roque de Minas, Serra da Canastra.

A descrição mais remota da ocupação camponesa no vale do Boqueirão, na Serra da Canastra, nos é fornecida por Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu, em 1819, os sertões de

Piumhi em direção a cachoeira Casca D'anta. Durante esse percurso, de cerca de 70 km, esse explorador não encontrou nenhum viajante, tampouco se deparou com agricultores ou boiadeiros. Esse vazio demográfico foi assim narrado:

> Já tínhamos feito mais de três léguas sem que encontrássemos uma única habitação, embora nos tivessem dito que havia várias pelo caminho. Também não vimos viajantes e nem sinal de gado. Era uma bela solidão, mas uma solidão profunda (SAINT-HILAIRE, 2004, p.102).

A explicação dada a esse hiato na colonização é encontrada nos estudos de Lourenço (2005) e Ribeiro (2005), que consideram como principais fatores de atração das terras próximas a Serra da Canastra a oferta de solos agricultáveis no fundo dos vales, as pastagens naturais nos altiplanos e encostas dessa formação geológica, além da expectativa de se encontrar diamantes nos leitos dos rios.

As paisagens e as cenas descritas pelo explorador francês, na segunda década do século XIX, no vale do Boqueirão, nos revelam um território pouco habitado com uma incipiente e rudimentar agropecuária, composta de poucas e esparsas habitações, com pequenos roçados e algumas cabeças de gado. A seguir, destacamos algumas passagens de seu relato que descreve importantes elementos dessa ocupação camponesa nesse desfiladeiro localizado entre as Serras da Canastra e da Babilônia:

> Os escassos habitantes dos arredores da Serra da Canastra, que parecem todos aparentados uns com os outros, cultivam a terra com suas próprias mãos, mas seus produtos não têm nenhuma saída. Unicamente o gado que criam é capaz de lhes render algum dinheiro, mas ainda assim eles são obrigados a gastos consideráveis com sal, cujo preço ali é exorbitante. Os negociantes de gado vão até aqueles longínquos recantos em busca de bois para comprar. Os moradores da região se queixam também das ervas venenosas, que fazem mal ao gado. (SAINT-HILAIRE, 2004, p.105)
>
> Ao atravessar esses pastos encontrei uma série de carros puxados por três ou quatro juntas de bois, carregados de toucinho e conduzidos por homens brancos. Perguntei-lhe de onde vinham e fiquei sabendo que tinham partido de Araxá havia doze dias e seu destino era São João del Rei, onde deviam chegar ao fim de um mês. O custo da viagem desse tipo é pequeno, uma vez que os carreiros levam consigo o necessário para a sua alimentação e até mesmo o milho destinado aos bois. (SAINT-HILAIRE, 2004, p.106)

Os relatos do botânico francês descrevem um sistema socioprodutivo baseado na agricultura de subsistência e na pecuária de baixa escala. O isolamento e as dificuldades de acesso àquele território condicionaram uma vida quase que auto-suficiente. Na prática o único elemento externo mais exigido era o sal, adquirido através da permuta de banha suína e queijos, ou comprado com o pouco dinheiro obtido de forma eventual com a venda de bois aos comerciantes de gado de Formiga e São João Del Rei. O trabalho na terra exigia a participação de todos os membros da família e a rede de parentesco supria a demanda de mão-de-obra em tarefas que exigiam mais braços, como roçagem de pasto, colheitas, construção de cercas e estradas, entre outros.

Nessas unidades produtivas existiam dois espaços distintos, porém complementares, as "terras de plantio" e as "terras de pastagem". Lourenço (2005) constatou nas leituras dos inventários *post mortem* do termo de Uberaba, entre 1822 e 1861, que essas terras eram classificadas pelos camponeses do oeste mineiro como matas de cultura e campos de criar. Essas matas possuíam duas classificações básicas: matas virgens (primárias) e capoeiras (secundárias). O autor também identificou outras denominações atribuídas as terras de plantio, como: matas de cultura e capões de mato. Os camponeses pesquisados no vale do Boqueirão usam na sua maioria o termo *terra de cultura* para classificar os solos agricultáveis e *campo* para os terrenos destinados ao pastoreio dos bovinos.

Essa divisão do espaço de trabalho agropastoril encontra situações similares em outras partes do Brasil. Dadas às especificidades naturais e culturais de cada realidade, o que se constata nos estudos sobre o campesinato em Cândido (1982) na região de Bofete – São Paulo, Brandão (1981) em Mossâmedes – Goiás e Woortmann (1983) no vale do São Francisco - Piauí, é a reprodução de práticas agrícolas resultantes de uma matriz européia que incorporou técnicas ameríndias e que sofreram pequenas adaptações em função das características biogeográficas e econômicas de cada região. No caso da Serra da Canastra, os

estudos de Lourenço (2005) e os relatos de Saint-Hilaire (2004) indicam que a divisão e manejo das pastagens com a utilização do fogo e o sistema de pousio das lavouras – *roças de toco*[20] -, comprovam essas heranças agrícolas de ibéricos e indígenas.

> Além do sistema de preparo da terra, também no caso das técnicas de cultivo, armazenamento de colheitas e beneficiamento, houve absorção – com adaptações – dos complexos técnicos nativos. Na maioria das vezes, isto se fez porque estes eram vantajosos, mais bem adaptados ao ambiente tropical do que os equivalentes ibéricos. Diante das escolhas postas aos colonos, estes foram adotando as técnicas que sabiam funcionar, observando os indígenas ou aprendendo com os escravos índios e, muitas vezes, depois de testar e abandonar, por inadequadas, aquelas trazidas da metrópole. (LOURENÇO, 2005, p.183)

A sustentação dessa prática agrícola dependia da relação entre disponibilidade de recursos naturais, baixa densidade demográfica e volume de produção almejado, ou seja, mais florestas, menos indivíduos e produção voltada à subsistência era a equação que permitia a maior longevidade desse sistema produtivo, pois os intervalos de pousio poderiam ser estendidos, o que possibilitava a regeneração parcial das matas e a recomposição dos nutrientes do solo. No vale do Boqueirão, a oferta de áreas florestadas ao longo dos rios e encostas de serras – faixas de solos ricas em matéria orgânica -, a baixa pressão demográfica, a reserva de pastagem nos altiplanos, e a produção de alimentos voltada para o consumo das famílias permitiram a sustentação desse sistema produtivo.

Outro fator que impedia a abertura de novas terras de plantio era a dificuldade de escoamento da produção. A produção excedente de milho e café, além do queijo e banha suína, era transportada em carros-de-boi por longas distâncias, até os entrepostos comerciais mais próximos, como: Sacramento, Piumhi e Bambuí. Esses gêneros agrícolas eram trocados por sal e óleo para lamparina. A declividade acentuada do terreno e a travessia de vários rios impunham muitos obstáculos à viagem, o que inibia as transações comerciais. Em São Roque

---

[20] Produção agrícola cujo preparo se iniciava logo após a retirada das matas primárias próximas dos cursos d'água e encostas de morros, aproveitando-se a fertilidade da camada orgânica do solo. A derrubada da floresta era feita com machado, retirando-se algumas espécies para a construção de cercas, utensílios agrícolas e madeiramento de casas, em seguida coloca-se fogo. Em meio às árvores carbonizadas que sobravam eram feitos os cultivos. Com as sucessivas colheitas os nutrientes se exauriam e as áreas eram abandonadas, sendo retomadas somente após a regeneração da vegetação, ou então eram transformadas em pastagem.

de Minas, os carros-de-boi ainda eram bastante utilizados na década de 1930, como se pode constatar na Figura 8.

Figura 8 – Carros-de-boi em São Roque de Minas (1936)
Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Francisco de Faria, morador de São Roque de Minas. Pesquisa de campo, maio de 2006.

> Meu pai contava que levava uns sete dias para chegar em Sacramento. Tinha que atravessar muito córrego e subir muito morro. Não cheguei a fazer essas viagens [...]. Aprendi a candiar e amansar com meu pai. A gente usava os bois pra tudo: arar, carregar lenha, fazer mudança. Eu usava muito. Tem gente que usa ainda. Mas é pouco. No passado, só tinha esse recurso. (Camponês do vale do Boqueirão, maio de 2006)

Em relação ao manejo das pastagens, o rebanho bovino, nos meses de maior pluviosidade – de novembro a março – pastava nas terras baixas, próximas às encostas das serras. No período de estiagem – de maio a setembro –, por sua vez, os animais eram levados às terras altas dos chapadões. A queima do pasto antecedia a subida do rebanho. Os campos queimados e naturalmente recuperados ficavam cobertos com relva verde, de grande valor nutricional. Essas áreas eram estratégicas para o sistema socioprodutivo camponês, pois além de garantir o alimento para os bovinos, economizava mão-de-obra e evitava a concorrência da

pecuária com a agricultura sobre os solos agricultáveis. Esse ciclo produtivo está representado na Figura 9.

Figura 9 – Manejo de pastagem tradicional na Serra da Canastra
Foto do autor, maio de 2006.

O manejo dessas pastagens era feito habitualmente com fogo. Dividia-se a área em duas parcelas, utilizadas de forma rotativa, com ciclos bienais. No entorno de nascentes, matas e divisas de pastos abriam-se aceiros, ateando-se fogo aos pastos logo após as primeiras chuvas. A preservação tinha objetivos práticos: garantir abastecimento de água para o gado e estoque de madeiras para a construção de instrumentos de trabalho, cercas, curral e casa.

> A gente fazia assim: quando chovia, depois que dava aquele sol, e secava a macega por cima, a gente punha fogo. Tinha que queimar aquela bucha seca, senão o gado não come [...]. O chão tem que dá molhado, senão queima as raízes. Se não for assim o pasto fica fraco depois. Esse é o costume aqui [...]. Antes de colocar fogo, fazia o aceiro nas beiras de mato. Depois, botava fogo de lá para os pastos, para não queimar os paus [...]. Os fazendeiros não gostam de queimar esses matos, dá prejuízo. É de lá que vem a madeira pra cerca, curral [...] Lá no Chapadão era sim: o fazendeiro dividia os pastos. Cada ano usava uma parte. Todo mundo fazia assim, para não faltar trato para o gado depois. (Camponeses do vale do Boqueirão, maio de 2006)

O fogo nos períodos de seca, principalmente nos meses de setembro e outubro, proporcionava a renovação do capim. Tornando a brotar a pastagem, assegurava-se alimento para o gado, nesse crítico período. O fator determinante para a adoção dessa prática é a economiza de tempo e mão-de-obra. O fogo substitui o trabalho de muitos homens e o resultado é rápido e muito satisfatório, as pastagens se revigoram e conseguem manter a

produtividade leiteira do rebanho, além disso, esse ganho de tempo e mão-de-obra é revertido para outras atividades agrícolas.

As especificidades naturais de topografia e de pastagem foram determinantes para o desenvolvimento da pecuária nesse território. De acordo com o *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra* (IBAMA, 2005), na segunda metade do século XIX, a movimentação de boiadas intensificou-se. Muitos pecuaristas de vilas paulistas situadas na margem esquerda do Rio Grande conduziam seus rebanhos para engordar nas invernadas[21] das Serras da Canastra e da Babilônia. Nos depoimentos dos camponeses entrevistados, constatam-se os benefícios desse itinerário. Eles descrevem que, nos períodos de invernada, a compra e a venda de gado se intensificavam, o comércio nas mercearias crescia e surgiam mais oportunidades de trabalho e negócios.

> Esses chapadões ficavam cheios de gado. Os fazendeiros traziam o gado de longe, muitos viam de São Paulo, atravessavam o rio Grande atrás desses pastos. Os paulistas compravam gado daqui também. Os pastos eram tão bons que tinha fazendeiro que comprava gado sem ver antes. Combinava de ficar com todas as cabeças que conseguissem chegar lá. Tinha rés que subia doente e magra, mas depois de comer aquele capim ficava gorda [...]. Muita gente trabalhava de retireiro lá em cima para os fazendeiros. O dinheiro circulava. Eu vendia muito aqui. (Dono de mercearia e produtor rural em São José do Barreiro, maio de 2006)

Mudanças significativas nesse sistema agropastoril começaram a ocorrer no início do século XX. A construção, entre 1910 e 1915, da Ponte do Surubim, sobre o Rio Grande[22] intensificou as transações comerciais entre paulistas e mineiros, naquela região. O mercado paulista fomentou a produção de cana-de-açúcar, café, queijo e manteiga. O desenvolvimento da pecuária de corte na região de Uberaba, ao longo da primeira metade do século XX, deslocou os investimentos dessa atividade para o Triângulo Mineiro, determinando, na maioria das propriedades da Serra da Canastra, um quadro de crescente especialização na produção de leite e queijo (IBAMA, 2005).

---

[21] As invernadas eram pastos localizados basicamente nos altiplanos da Serra da Canastra e da Babilônia. O período de invernada era de junho a outubro, segundo informações gravadas na pesquisa de campo de setembro de 2005.

[22] A Ponte do Surubim acabou submersa pela barragem da Usina Hidrelétrica de Furnas, na década de 1960.

Dessa forma, o sistema produtivo dos camponeses na Serra da Canastra, em especial no vale do Boqueirão, foi condicionado pelas especificidades naturais e pelas funções que esse território assumiu na divisão territorial do trabalho no centro-oeste de Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XX. A Serra da Canastra se especializou na produção de gêneros agrícolas de baixo custo e na pecuária leiteira, em especial na fabricação do queijo. Somente na década de 1930 é que essa dinâmica socioprodutivo sofreu alterações em função da descoberta de diamantes nas margens do rio São Francisco.

2.3 - A inserção da mineração no território da Serra da Canastra e os impactos sociais e naturais

Como foi descrito no capítulo anterior, os principais atrativos à ocupação pioneira do entorno da Serra da Canastra, apontados por Lourenço (2005) e Ribeiro (2005), foram a oferta de terras que permitiam a reprodução do sistema agropastoril tradicional – *terras de pastagens e de cultivo* – e a possibilidade de se encontrar riquezas minerais. Pelos estudos destes autores, bem como pelas descrições de Saint-Hilaire (2004), deduz-se que a busca por minérios ficou predominantemente circunscrita à face norte da Canastra, nas cabeceiras do rio Araguari, próximas ao arraial de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque. Como foi descrito anteriormente, a expedição de Saint-Hilaire, em 1819, pelo vale do Boqueirão em direção à cachoeira Casca D'anta, deparou-se com uma sociedade essencialmente agropastoril. Ao longo de todo o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, esse sistema produtivo, baseado na pecuária leiteira de baixa escala, desenvolveu-se, tornando-se, na prática, o sustentáculo da economia local. Somente na década de 1930, com o surgimento dos garimpos de diamantes em Vargem Bonita, ocorreram mudanças significativas na dinâmica produtiva local.

A descoberta de jazidas de diamante, no rio São Francisco e em seus afluentes, contribuiu de forma significativa para alterar a dinâmica socioeconômica daquele território. Essa riqueza mineral atraiu grande contingente de garimpeiros para a então fazenda Vargem Bonita, que já em 1944 se tornara um distrito, dado o rápido processo de ocupação daquele espaço. Em praticamente 20 anos, o que era terra de pastagem se transformou no centro minerador da Serra da Canastra, resultando na emancipação política de São Roque de Minas, em 1953 (IBAMA, 2005). Estima-se que nesse período Vargem Bonita chegou a possuir uma população de 30 mil habitantes[23]. Na Figura 10, pode-se constatar que o local, no início da década de 1940, já possuía várias habitações.

Figura 10 – Vargem Bonita no início da década de 1940
Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Francisco de Faria, morador de São Roque de Minas. Pesquisa de campo, maio de 2006.

A inserção dessa nova atividade econômica no território agropastoril da Serra da Canastra e o rápido crescimento demográfico promovido pelos garimpos de diamantes resultaram em duas conseqüências principais: grande impacto ambiental e aumento da

[23] Informação extraída do Diagnóstico Municipal produzido pela Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Vargem Bonita (ADESVAB), disponível em: www.serracanastra.com.br/cidadesdaregiao/vargembonita; obtido em 25/06/2006.

demanda por produtos agrícolas para abastecer esse núcleo minerador. Vejamos primeiro os danos causados ao meio ambiente pela mineração para, em seguida, tratarmos das mudanças ocorridas na produção agropastoril.

No tocante à exploração dos recursos naturais, a técnica de mineração utilizada nos garimpos era rudimentar, por meio de escavações feitas com pás, picaretas e carros-de-mão. As matas ciliares próximas aos rios eram suprimidas e a camada superficial do solo, removida para se obter o cascalho. Além disso, os cursos d'água eram desviados, por meio de canais que funcionavam como aquedutos, onde os cascalhos das lavras eram peneirados. Na Figura 11, pode-se constatar a dimensão dos impactos causados pela atividade mineradora e as ferramentas utilizadas no processo de extração do diamante.

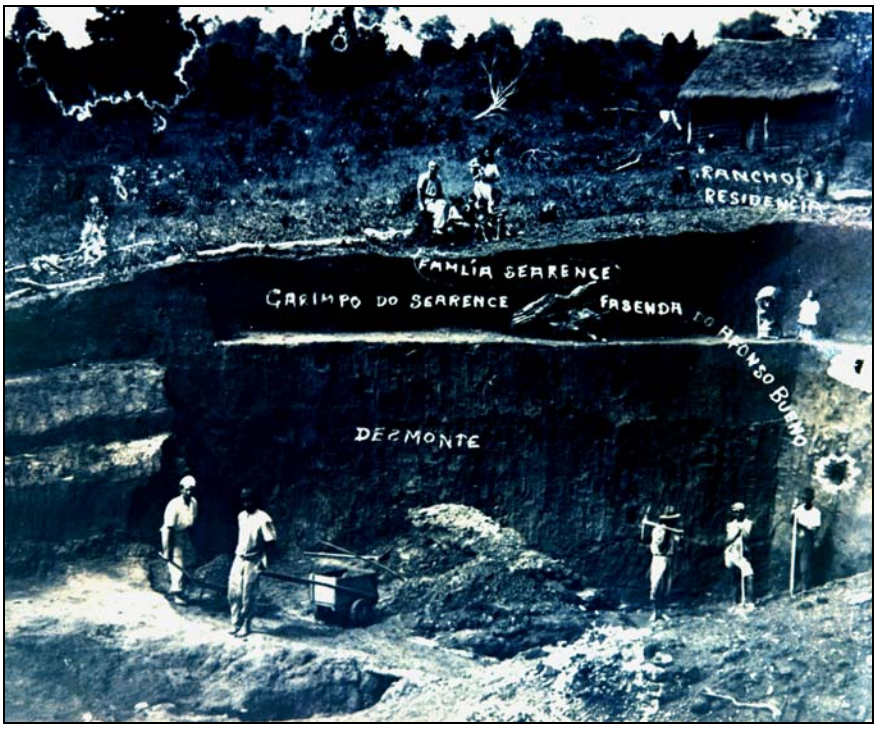

Figura 11 – Exploração de garimpo nas margens do rio São Francisco, em Vargem Bonita (década de 1940)
Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Francisco de Faria, morador de São Roque de Minas. Pesquisa de campo, maio de 2006.

Embora o trabalho fosse basicamente braçal, os danos ambientais eram enormes. As escavações provocavam intenso processo erosivo, transportando para os rios grande

quantidade de terra. A imagem acima também revela as características das habitações, exibe o núcleo familiar – mulheres e crianças convivendo com os garimpeiros em habitações junto às cavas e indica a origem dos exploradores – no caso, uma família cearense. Em entrevistas feitas com moradores de Vargem Bonita, apurou-se que a maioria dos garimpeiros provinha da região Nordeste do país[24]: "Veio muito nordestino pra cá, de toda banda. A maioria era baiano, mas tinha sergipano, paraibano, nortista." (Comerciante de Vargem Bonita, maio de 2006).

Em relação às habitações, eram construções pequenas e precárias, com paredes feitas de barro e madeira (pau-a-pique), cobertas com folhas de palmeiras, o que revela o caráter provisório da ocupação, característico da atividade mineradora. Em geral, esses ranchos[25] eram construídos próximos às cavas e ao núcleo urbano de Vargem Bonita, bem como nas propriedades rurais que arrendavam parte das glebas. Em alguns casos, as habitações de garimpeiros e camponeses eram próximas, como podemos constatar na Figura 12. Ao dono da terra caberia a porcentagem de 10% do valor obtido com a venda dos diamantes extraídos em sua propriedade[26].

Figura 12 – Habitações de garimpeiros em unidades produtivas camponesas (década de 1950).
Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Francisco de Faria, morador de São Roque de Minas. Pesquisa de campo, maio de 2006.

[24] Existem poucos registros oficiais e documentos sobre essa migração, que estão dispersos sob a guarda de algumas pessoas que vivenciaram esse período. Há a intenção, por parte da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Vargem Bonita – ADESVAB, de organizar esse acervo e de se fazer uma espécie de museu do garimpo, para que se torne mais uma atrativo turístico da cidade, além de preservar a memória desse período.

[25] Denominação utilizada pelos comerciantes e camponeses entrevistados.
[26] Informação obtida através de entrevistas de campo, em maio de 2006.

Essa proximidade espacial proporcionava o convívio entre atividades agrícolas e não-agrícolas, que se interagiam e criavam laços de dependência e reciprocidade. É justamente essa interação entre exploração mineral e produção agropastoril, nos espaços de vida e trabalho dos camponeses, que nos interessa, pois demonstra que uma atividade não eliminava a outra, mas eram, interdependentes. Para os garimpeiros, a produção camponesa assegurava principalmente o abastecimento de alimentos. Já para os camponeses, as lavras significavam oportunidade de melhoria na renda, através da comercialização de produtos agrícolas e arrendamento das terras. Além disso, trabalhavam ora de forma integral, quando havia excedente de força de trabalho nas unidades produtivas, ora eventual, nos meses em que as tarefas no campo se reduziam[27]. Era comum, por exemplo, os camponeses executarem o transporte de cascalho das lavras para os locais onde ocorria a peneiragem desse material, utilizando para isso carros-de-boi. (FIG. 13).

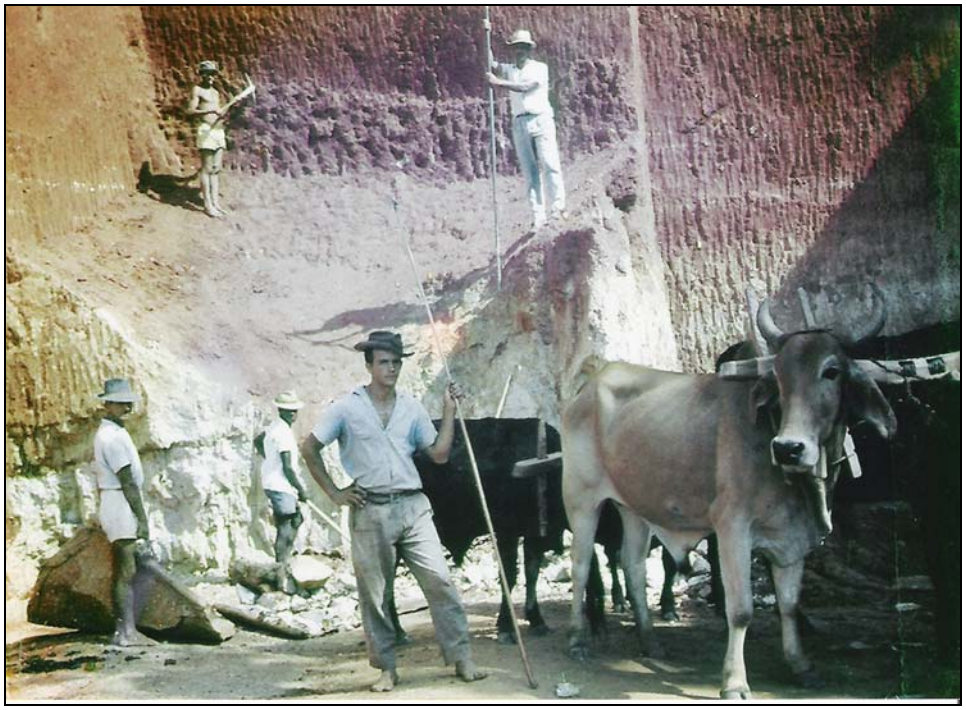

Figura 13 - Trabalho camponês na exploração de diamantes (1963)
Fonte: Arquivo pessoal de Vitor Bernardino de Andrade, na imagem como condutor dos bois. Atualmente é aposentado e mora em Uberlândia com os filhos. Foto obtida em novembro de 2006.

[27] Os meses em que ocorria essa liberação de força de trabalho eram de maio a agosto, no período de seca, quando as atividades agropastoris ficavam restritas ao manejo do gado, que demandava menos braços.

No tocante à produção agropecuária, os itens mais requisitados pelos garimpeiros eram leite, queijo, ovos, rapadura, mandioca, feijão, porcos e galinhas. Os depoimentos dos camponeses que vivenciaram aquele período evidenciam a necessidade de maior uso da terra e a conseqüente pressão sobre os recursos naturais:

> Na época do garimpo, a gente vendia de um tudo. Tudo que plantava e criava tinha saída. A gente vendia muito porco, galinha, ovo, farinha, leite, queijo, se tivesse mais condição de plantar e aumentar as criação, saía tudo. Tinha dinheiro na Vargem, os garimpeiros andavam com o bolso cheio. Fui várias vezes com o carro carregado e voltava sem nada. Quem trabalhava ganhava dinheiro. (Camponês do vale do Boqueirão, maio de 2006)

A demanda pelos gêneros agrícolas exigia a abertura de novas áreas de cultivo e conseqüentemente o emprego de mais força de trabalho. Como a produtividade das lavouras dependia da fertilidade natural dos solos, ou seja, da exploração das matas primárias, deduz-se que, nesse período, houve pressão sobre essas terras florestadas. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que esta situação provocou impactos ambientais negativos, gerou impactos sociais positivos, fortalecendo os laços de trabalho intra e extra-propriedade, pois as tarefas no campo, em função das limitações técnicas, necessitavam de mais braços.

> Nesse tempo não tinha adubo como tem hoje. Lavoura só dava em terra de cultura, na baixada. A gente limpava o terreno e semeava. A terra respondia. Dava muito milho e feijão [...]. Na época do garimpo a gente plantava mais, tinha pra quem vendê [...]. Participei de muito mutirão. Um ajudava os outros, o serviço era muito: limpá pasto, colher. (Camponeses do Vale do Boqueirão, maio de 2006)

Além do dinheiro obtido com atividades essencialmente agrícolas, o arrendamento de parte das terras e o trabalho eventual nas lavras se tornaram fontes complementares de renda. Merece destaque o fato de que, vindo o recurso extra de atividades agrícolas ou não-agrícolas, era invariavelmente aplicado em benfeitorias nas propriedades, segundo depoimento dos camponeses. Trabalhar fora ou arrendar as terras eram, nessa perspectiva, estratégias para assegurar a posse da terra e manter em operação o sistema agropastoril. O dinheiro ganho nos garimpos era aplicado em reformas e ampliações da infra-estrutura, na compra de bovinos e

de novas glebas. Nessa perspectiva, a exploração mineral não concorria com a agropecuária, mas sim criava condições para sustentá-la.

> Meu pai arrendou pro garimpo dois alqueires na beira do São Francisco. Lá não deu muito diamante. Mas ele conseguiu melhorar a fazenda. Comprou gado e reformou o curral e a casa. Eu e meu irmão chegamos a garimpar na nossa terra. Nas águas a gente só faiscava, nas praias e no rio, mas na seca, que rende mais e é mais fácil achar o diamante, a gente trabalhava no garimpo. (Camponês do vale do Boqueirão, maio de 2006).

Os garimpos geraram, portanto, condições socioeconômicas favoráveis à produção camponesa. A apropriação do espaço pela mineração não provocou a desestruturação do sistema agropastoril tradicional, ao contrário, fortaleceu-o. No entanto, os danos ambientais foram enormes e intensificaram-se com o decorrer do tempo. Principalmente a partir da década de 1970, quando ocorreu a substituição do processo de extração manual pelo mecânico.

Com a mecanização da exploração de diamantes e o conseqüente aumento dos impactos ambientais atribuídos a esta atividade econômica, os movimentos ambientalistas passaram a pressionar o Estado pelo fechamento das lavras. O processo precisava ser contido, pois a degradação chegara a um estágio alarmante. A criação do Parque Nacional da Serra da Canastra, em 1972, atendeu à necessidade de adoção de medidas urgentes para evitar as agressões ao meio ambiente. O mesmo governo que criara aquela unidade de conservação, visando preservar uma área de grande relevância ambiental, viu-se compelido a tomar atitudes mais enérgicas.

Mesmo após muitos clamores da opinião pública, somente em 1989 o governo federal conseguiu paralisar a exploração de diamantes nas margens do rio São Francisco (IBAMA, 2005). O IBAMA desativou os garimpos, encerrando aquele ciclo de depredação. O impacto na economia local foi grande, agravado ainda pelo cenário de crise econômica, enfrentado na década de 1980. Os lamentos em relação ao fechamento das lavras ainda ressoam, apesar de muitos reconhecerem os impactos negativos que a atividade causava ao rio.

> O fechamento dos garimpos prejudicou muita gente. Muitos foram embora. O comércio caiu bastante na cidade. O dinheiro circulava. Final de semana era movimentado aqui. Eu vendia bastante, não só pra quem trabalhava com garimpo, mas para todo mundo [...]. Mas se não fechasse não tinha mais rio. O estrago já estava grande. (Comerciante de Vargem Bonita, maio de 2006)

No entanto, a mineração no entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra não cessou por completo. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vinculado ao Ministério de Minas e Energia, continuou concedendo licenças de exploração no território que o IBAMA considera unidade de conservação, ou seja, os 130 mil hectares que não foram desapropriados. Pode-se dizer que as terras de rica biodiversidade e de extrema importância ecológica, assim consideradas pelo órgão ambiental, para o DNPM são subsolos com jazidas minerais de grande valor econômico.

No vale do Boqueirão, encontramos um exemplo bastante representativo dos desencontros entre as políticas públicas geridas por estes órgãos federais. A empresa sul-africana De Beers Consolidated Mines Ltd. – através de sua subsidiária brasileira, a Sopemi Pesquisa e Exploração de Minério S/A – explorava, até o início de 2006, uma mina de diamantes situada nas proximidades da cachoeira Casca D'Anta, na área a ser incorporada pelo Parque Nacional da Serra da Canastra. Essa mineradora possuía licença de pesquisa mineral[28] – documento que permite apenas sondagens para delimitação das jazidas e não a exploração e beneficiamento das rochas – havia mais de 30 anos. Denúncias da ONG SOS Lobo-Guará apontaram que a mineradora extraiu, ao longo dos últimos anos, mais de 30 mil quilates de diamantes, sem a devida fiscalização do DNPM. Além disso, para agravar a situação, a ONG alega que há fortes indícios de que os diamantes saíram de forma irregular do Brasil, sem o recolhimento de tributos. Em 2006, estas acusações foram encaminhadas ao Ministério Público Estadual de Minas Gerais, que acionou os órgãos competentes e conseguiu

[28] Segundo o Código de Mineração de 1967, no seu Artigo 14: "Entende-se por pesquisa mineral a execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, sua avaliação e a determinação da exeqüibilidade do seu aproveitamento econômico". Fonte: http://www.dji.com.br/decretos_leis/1967-000227/000227-1967_014_a_035.htm

suspender a licença e interromper provisoriamente a atividade. A empresa ingressou com ação no Poder Judiciário, a fim de garantir o direito de continuar explorando a área. Até o início de 2007, o processo ainda não havia sido julgado[29].

Além da concessão dada a essa empresa multinacional, constatamos que o DNPM concedeu várias outras licenças de pesquisa mineral ao longo do rio São Francisco e no território proposto para a ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra[30]. Na figura 14, constata-se que muitas dessas licenças foram autorizadas no decorrer da década de 1990, justamente no período em que as articulações políticas pela ampliação do Parque conquistavam maior atenção da sociedade e do governo federal (IBAMA, 2005).

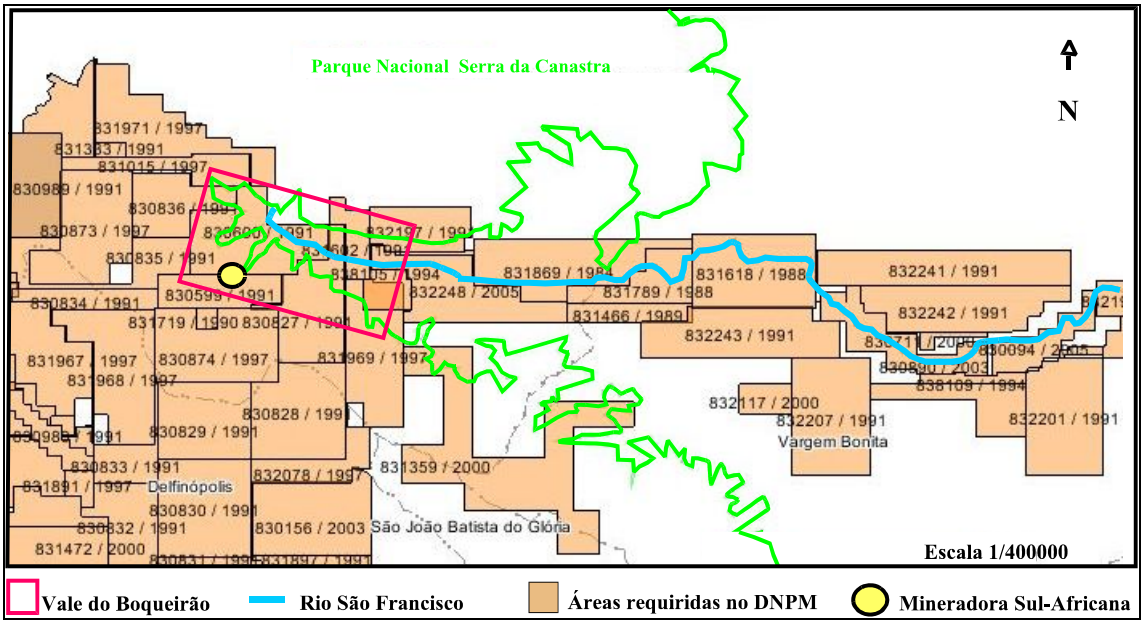

Figura 14 – Licenças de pesquisa mineral no território do PNSC.
Fonte: www2.siam.mg.gov.br, novembro de 2006, adaptado pelo autor.

O mapa acima demonstra a sobreposição e o conflito de interesses ambientais e minerais, além de indicar que as áreas requeridas ao DNPM estão no território de domínio do sistema agropastoril camponês. Do ponto de vista agronômico, essas terras possuem

---

[29] MESQUITA, P. *Mineração em área de entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra pode causar danos irreversíveis ao meio ambiente*. Matéria jornalística publicada no site: http://www.socioambiental.org/website/parabolicas59/artigos/canastra1.htm, capturado em 30/06/2006.

[30] Informação obtida no sítio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, www.meioambiente.mg.gov.br, acessado em 30/06/2006.

condições naturais desfavoráveis para o desenvolvimento da agricultura comercial de grande escala. A maioria dos terrenos possui declividades acentuadas, solos rasos e pedregosos (OLIVEIRA, 1992). O cultivo de lavouras, destinadas à subsistência e à alimentação do gado no período de seca, é feito principalmente nas faixas planas dos fundos de vales (FIG. 15). Porém, tais características naturais do território representam obstáculos ao desenvolvimento da agricultura, mas são irrelevantes para a mineração, cujo interesse está no subsolo.

Figura 15 – Uso da terra condicionado pela declividade do terreno
Fonte: Foto do autor, maio de 2006.

O exemplo da fazenda Cachoeirinha, propriedade que funcionou como base dessa pesquisa e que está representada na figura acima, ilustra como as mineradoras se beneficiam da presença camponesa naquele território. A área explorada pela empresa Sopemi Pesquisa e Exploração de Minério S/A, citada anteriormente, fazia parte desta fazenda. De acordo com o proprietário, os principais fatores que determinaram a venda de parte das terras foram as dificuldades em mantê-las e explorá-las, em decorrência da limitação de força de trabalho e

das restrições ambientais impostas pela proximidade do parque, e o bom preço oferecido pelo hectare, muito acima dos valores praticados no mercado local.

> Vendi porque o preço era muito bom e não tava dando conta de manter. Sozinho é difícil. Só eu fica custoso. Pagar os outros pra ajudar eu não tinha condição, e ainda não podia queimar, o IBAMA não deixa. Aí o pasto fica aquela macega seca, não presta, o gado não come. (Proprietário da Fazenda Cachoeirinha, Vale do Boqueirão, maio/2006).

No tocante às limitações de mão-de-obra, podemos apreender uma relação direta entre força de trabalho disponível, tamanho da área explorada e seus condicionantes naturais, como pontos críticos para a reprodução do sistema produtivo camponês. Fatores como envelhecimento e redução das famílias, proletarização parcial e casamento dos filhos implicam no abandono ou uso restrito das terras, principalmente naquelas porções em que a topografia acentuada exige mais esforços braçais e onde o uso de máquinas é oneroso ou impraticável. No caso da fazenda Cachoeirinha, a família – composta por três indivíduos, sendo um homem de 74 anos de idade e duas mulheres, a esposa com 72 e a filha com 32 anos de idade – tem grande dificuldade de executar todas as tarefas que o sistema produtivo exige. A manutenção dos pastos, por exemplo, requer o emprego de muita força de trabalho, já que o uso da queimada tornou-se restrito e/ou proibido, principalmente para as propriedades que fazem fronteiras com o parque ou estão na área de influência dessa unidade de conservação, como a Cachoeirinha. Um indivíduo sozinho é incapaz de mantê-los em condições adequadas ao pastoreio do gado. Além disso, essa situação tornou-se mais crítica quando as estratégias tradicionais de cooperação entre os camponeses se reduziram, como é o caso dos mutirões.

Este cenário de redução de mão-de-obra e de restrição ao uso de queimadas, somado à baixa renda obtida com a venda do queijo, tem feito com que as propostas de compra das terras sejam oportunas. Constatamos na Serra da Canastra, que não existe resistência por parte dos camponeses à comercialização parcial ou total de suas terras. Se os valores ofertados lhes permitirem melhorar suas condições de trabalho ou adquirirem uma nova propriedade, com

atributos naturais favoráveis (relevo e solo) e restrições ambientais menos rígidas, ou seja, distante do parque, a venda lhes será interessante.

Foi o que ocorreu com a fazenda Cachoeirinha: dos 120 hectares originais, 40 foram vendidos para a mineradora sul-africana. A declividade acentuada do terreno permitia somente o uso pastoril e consumia muitas horas de trabalho para mantê-lo. Nessa propriedade, mesmo que houvesse condições financeiras, técnicas e humanas de explorar suas terras, o valor oferecido foi irrecusável, na avaliação do seu proprietário. Ele não revelou a quantia recebida, mas nos descreveu a sua aplicação:

> Vendi 16 alqueires[31] para a mineradora. Com o dinheiro, comprei uma casa de três quartos em Piumhi, carroça, quatros bois e um carro. Fiz também os banheiros para o acampamento dos turistas e puxei energia. (Proprietário da Fazenda Cachoeirinha, Vale do Boqueirão, maio/2006).

Este depoimento suscita uma indagação importante: se a mineradora quisesse comprar toda a área da fazenda Cachoeirinha, como das demais fazendas vizinhas, ela seria vendida? As entrevistas feitas com os membros dessa família camponesa, assim como os de outras famílias pesquisadas, não deixam dúvidas: caso fosse do interesse da mineradora, a área total da propriedade era passível de venda. Foram muitas as queixas acerca das condições de vida e trabalho no campo. As reclamações se concentraram na proibição ou restrição das queimadas, e na conseqüente necessidade de complementar a alimentação do gado no período seco com ração ou silagem, o que implica em gastos adicionais, difíceis de cobrir com a renda obtida na venda de queijos. Nesse sentido, o risco de endividamento e de perda das terras é grande. Como existe interesse das mineradoras nessas terras, fica difícil resistir às ofertas de compra, quando surgem.

Ainda em relação ao depoimento anterior, a estratégia de investir parte dos recursos na compra de um imóvel na cidade de Piumhi reflete a insegurança daqueles camponeses em relação à atividade agropastoril. O aluguel da casa gera uma renda mensal de duzentos reais,

[31] Na região da Serra da Canastra, um alqueire equivale a aproximadamente 2,4 hectares.

valor muito significativo para a realidade local, pois é superior à metade da renda média de R$ 350,00/mês das famílias camponesas que vivem exclusivamente de atividades agropastoris, conforme nos informou o técnico da EMATER responsável pelo município de São Roque de Minas.

Além disso, no caso da fazenda Cachoeirinha, graças à proximidade da cachoeira Casca D'anta, distante apenas dois quilômetros, a construção de um acampamento foi oportuna como fonte de renda complementar[32]. Ou seja, quando surgem condições para diversificar os investimentos, as opções não-agrícolas tendem a ser mais atrativas, uma vez que as agrícolas apresentam maior grau de incerteza. Vender parcial ou integralmente as terras para as mineradoras é uma estratégia de capitalização dos camponeses, com vistas a melhores condições de trabalho e de vida. Porém, há risco de que uma oportunidade de reprodução do sistema produtivo em outras terras resulte em abandono da vida no campo para os mais descrentes, como ocorreu com muitos camponeses da Serra da Canastra, principalmente no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980 (OLIVEIRA,1992).

As entrevistas com camponeses, agricultores capitalizados e técnicos de órgãos públicos do setor agropecuário, somadas às observações feitas no campo, permitem-nos deduzir que, para aquelas pessoas, ainda que suas terras fossem dotadas de atributos naturais favoráveis, infra-estrutura adequada ao desenvolvimento da agricultura capitalista e preço equivalente aos praticados em regiões agrícolas de alta produtividade, isto não seria empecilho para a inserção da mineração naquele território.

Portanto, se partirmos da premissa de que o domínio mineral sobre o agropecuário é inevitável, a ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra e o estabelecimento de restrições ambientais no seu entorno seriam, a nosso ver, capazes de conter o avanço dessa atividade econômica. Para a mineração, interessa manter o caráter privado das terras e evitar

[32] Trataremos em detalhe sobre o turismo no item posterior.

que elas sejam transformadas em bem público e incorporadas àquela unidade de conservação. Caso contrário, a atividade deixaria de ser explorada.

Contudo, mesmo que a terra continue sob propriedade privada, entendemos ser possível evitar a exploração mineral naquele território mantendo outras atividades econômicas que aliem exploração e conservação de recursos naturais. Acreditamos que as práticas agropastoris podem se adequar às especificidades naturais dos ecossistemas e proporcionar aos camponeses melhores condições de vida e trabalho, transformando-os, por conseguinte, em agentes protetores do meio ambiente. Para que isto ocorra, o Estado e a sociedade civil organizada (ONGs ambientalistas, representações rurais etc.) precisam unir forças para desenvolver tecnologias e arranjos socioeconômicos compatíveis com aquela realidade local.

Em seguida, discutiremos os limites e potencialidades para que turismo e produção agropastoril possam ser capazes de conciliar proteção ambiental e geração de trabalho e renda, visando com isso a permanências das famílias camponesas na área de ampliação do parque.

CAPITULO 3 – TURISMO E QUEIJO CANASTRA: OS DESAFIOS ENTRE EXPLORAR E CONSERVAR.

A exploração do turismo, ecológico e rural, e a modernização da produção do queijo canastra, visando à obtenção do selo de certificação de origem, são apontadas como estratégicas econômicas que podem associar conservação dos recursos naturais e geração de trabalho e renda para as famílias que habitam o território de ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra. Os defensores da tese de que a retirada das pessoas do parque não garantiria a sua proteção acreditam que os interesses ambientais, agropecuários e turísticos podem ser conciliados.

No entanto, os desafios são grandes. Os benefícios econômicos gerados pelo turismo se limitam àquelas propriedades que possuem vantagens locacionais e atributos naturais, ou seja, as que são vizinhas de pousadas, sítios de lazer e vias de acesso ao parque, ou as que possuem belezas naturais. Mesmos nesses casos, os camponeses não conseguem sobreviver somente com a renda gerada com atividades turísticas, tendo que continuar a produzir queijos e, dessa forma, utilizar os recursos naturais. Porém, as formas de uso e ocupação do solo provocam grandes impactos ambientais. Assim, para que possam permanecer na área, as famílias terão que adequar seu sistema produtivo, de modo que as atividades agropastoris não provoquem erosão, supressão da vegetação nativa, contaminação do solo e da água, e tampouco comprometam a reprodução dos animais silvestres.

Para compreendermos os desafios de aliar proteção ambiental, exploração turística e agropastoril, analisaremos primeiramente o processo de territorialização e expansão do turismo, impulsionado pela criação do parque e pelo atual contexto sociopolítico de valorização das questões ambientais. Em seguida, descreveremos as relações socioespaciais estabelecidas entre propriedades camponesas, pousadas e sítios de lazer, apontando os

impactos positivos e negativos desse convívio. Depois, discutiremos como essas relações socioprodutivas operam no interior de propriedades camponesas que exploram o turismo. Por fim, analisaremos a proposta de certificação de origem do queijo canastra, apontando os principais obstáculos a serem superados para que os camponeses possam permanecer naquele território.

3.1 – O processo de territorialização do turismo na Serra da Canastra.

Como apontamos anteriormente, a criação do Parque Nacional da Serra da Canastra provocou grande impacto na produção camponesa no vale do Boqueirão, como em todo o entorno desta unidade de conservação. Os camponeses perderam parte das terras, principalmente aquelas utilizadas como reserva de pasto no inverno – o alto do chapadão. A queimada, principal técnica utilizada no manejo das pastagens, foi proibida nas propriedades que possuíam divisas com essa unidade de conservação e restringida nas que ficavam próximas. Como agravante, o processo de desapropriação foi moroso e conturbado, o que contribuiu para acirrar aquele conflito territorial. O relato de um camponês que vivenciou aquele período nos revela o sentimento dos proprietários de terras na área onde o Parque foi implantado.

> Os fazendeiros do Chapadão dizem que os seus prejuízos são enormes: não têm mais fazendas para o seu gado. Mesmo os que tinham uma fazenda fora e outra dentro do Parque ficarão sem pastos, pois uma é conjugada com a outra. Quando falta pasto em uma, levam o gado para a outra. Com a indenização, que talvez seja paga em títulos, não poderão comprar nem um quinto das terras que tinham. (Camponês do vale do Boqueirão, maio de 2006)

Diante desse quadro de perdas e imposições à atividade agropastoril, o turismo surgiu como alternativa econômica para as propriedades vizinhas do Parque. Conforme constatou Oliveira (1992), criou-se a expectativa de que as atividades turísticas trariam melhorias na infra-estrutura dos municípios (abertura, manutenção e asfaltamento de estradas, saneamento

básico, telecomunicações etc.). Além disso, projetava-se que o aumento do fluxo de turistas demandaria serviços de hospedagem e alimentação, que poderiam ser oferecidos pelos produtores rurais.

No entanto, as promessas de investimentos em infra-estrutura não se concretizaram. A melhoria das estradas, por exemplo, não ocorreu, e ainda continua sendo a principal reivindicação dos camponeses, manifestada na pesquisa de campo. No período de chuvas, as estradas se tornam intransitáveis, comprometendo o escoamento da produção e o deslocamento dos turistas. Além disso, somente propriedades que possuem ou estão próximas das belezas naturais conseguiram algum benefício com o turismo. As demais propriedades, desprovidas de vantagens locacionais e atributos naturais, não são beneficiadas diretamente pelo aumento do fluxo de visitantes.

No atual cenário de disputa pelo território de ampliação do parque, o turismo ressurge como atividade produtiva capaz de atrair investimentos em infra-estrutura e de compatibilizar uso e proteção dos recursos naturais, gerando renda e trabalho, de forma complementar, para as famílias camponesas que habitam essa área. Para os que defendem a permanência das atividades humanas nesse território, é possível mitigar os impactos ambientais e equacionar os usos agropastoris e turísticos, assegurando a proteção dos ecossistemas silvestres.

> Queremos que o IBAMA e o governo entendam que é mais barato e eficiente manter as pessoas na área do parque. Se houver incentivo e apoio, os produtores podem adequar o manejo do gado [...]. O fogo, por exemplo, que o IBAMA considera com principal indicador de qualidade de gestão do parque. De dois em dois anos tem um grande incêndio no parque. Isso ocorre porque fogo ali é natural. De qualquer jeito vai pegar, com ou sem gente. Só que quando morava gente, o fogo não alastrava, porque eles faziam os aceiros. Ninguém queria perder as nascentes, nem as matas. Gado precisa de água e cerca aqui com em todo lugar é feita de madeira. Temos que pegar a experiência que esse povo tem com a terra e transformar em algo positivo. Até porque o IBAMA não tem dinheiro em caixa para desapropriar e administrar como tem que ser feito, ou como acreditam que tem que ser feito [...] Vamos ter mais uma vez um parque que só está no papel [...]. Se você pegar uma foto aonde tem pousada, você vai ver que as matas estão preservadas, é só comparar. Você acha que turismo vive de quê aqui. Se não tem água limpa, matas, bicho, quem é que vai vir? (Dono de uma pousada em São Roque de Minas, Entrevista em maio de 2006)

Diante deste novo conflito territorial, foi criada, em 2005, a Associação Circuito da Canastra, composta por empresários do turismo, representantes políticos e técnicos do governo que atuam nos municípios circunvizinhos ao Parque Nacional da Serra da Canastra[33]. Com o apoio do SEBRAE/MG e da EMBRATUR, foi implantado o Circuito Turístico da Canastra, com base nas orientações do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, do governo federal. O primeiro projeto executado foi o *Roteiro 100*, que consiste num caminho partindo de Araxá, passando por Tapira, pelo distrito de São João Batista, seguindo por dentro do parque e finalizando o trajeto na cidade de São Roque de Minas (FIG. 16).

O *Roteiro 100* proporciona aos turistas belas paisagens naturais, rios e cachoeiras, como também atrativos culturais relacionados à culinária, ao artesanato e ao modo de vida dos habitantes tradicionais desse território. Nessa perspectiva, a formação desse circuito turístico visa explorar os atrativos naturais e culturais desse território, buscando fazer do turismo uma das bases para o desenvolvimento da economia desses municípios.

> No plano econômico, essas formas de turismo são vistas como uma opção para o desenvolvimento de regiões e localidades, cujas características as identificam como espaços rurais ou espaços naturais protegidos, ou simplesmente lugares que possuem recursos naturais e culturais não degradados e potencialmente exploráveis para fins turísticos. Outro aspecto é que esses tipos de turismo são apresentados com uma formatação diferenciada do produto turístico convencional ou de massa, uma vez que são planejados como turismos especializados, em geral praticados em pequena escala. Seu desenvolvimento, além de ser economicamente viável, deve ter como princípios a preservação do meio ambiente e a promoção do bem estar das populações locais. (SILVEIRA, 2001, p.136)

[33] Os municípios componentes dessa Associação são os seguintes: São Roque de Minas, Araxá, Bambuí, Campos Altos, Ibiá, Medeiros, Perdizes, Sacramento, Tapira, Tapiraí e São João Batista do Glória.

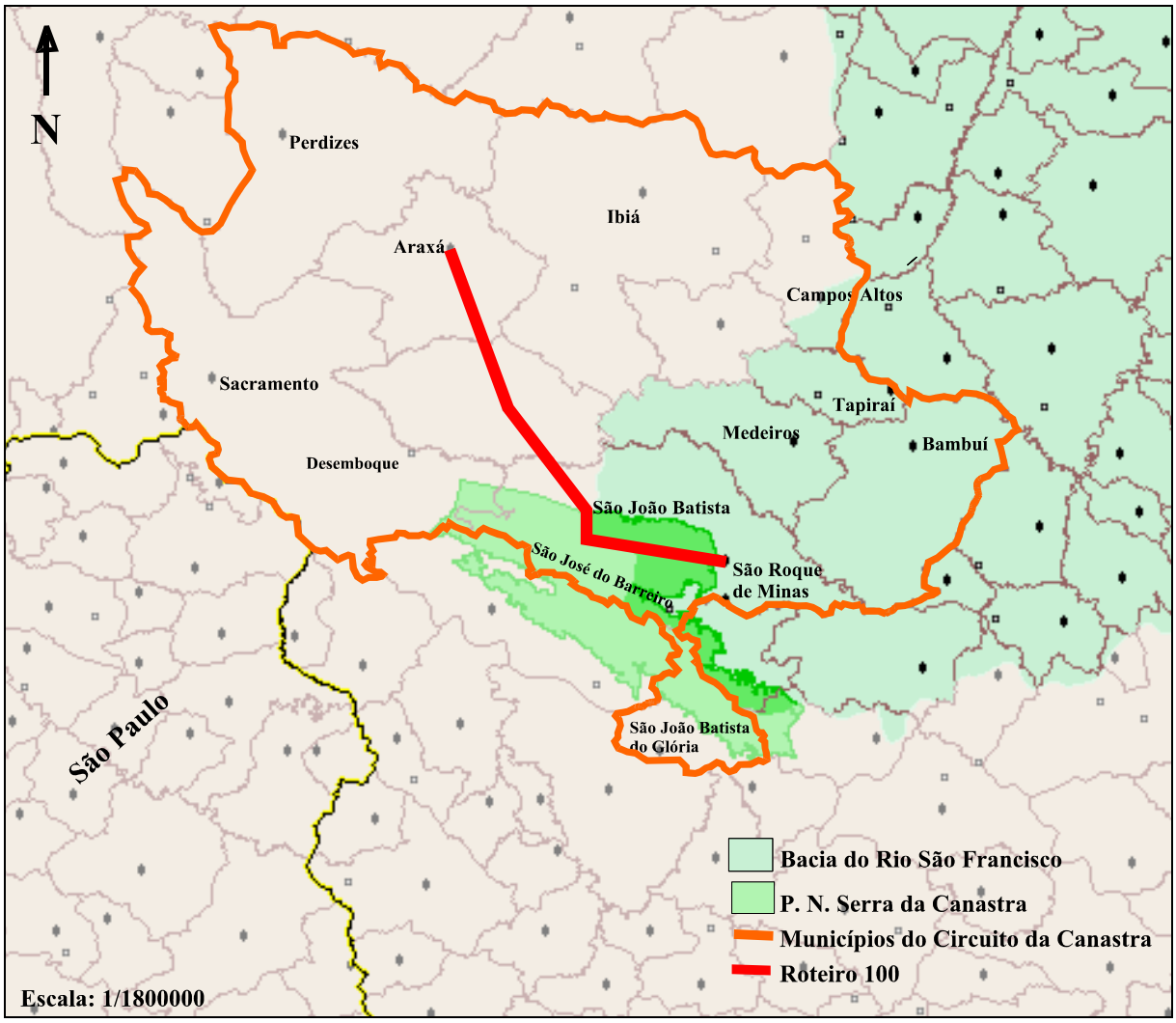

Figura 16 – Delimitação do Circuito Turístico da Canastra
Fonte: www.mma.gov.br, novembro de 2006, adaptado pelo autor

Programas turísticos que associam belezas naturais ao patrimônio histórico-cultural da Serra da Canastra compõem um cenário ideal para aqueles turistas que buscam maior contato com a natureza e com o mundo rural. Principalmente nos últimos anos, com a valorização das questões ambientais, as áreas naturais protegidas e os espaços agrários que preservam modos de vida tradicionais têm atraído um número crescente de turistas.

Rodrigues G. (2001) aponta que as imagens mais destacadas pelos turistas, no Parque Nacional da Serra da Canastra, referem-se às cachoeiras, serras e animais. Os relatos de viagem disponíveis na internet confirmam os resultados desse estudo, mas também noticiam, de forma complementar, os atrativos culturais do entorno dessa unidade de conservação.

> Gostei muito da viagem na serra. É muito linda, a biodiversidade é fantástica, foi emocionante, com direito a tudo: chuva, barro, carro atolado, animais, cachoeiras, **jantar/almoço na fazendinha**, guia muito brother, sr. Antonio Ricardo, raposa na pousada, café da manhã show, pernilongo gigante, grilo, pôr-do-sol, estrelas, lua e muita energia e paz. Valeu! Pretendo voltar! (Freddy Duclerc, turista paulista, depoimento disponível em www.serradacanastra.com.br, acessado em 15/10/2006, grifo nosso)

> Chegando aí tomei um **café da manhã típico, com o maravilhoso pão de queijo de Minas**; conheci o lugar onde passaria os dias e pé na estrada. No primeiro dia conheci a parte de baixo da Serra. Me surpreendi a cada instante: as cachoeiras magníficas, a biodiversidade encantadora, a água era um pouco gelada; mas não o suficiente para impedir um mergulho! O primeiro dia foi encantador. (Renan Vilela Bitolem, turista, depoimento disponível em www.serradacanastra.com.br, acessado em 15/10/2006, grifo nosso)

Em entrevistas com donos de pousadas e funcionários de agências de turismo, constatamos que é crescente o interesse pelos hábitos e costumes dos moradores locais. Além de banhos de cachoeiras, contemplação do relevo, observação de fauna e flora e práticas de esportes de aventura (escaladas, bóia-cross[34], trilhas de jipe, moto e bicicleta, entre outros), os visitantes valorizam também o contato com os habitantes tradicionais. Muitos procuram se hospedar em *campings* e pousadas rurais, visando um maior contato com a natureza e com o cotidiano das famílias camponesas.

> Tem muitos turistas que querem se hospedar em pousadas rurais. Elas são bastante disputadas nos feriados prolongados. Muitos lamentam quando não há mais vaga. Eles gostam de ficar mais perto das cachoeiras, de fazerem caminhadas e conversar com os moradores daqui. Tem também os *campings* nas fazendas. O da Picareta é o mais procurado, fica perto das cachoeiras Capão Fôrro e do Rolador. E o proprietário, o Seu Chico Chagas, é uma atração à parte, toca sanfona e participa das folias de réis. Os turistas adoram ouvir as histórias que ele conta. (Funcionário de agência de turismo em São Roque de Minas, maio de 2006).

Silveira (2001), com base em diagnósticos realizados pela Organização Mundial do Turismo (OMT) em 1999, descreve os principais fatores socioculturais responsáveis pelo aumento do fluxo de turistas para territórios que oferecem tanto práticas de ecoturismo, como de turismo rural.

> Interesse crescente por questões relativas ao meio ambiente, em particular pela qualidade ambiental do lugar nos destinos turísticos; aumento por parte dos turistas na procura de experiências mais autênticas e de convívio com o modo de vida e costumes locais; necessidade emergente de práticas de lazer mais saudáveis; demanda crescente por tranqüilidade e relaxamento que a vida no campo oferece,

[34] Descida de corredeiras com bóias de borracha.

> em contraste com o estresse da vida urbana; interesse maior em cuidar da saúde física e mental e, portanto, de férias mais ativas; e, principalmente, aumento no volume de ofertas e no marketing de "produtos turísticos" ligados ao meio rural e à natureza, por parte de operadoras e agências de turismo. (SILVEIRA, 2001, p. 135)

Os turistas com as características descritas acima encontram atualmente na Serra da Canastra espaços onde as fronteiras entre turismo rural e ecoturismo são tênues ou sobrepostas. Principalmente no entorno do parque, onde há a presença de agricultura camponesa – terras íngremes com significativos remanescentes florestais nas encostas e fundos de vales -, fica difícil estabelecer os limites entre essas duas categorias turísticas. Nesses casos, Rodrigues A. (2001) sugere a denominação *turismo ecorrural* para representar situações onde esse hibridismo é mais acentuado. Quem observa o vale do Boqueirão do alto da cachoeira Casca D'anta, por exemplo, tem dificuldades em apontar quais as terras pertencem ao parque e quais são de uso agropastoril (FIG. 17).

Figura 17 – Vista do vale do Boqueirão do alto da cachoeira Casca D'Anta.
Foto do autor, outubro de 2005.

> Achei que tudo aqui era parque. Não é? Se você não me falasse eu não saberia. Está muito preservado. Já vim aqui várias vezes e nunca me atentei pra isso. Achava que só aquelas fazendinhas na beira da estrada, que dá acesso a parte baixo da cachoeira, que eram particulares. O resto para mim era tudo parque. (Turista de Belo Horizonte, outubro de 2005)

Esse depoimento representa a percepção que muitos turistas têm daquele cenário, onde os espaços agrários e de proteção ambiental parecem indissociáveis. Como não existem barreiras físicas indicando à delimitação do parque e as características naturais das terras circunvizinhas - relevo, formações florestais e campestres - são praticamente as mesmas, fica difícil a identificação das fronteiras entre esses espaços.

No entanto, essa contigüidade é só aparente. Equipamentos de turismo (sítios de lazer, pousadas, restaurantes e *campings)* e propriedades camponesas disputam e compartilham as terras que, na visão de muitos turistas, pertenceriam ao parque (FIG.18).

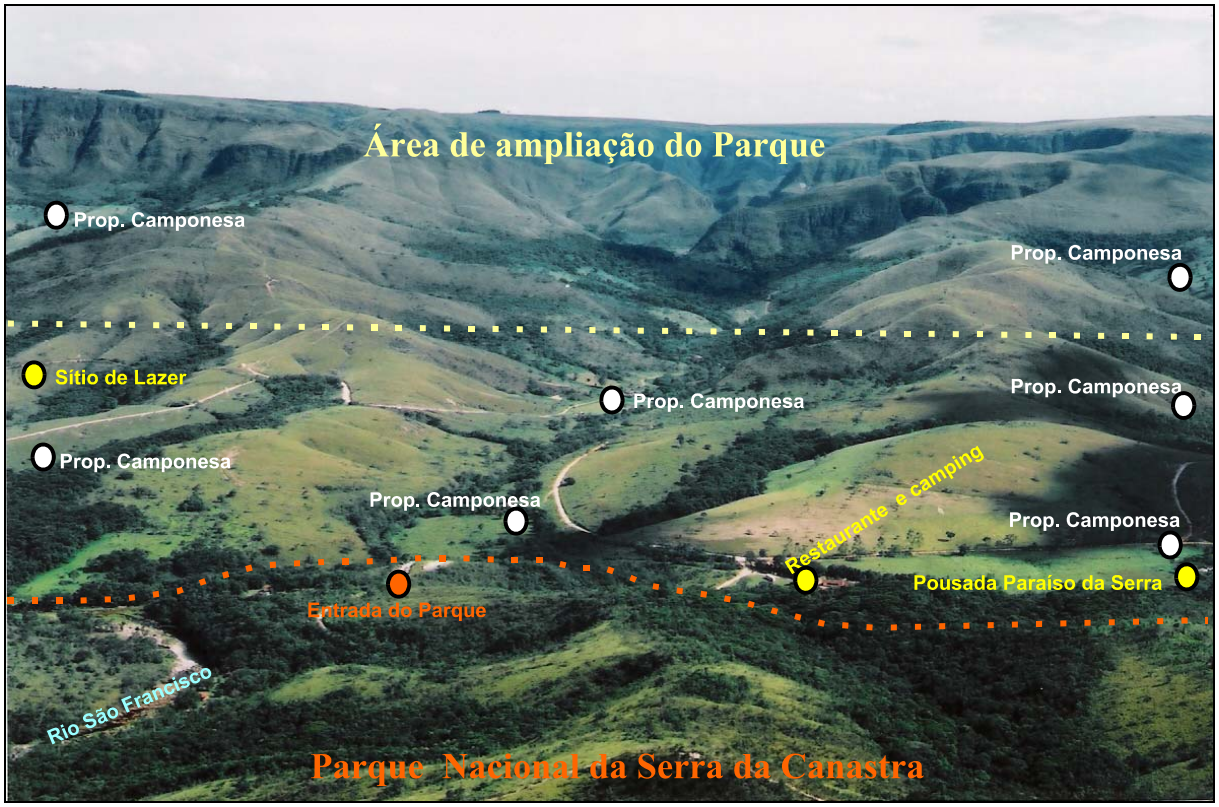

Figura 18 – Interações espaciais entre turismo e campesinato no vale do Boqueirão.
Foto do autor, outubro de 2005.

A associação entre beleza natural (serras, cachoeiras, rios, matas) e remanescentes culturais (costumes e práticas rurais tradicionais) no vale do Boqueirão, como em outras áreas

do entorno da Serra da Canastra, favorecem, portanto, o desenvolvimento do turismo ecorrural e a inserção de novos sujeitos sociais no território camponês.

3.1.1 – Pousadas e sítios de lazer: as relações socioespaciais entre agentes de turismo e os camponeses no vale do Boqueirão.

A valorização dos atributos naturais e culturais do vale do Boqueirão atraiu nos últimos anos investimentos em infra-estrutura de hospedagem e alimentação. Pousadas, como a Paraíso da Serra, oferecem como diferencial de hospedagem aos turistas o contato com os moradores locais e seus modos de vida tradicionais.

> Classificada desde 1993 como a melhor pousada da região da Canastra pelo Guia Brasil (4 Rodas), a Paraíso da Serra oferece também um **verdadeiro mergulho nas tradições culturais e culinárias de Minas Gerais**. O restaurante da pousada oferece os principais pratos da comida tropeira com ingrediente produzidos em horta orgânica e em fazendas vizinhas, desde o porco e a galinha caipira até o arroz, o feijão e o famoso queijo canastra. Este é uma atração especial que o hóspede pode não apenas degustar, como também acompanhar a produção tendo acesso à chamada "casinha de queijo", onde o produto é conservado e maturado. O proprietário da pousada, Orlando César Barreto Costa, orgulha-se em dizer que **o seu queijo é um canastra legítimo**, produzido por um gado que se alimenta exclusivamente de pasto nativo. Para um **contato com moradores tradicionais da Canastra, os hóspedes podem passear em lugares que literalmente pararam no tempo**. É o caso da fazenda do "seo" Vadinho, um carreiro (condutor de carros de bois), que vive com a família sem luz elétrica e tece fios de algodão cru. Passeios como esse podem ser feitos com guia e a cavalo, fornecidos pela pousada. (Disponível em www.serradacanastra.com.br, acessado em 15/11/2006, grifo nosso)

O texto revela como esse empresário do turismo se apropria da cultura camponesa e a transforma em produto turístico. Para ele, é conveniente que os camponeses permaneçam naquele território e mantenham suas práticas de trabalho tradicionais, utilizando instrumentos como o carro-de-boi. Dessa forma, é oferecido ao turista um cenário bucólico, onde aparentemente homem e natureza vivem em harmonia.

Na Figura 19, podemos verificar que a pousada Paraíso da Serra está localizada em uma posição estratégica, e por isso se beneficia da proximidade do parque e de propriedades camponesas.

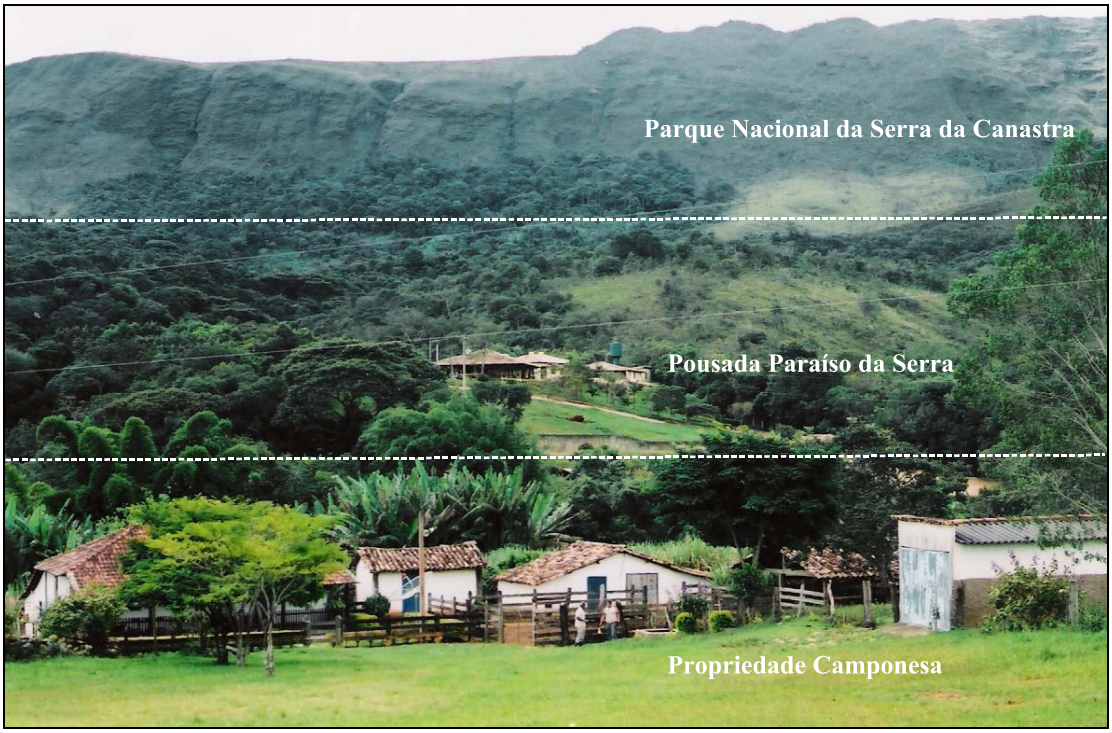

Figura 19 – Proximidade espacial entre unidade de conservação, pousada e propriedade camponesa.
Foto do autor, maio de 2006.

Além da cultura, a força de trabalho familiar é fundamental para o funcionamento dessa pousada. Como os camponeses moram em propriedades circunvizinhas, o empresário não precisa arcar com custos de acomodação e transporte de funcionários. Além disso, a maioria das contratações é temporária e ocorre na informalidade, não gerando, portanto, custos trabalhistas ao empregador. A remuneração também é baixa, pois os serviços requerem pouca qualificação. Principalmente nos feriados prolongados, quando aumentam os serviços de hotelaria (cozinha, lavanderia, limpeza), as mulheres camponesas são contratadas para atender a essa demanda.

> Já trabalhei na pousada várias vezes. Quando tem muito turista lá eles precisam de gente. Faço comida, arrumo os quartos, lavo as roupas, faço de tudo [...]. É mais nos feriados que eles precisam. Fora isso não precisa, só de vez em quando [...]. O que ganho lá ajuda muito, é pouco mais ajuda. Qualquer dinheirinho que entra já é bom. (Depoimento de uma camponesa do Vale do Boqueirão, maio de 2006).

Dessa forma, nesses períodos de maior visitação, os camponeses podem obter uma renda extra fora da sua propriedade. A construção de uma pousada em terras anteriormente

agropastoris gera oportunidades agrícolas e não-agrícolas de trabalho para as famílias rurais. Schneider e Fialho (2000) apontam que, no Rio Grande do Sul, o turismo rural tem proporcionado a absorção de mão-de-obra predominantemente jovem, reduzindo a saída dessa população para as cidades. No vale do Boqueirão, existem casos de jovens, homens e mulheres, que trabalham em pousadas, e que em função disso preferem continuar no campo.

> Trabalho aqui já faz três anos. Comecei com 15 anos. Mas também ajudo meu pai na fazenda [...]. Não quero sair daqui. A gente ganha pouco, mas prefiro ficar [...]. Tenho amigos que foram para Passos, Piumhi e Franca. Eles estão ganhando o mesmo que ganho aqui. Então não tenho porque sair [...]. (Jovem camponês que trabalha em uma pousada no vale do Boqueirão, maio de 2006)

A venda de parte das terras para exploração turística é mais uma estratégia de sobrevivência adotada por aquelas famílias que possuem áreas vizinhas ou próximas ao parque. O relevo acidentado, com solos rasos e de baixa fertilidade, recobertos de pastagens naturais, exigem o emprego de muita força de trabalho. Fatores como a baixa produtividade dessas terras, a escassez de mão-de-obra para manejá-la e a proibição do uso da queimada para renovar o capim induzem os camponeses a se desfazerem dessas glebas. O dinheiro obtido na transação comercial é, na maioria dos casos pesquisados, investido na propriedade, seja em compra de equipamentos, melhoria da infra-estrutura (casa, curral, paiol, queijeira) ou aumento do rebanho.

> Vendi as terras para a pousada. Não compensava tratar delas. O preço que ofereceram foi muito bom. Com o dinheiro reformei a casa, a queijeira, consertei um monte de coisa [...]. Dava muito trabalho mexer com gado lá. O IBAMA não deixa colocar fogo, não podia cortar um pau. Eles multam mesmo. Agora você vê, pra que serve então? É melhor passar pra frente. (Camponês do vale do Boqueirão, maio de 2006)

De acordo com informações prestadas pelos corretores de imóveis de São Roque de Minas, antes da divulgação do novo *Plano de Manejo* do parque, em 2005, a principal transação comercial do setor imobiliário era a venda de terras, para serem transformadas em pousadas e sítios de lazer. Os principais interessados pela compra dessas terras eram paulistas, provenientes das regiões de Franca, Campinas e Ribeirão Preto. Tais glebas, que do ponto de

vista agrícola eram de baixo valor, na perspectiva do turismo ecorrural se tornaram valorizadas. Conforme a localização, a beleza cênica que oferece e a proximidade de atrativos naturais, um hectare poderia ser vendido de R$ 15.000,00 a R$ 18.000,00, valor muito sobrevalorizado para a realidade local, onde o preço médio varia de R$ 6.000,00 a R$ 10.000,00 o hectare[35].

Atualmente, entretanto, a indecisão sobre a ampliação do Parque Nacional estagnou esse mercado de terras. A expectativa dos corretores é de que, se a área a ser ampliada for definida como *de uso sustentável*, essas transações comerciais voltarão a ocorrer. Porém, ficarão restritas a pequenas glebas providas de atributos naturais. Na opinião desses comerciantes, os camponeses continuarão nas suas terras, mesmo que vendam parte delas pra exploração do turismo. A manutenção do caráter privado da terra torna-se, dessa forma, condição para a continuidade dos investimentos turísticos e, paradoxalmente, para a reprodução do sistema camponês. As relações socioespaciais entre donos de pousadas, proprietários de sítios de lazer e camponeses são de dependência e de reciprocidade, o que faz com esses sujeitos se tornem aliados na disputa por esse território ecorrural.

Na Figura 20, podemos verificar um exemplo de sítio de lazer no vale do Boqueirão que foi adquirido por um engenheiro agrônomo de Campinas, no interior de São Paulo. A casa foi construída em um local onde é possível contemplar a cachoeira Casca D'anta e boa parte da escarpas íngremes da Serra da Canastra. Segundo informações fornecidas pelo agricultor que presta serviços como caseiro, os proprietários visitam o lugar habitualmente nos feriados prolongados.

> Eles vêm aqui mais nos feriados. De primeiro eles vinham mais, mas agora têm vindo pouco[...]. Quando é pra vir eles dão jeito de avisar, aí eu e minha mulher arrumamos tudo. Ela arruma a casa, lava tudo e eu ajeito o que tem para ajeitar [...]. Eu venho aqui duas ou três vezes por semana, isso depende. Na seca eu venho mais para aguar as plantas e a grama. Fora isso, serviço tem pouco, venho mesmo é para não deixar sozinho.

[35] Valores obtidos em entrevista com comerciante de São José do Barreiro, em maio de 2006.

Figura 20 – Sítio de lazer no vale do Boqueirão
Foto do autor, maio de 2006.

Dessa forma, alguns camponeses, quando vendem partes de suas propriedades, obtêm renda complementar por meio da prestação de serviços a esses sítios de lazer. Como nas pousadas, as mulheres fazem serviços domésticos e os homens cuidam da terra – capinam pequenos pomares, roçam pastos, regam plantas etc. É comum também se beneficiarem da venda direta de alguns produtos agrícolas, em especial o queijo.

O fato que nos chama a atenção é que a inserção de pousadas e sítios de lazer no território camponês, ao tempo que reduz as áreas de pastagens do sistema agropastoril, gera uma espécie de compensação, ao demandar serviços e produtos das famílias circunvizinhas. Além disso, esses agentes econômicos são os principais interlocutores dos camponeses na luta pelo território de ampliação do parque. São os donos de pousadas, por exemplo, os principais porta-vozes da Frente Popular em Defesa da Canastra[36].

Um dos principais argumentos defendidos pelas lideranças desse movimento político é que na perspectiva da preservação ambiental, os sítios de lazer e pousadas contribuem para a conservação da natureza, e também geram trabalho e renda para os produtos rurais. Constata-

[36] Em agosto de 2005 a Frente Popular em Defesa da Canastra realizou, na Câmara dos Deputados, uma audiência pública para discutir os limites do parque e a mudança da categoria da unidade de conservação para *de uso sustentável*, permitindo assim a presença de atividades produtivas em seu interior. O principal resultado desse debate foi a criação do Grupo Interministerial, liderado pela Casa Civil, que estuda se é possível atender as reivindicações da Frente. Até o momento, não foi dada nenhuma posição oficial.

se que essas propriedades cumprem a legislação ambiental, no que se refere à proteção de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais[37].

Porém, os impactos ambientais provocados pela geração de lixo, por exemplo, não são desprezíveis. Não existe destinação adequada dos resíduos sólidos. É comum enterrá-los nos fundos dos quintais. O volume é grande, principalmente nos feriados prolongados. Além disso, a geração de renda e trabalho para os camponeses se limita às famílias vizinhas desses equipamentos. Na maioria das propriedades as famílias vivem exclusivamente de atividade agropastoris e não possuem vantagens locacionais e atributos naturais para explorar o turismo.

Assim, a presença dos camponeses é necessária ao turismo, pois suas terras, força de trabalho e cultura permitem a expansão das atividades turísticas naquele território. Porém, contraditoriamente, essa presença é uma ameaça, pois as práticas socioprodutivas camponesas causam impactos negativos ao meio ambiente – queimadas, erosão do solo, supressão das matas, uso de agrotóxicos e lixo.

Nesse sentido, o turismo ecorrural, para permanecer e se desenvolver na área de ampliação do Parque, tem o desafio de conciliar o uso direto (atividades agrícolas) e indireto (atividades não-agrícolas) sem comprometer a capacidade de regeneração dos ecossistemas. Além das adequações técnicas, novos arranjos socioeconômicos são imprescindíveis para que os camponeses possam aumentar a produtividade, diminuir custos de produção e conseguir melhores preços, evitando com isso pressões sobre os recursos naturais. Para compreendermos a complexidade desses desafios, veremos em seguida, como produção agropastoril e exploração turística operam no interior de uma propriedade camponesa no vale do Boqueirão.

[37] As APPs são as faixas de vegetação ao longo dos cursos d'águas e nascentes, que protegem os mananciais de processos erosivos e fornecem abrigo e alimento para os animais, além de funcionarem como corredores ecológicos. As reservas legais são as áreas de proteção ambiental que as propriedades rurais devem possuir além das APPs. Elas devem corresponder a 20% do total da área de propriedade.

3.1.2 – A exploração das propriedades e da força de trabalho camponesas pelo turismo

A fazenda Cachoeirinha é o exemplo mais representativo, encontrado na pesquisa de campo, entre as propriedades que associam exploração turística e agropecuária. Além da proximidade da maior atração turística da Serra da Canastra, a cachoeira Casca D'anta, ela oferece também aos turistas banhos de rio e belas paisagens (FIG. 21). Em função de seus atributos naturais e vantagens locacionais, o proprietário investiu na construção de um *camping* e um quarto na varanda da casa, que possui uma cama de casal e duas de solteiros.

Figura 21 – Vista da cachoeira Casca D'anta.
Foto do autor, outubro de 2005.

Muitos turistas buscam acomodações em propriedades como a Cachoeirinha, pois são opções baratas e ficam próximas das belezas naturais, além de serem, elas próprias, atrações turísticas. Conforme informações de seus proprietários, entre os turistas que os procuram, predominam os jovens, em grupos formados por dois a quatro casais. Existem também famílias com filhos pequenos, que costumam preferir o quarto da casa ao *camping*. Esses

hóspedes valorizam os costumes tradicionais dos moradores, interessam-se por suas histórias de vida, buscando vivenciar práticas de trabalho e degustar alimentos típicos do lugar. A Figura 22 ilustra uma cena recorrente nas manhãs de propriedades com esses atributos culturais.

Figura 22 – Turista aprendendo a ordenhar
Foto do autor, maio de 2006.

A turista que aparece na imagem anterior descreveu assim os motivos de sua opção por esse tipo de hospedagem:

> Prefiro ficar nas roças, com o povo daqui. Eles são muito receptivos e carinhosos. O café da manhã dura um tempão. Fico horas conversando. Sem falar na comida que é deliciosa. Quando venho, engordo pra caramba. Também, é doce, pão-de-queijo, biscoito, bolo, queijo. Todo hora eles me oferecem uma coisa, querem que eu experimente tudo. Aqui também fica perto do rio e da Casca D'anta. Gosto de deixar o carro aqui e fazer os passeios a pé. (Turista de Divinópolis, maio de 2006).

A estrutura de hospedagem dessa propriedade resultou dos recursos obtidos com a venda de parte das terras à mineradora sul-africana. Além disso, mais quatro bois foram vendidos para suprir os gastos com o aumento do consumo de energia, provocado pelos chuveiros:

> Com o dinheiro da venda das terras fiz o acampamento e reformei a casa. Só que tive que vender quatro bois, pois os chuveiros estavam consumindo muita energia.

> Coloquei mais um disjuntor para dar conta. Sem água quente os turistas não vêm. Depois que eu coloquei apareceu mais gente, mais não o tanto que eu esperava [...]. O dinheiro que ganho com os turistas é pouco. Ajuda, mas é pouco [...]. Achei que conseguiria comprar os bois de novo, mas não deu. (Proprietário da Fazenda Cachoeirinha, maio de 2006)

O ocorrido com a fazenda Cachoeirinha reflete o principal temor dos camponeses em investirem em serviços de turismo. As melhorias necessárias para hospedar os turistas exigem um aporte significativo de recursos, para o qual a renda obtida com a produção de queijos é insuficiente. Os camponeses têm basicamente duas formas de obter esses recursos: os empréstimos bancários ou a venda de parte dos seus bens, principalmente as terras e os bovinos. A segunda opção é a mais utilizada, pois o receio em relação ao endividamento é grande, mesmo contando com a Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas (SAROMCREDI), que oferece taxas de juros menores que as do PRONAF. As histórias de parentes e amigos que tiveram que vender parte das terras para saldar seus débitos foram recorrentes na pesquisa de campo.

> Meu irmão financiou a lavoura de milho e até hoje está com dificuldade. Ele pegou o dinheiro no banco[38], achando que daria conta, mas não deu [...]. Se nem com queijo dá para pagar, você imagina com turistas, que vêm poucos [...]. É perigoso colocar dinheiro nisso. Tem gente que animou e depois se arrependeu. O turista que tem dinheiro, que paga melhor, quer ficar em pousada chique. (Camponês do vale do Boqueirão, maio de 2006).

Mesmo as propriedades que possuem belezas naturais, remanescentes culturais e vantagens locacionais não conseguem, com o turismo, gerar renda suficiente para remunerar os investimentos e diminuir sua dependência em relação aos recursos naturais. Os camponeses continuam tendo que produzir os queijos para sobreviver. Dessa forma, os espaços de trabalho (terras de plantio e de pastagens) garantem a reprodução das famílias, proporcionando uma renda permanente, mesmo que insatisfatória, enquanto os espaços de lazer (áreas de *camping*, margens de rio, cachoeiras) proporcionam um rendimento complementar, eventual e incerto.

[38] Banco é como os camponeses se referem à SAROMCREDI.

A Figura 23 representa como são divididos esses espaços na fazenda Cachoeirinha, o que demonstra o funcionamento do sistema produtivo camponês.

Figura 23 – Organização dos espaços de trabalho e de lazer na fazenda Cachoeirinha.
Foto do autor, outubro de 2005.

O argumento de que a exploração do turismo pode aliar proteção ambiental e geração de trabalho e renda para as famílias que vivem na área de ampliação do parque se limita, portanto, àquelas propriedades com atributos naturais e vantagens locacionais como a Cachoeirinha. Ademais, como demonstrou o trabalho em campo, a produção agropastoril continuará sendo preponderante, pois não é possível manter a propriedade somente com os recursos gerados pelos serviços turísticos.

O relato de um camponês que vivenciou a criação do parque e agora vive as incertezas em relação a atual proposta de ampliação, resume os dilemas a serem enfrentados para que as atividades agropastoris e turísticas permaneçam no interior dessa unidade de conservação:

> Quando criaram o Parque, disseram que viriam muitos turistas, que iam melhorar as estradas e colocar luz para todo mundo. E o quê o IBAMA fez? Nada. Só tirou a terra da gente, e ainda pagou mixaria. Para piorar, não deixam a gente queimar os pastos [...]. Hoje, o gado fica passando fome na seca. As vacas não comem essa macega[39] seca [...]. Agora, tenta vir aqui nas chuvas para ver se carro anda. Tem semana que só consigo chegar no Barreiro[40] a cavalo. Turista também vem pouco. Quero ver se alguém consegue manter uma fazenda só com eles. Eles vêm mesmo nos feriados. E o resto do ano, como que fica? [...] O que dá o sustento é o queijo. É com ele que faço tudo aqui. Quem ganha dinheiro com turismo são os donos de pousada. E ninguém aqui tem dinheiro para construir uma. (Camponês do vale do Boqueirão que possuía terras no parque, maio de 2006).

[39] Denominação local para os capins nativos.
[40] São José do Barreiro, distrito de São Roque de Minas.

Dessa forma, mesmo que existam condições favoráveis à exploração do turismo, o camponês ficará dependente da venda de queijo. No entanto, para que essa atividade agrícola se desenvolva são necessários investimentos em infra-estrutura de escoamento, incorporação de novas tecnologias de produção e organização política dos camponeses, para que possam, de forma coletiva, encontrar soluções para diminuírem seus custos de produção e estabelecer canais de comercialização que lhes garantam melhores preços.

3.2 – O território do queijo canastra: ameaças e desafios da modernização da produção

O argumento de que a modernização da produção do queijo canastra aumentará a renda dos camponeses e evitará ou diminuirá os danos ao meio ambiente é defendido principalmente pelas lideranças políticas vinculadas à Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas, a SAROMCREDI. Essa cooperativa foi constituída em junho de 1991 para solucionar um grave problema: a única agência bancária do município, da Minas Caixa, fora então liquidada pelo Banco Central, deixando a população local sem acesso aos serviços bancários. Isso provocou a mobilização da sociedade. Uma vez que nenhum banco comercial se interessara por instalar agência em São Roque de Minas, a solução foi criar uma cooperativa de crédito. Segundo Lima (2003), participaram da Assembléia Geral Ordinária da SAROMCREDI, em 22 de março de 2003, mais de três mil associados.

Atualmente (2007), a SAROMCREDI também oferece serviços bancários aos municípios vizinhos de Vargem Bonita, São João Batista do Glória, Delfinópolis e Pratinha. Além de funcionar como banco, ela se propõe a exercer o papel de agência de desenvolvimento local. Para isso, foi criada a Fundação SAROMCREDI com o objetivo de fomentar projetos econômicos que promovam a melhoria quantitativa e qualitativa da

produção agropecuária desses municípios. Atualmente, seu principal projeto é a certificação de origem do queijo canastra.

Esse projeto surgiu em função da necessidade de regulamentação da produção de queijos artesanais, motivada por uma ação judicial impetrada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 2004, que exigia da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento a definição de parâmetros técnicos e sanitários para os queijos fabricados a partir de massa crua, de modo a estabelecer um controle sobre essa produção (EMATER, 2004).

Diante da necessidade de ditar normas técnicas e sanitárias para a fabricação do queijo, a SAROMCREDI, com apoio da EMATER, mobilizou as lideranças políticas dos municípios de São Roque de Minas, Vargem Bonita, Bambuí, Delfinópolis, Medeiros, Piumhi e Tapiraí e criaram a *Microrregião da Canastra* (FIG.24), com a finalidade de constituir um território que integrasse os produtores do Queijo Minas Artesanal[41] da região da Serra da Canastra.

> O trabalho de convencimento foi grande. Procuramos todos os prefeitos da região e explicamos que tínhamos que fazer esse projeto, que não havia outra saída. No início foi difícil, mais isso é assim mesmo. Aqui o pessoal é muito ressabiado. Como em todo lugar. Mas devagar fomos convencendo mais gente. Aí, fechamos com esses municípios [...]. Com a ajuda dos técnicos da EMATER e do IMA, conseguimos convencer os prefeitos e as lideranças rurais [...]. Agora temos uma legislação específica para os queijos artesanais e criamos essa delimitação territorial. Com isso temos parâmetros para fazer o controle dessa produção. O caminho está traçado, agora é pôr a mão na massa. Só que não vai ser fácil. A maioria dos produtores é pobre. Terão que fazer financiamento para fazer as obras necessárias. E resgatar esse investimento vai exigir muito trabalho. (Presidente da SAROMCREDI, setembro de 2005)

[41] "É considerado Queijo Minas Artesanal o queijo confeccionado conforme a tradição histórica e cultural da região do Estado onde for produzido, a partir do leite integral de vaca fresco e cru, retirado e beneficiado na propriedade de origem, que apresente consistência firme, cor e sabor próprios, massa uniforme, isenta de corantes e conservantes, com ou sem olhaduras mecânicas". (art. 1º da Lei Estadual nº 14.185, de 31 de janeiro 2002).

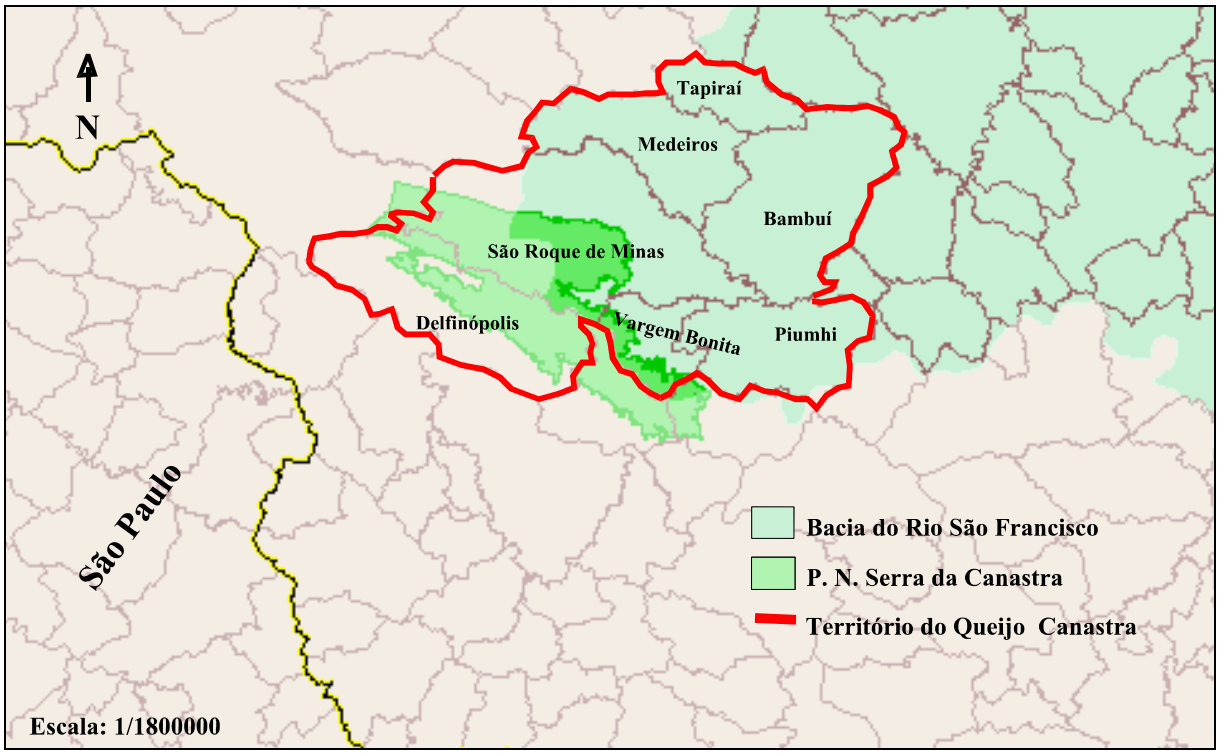

Figura 24 – O território do queijo canastra
Fonte: www.mma.gov.br, novembro de 2006, adaptado pelo autor

O primeiro grande desafio desse projeto de qualificação da produção do queijo canastra é cumprir os padrões técnicos e sanitários definidos pela Portaria nº 694, de 17 de novembro de 2004, do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. As adequações, segundo o engenheiro agrônomo da Prefeitura de Vargem Bonita, exigem um investimento de R$ 15.000,00 a R$ 20.000,00[42]. São necessárias, por exemplo, obras como pavimentação e cobertura dos currais, colocação de azulejos e forros nas queijeiras. Além disso, por não poderem ficar próximas da área de ordenha, a maioria das queijeiras terá que ser reconstruída. Na Figura 25, pode-se verificar as condições dessas instalações, que retratam a realidade da maioria das propriedades camponesas.

[42] Informações obtidas em setembro de 2005.

Figura 25 – Curral e queijeiras em propriedades camponesas
Fotos do autor, maio e dezembro de 2006.

A única propriedade rural do município de São Roque de Minas que está apta a conseguir a certificação de origem pertencente ao presidente da SAROMCREDI. Com recursos próprios, o proprietário, que é engenheiro agrônomo, reformou o curral, instalou um equipamento de ordenha mecânica e fez uma queijeira seguindo todas as normas sanitárias exigidas pelo IMA (FIG.26).

Figura 26 – Curral e queijeira adequados às normas sanitárias
Fotos do autor, maio de 2006.

Esse proprietário conta com condições que o diferenciam dos demais: cumpre todas as exigências técnicas e sanitárias para obtenção da certificação de origem do queijo, possui um rebanho leiteiro de excelente genética, que se alimenta de pastagens em boas condições e ração como complemento. Assim, consegue obter alta produtividade. Além disso, a produção é vendida diretamente para os turistas[43] e para uma loja de queijos e vinhos em Belo Horizonte. Dessa forma, ele não fica sujeito aos preços estabelecidos pelos compradores

[43] A propriedade está localizada em um ponto estratégico, às margens da principal estrada de acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra, a dois quilômetros da entrada de São Roque de Minas.

intermediários. O queijo é vendido a R$ 12,00 para os turistas, enquanto os camponeses atingem o preço máximo de R$ 8,00 por peça, quando fazem venda direta.

O acesso a essa infra-estrutura está distante da realidade da maioria das propriedades camponesas da Serra da Canastra. Considerando que a renda média mensal dos camponeses gira em torno de R$350,00 (trezentos e cinqüenta reais), os recursos para se obter esse padrão de produtividade somente serão obtidos por meio de financiamentos.

> Só quem tem condições de fazer o que o IMA está querendo são os ricos. Ninguém aqui tem dinheiro para azulejar queijeira, tratar água, cimentar e cobrir curral. Da onde vai tirar dinheiro para isso? Só se vender as terras e o gado [...]. Não faz diferença para o queijeiro, se o queijo é feito no pasto ou numa queijeira toda arrumada. O preço é o mesmo [..]. Agora você vê, compensa gastar esse dinheirão e vender queijo a R$ 3,50? É melhor parar e fazer outra coisa. Se isso for obrigado mesmo, vou fazer só para o gasto[44] (Camponês do vale do Boqueirão, maio de 2006)

Segundo informações coletadas na pesquisa de campo, através de entrevistas com técnicos de extensão rural dos dois municípios, a maioria dos camponeses vende o queijo tipo frescal, aquele que é comercializado no máximo em quatro dias, por um preço médio de R$ 3,20 a R$ 4,00 a peça, dependendo do período do ano[45].

> A época que o queijo rende mais é na seca. O leite fica mais gordo. Só que não pode mais queimar os pastos. O IBAMA não deixa. E quando deixa tem que ter aquela trabalheira para conseguir a licença (...). Pasto sem queimar, o gado não come. Tem vaca aqui que custa dar um litro de leite. Agora se queimar, o pasto fica verde, aí tem comida para o gado. As reses ficam gordas e dão mais leite. Dá um leite gorduroso, que rende mais (...). Nas chuvas o leite fica muito aguado. Tem que apertar bastante para sair a água. Dá mais trabalho e rende pouco (...). O melhor preço que consegui foi R$ 4,00. Com o queijeiro não tem conversa, ou é aquilo ou ele não leva (...). O gado para dar leite aqui você tem que dar ração. Mas você repara quem é que tem dinheiro para comprar. Uns poucos. Quem faz isso aqui não pega o dinheiro de volta. Está colocando dinheiro no cocho para o gado comer. (Camponês do vale do Boqueirão, maio de 2006)

Nas propriedades camponesas de São Roque de Minas a produtividade de leite por vaca é de 1,5 a 3 litros/dia, oscilando em função da disponibilidade de pasto, já que poucos fazem silagem[46]. Como a maioria dos rebanhos possui de 12 a 15 bovinos em lactação, a produtividade de uma pequena propriedade – com até 4 módulos fiscais ou 140 hectares –

---

[44] Para o consumo da família
[45] As informações foram coletadas em maio de 2006.
[46] Armazenamento de grãos e forrageiras para alimentação do gado nos períodos de estiagem.

pode chegar no máximo a 45 litros/dia, considerando a hipótese de um rebanho de 15 vacas com bom estado de nutrição e genética. Com 45 litros de leite, o produtor fabrica de 4 a 5 queijos, que são vendidos a R$ 4,00 a unidade, chegando-se, portanto, a um rendimento médio ideal de R$ 20,00/dia. Contudo, constatou-se, nas propriedades camponesas pesquisadas no vale do Boqueirão, que a média de queijos produzidos por dia é de duas peças. Nesses casos, teríamos uma renda de R$ 8,00/dia, o que é praticamente destinada à subsistência dessas famílias.

Além das limitações técnicas do sistema produtivo, o escoamento da produção fica subordinado aos queijeiros. O transporte é feito de forma precária e insalubre. Os queijos são colocados nas carrocerias de caminhonetes e cobertos com lonas. Depois são transportados para depósitos que ficam nas cidades, onde são lavados para serem revendidos. A Figura 27 mostra as condições em que é feito o transporte.

Figura 27 – Escoamento da produção feita pelos queijeiros
Fotos do autor, maio de 2006.

Para que os camponeses consigam melhores preços é necessário, portanto, que uma nova estratégia de escoamento seja estabelecida, de modo que não fiquem subordinados aos queijeiros.

Assim, a modernização da produção do queijo canastra, com vistas à obtenção do selo de certificação de origem, mesmo para aquelas propriedades mais capitalizadas e que estão fora da área de ampliação do parque, requer a superação de muitos obstáculos. O principal talvez seja a organização política dos produtores. A SAROMCREDI precisaria fomentar o protagonismo de seus associados, mais que a tarefa usual de uma cooperativa de crédito.

Grande parte dos camponeses pesquisados ainda vê essa instituição como agência bancária, ou seja, um agente onde recebem sua aposentadoria, fazem pagamentos, conseguem crédito e depositam suas economias.

> A cooperativa que você está falando é o banco né? [...] Vou lá muito pouco, umas duas ou três vezes por mês. Só vou lá para tirar o dinheiro da aposentadoria e pagar as contas [...]. Reunião mesmo eu só fui duas vezes, quando ela foi criada e agora para discutir a questão dos queijos [...]. Eles sempre chamam, mais é difícil para nós sairmos da roça para ir lá. Tenho que parar o serviço, arrumar carona, é aquela trabalheira [...]. Acho que a cooperativa precisa ajudar mais. Eles têm dinheiro lá [...]. Nessa briga com o IBAMA, a cooperativa tem lutado muito. São eles, o presidente e seus companheiros, que estão negociando com o governo. Se não fossem eles, não sei quem seria (Camponês do vale do Boqueirão, maio de 2006)

Dessa forma, além das mudanças técnicas necessárias, a fim de que os queijos sejam produzidos respeitando as normas sanitárias e a legislação ambiental, os camponeses terão que se organizar politicamente para construírem estratégias de cooperação, de modo que consigam, de forma coletiva, resolver problemas básicos como a venda da produção.

Se a modernização da produção, visando à certificação de origem, é uma condição para que os camponeses permaneçam na área do parque, como alegam os defensores da permanência das atividades humanas, muito há para ser feito. Se aquelas famílias camponesas não tiverem um mínimo de segurança para iniciar no novo sistema, elas não irão aderir a esse projeto. O poder público – municípios, estado e União – precisam se articular para que, além de uma política de crédito, ofereçam infra-estrutura em melhores condições para o escoamento da produção. Além disso, a necessidade de diminuir os impactos ambientais requer novas tecnologias de manejo das pastagens. No entanto, essas tecnologias deverão estar em consonância com as especificidades econômicas e culturais daqueles sujeitos sociais. Ou seja, precisam ter baixo custo e, se possível, incorporar os saberes e práticas locais. Caso os camponeses não sejam envolvidos nesse novo processo técnico e político de construção de alternativas socioambientais para a produção do queijo, as propostas terão poucas chances de prosperar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central deste trabalho é o conflito territorial gerado pela proposta de ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra, que traz à discussão os desafios de conciliar uso e conservação dos recursos naturais. Na pesquisa, buscou-se compreender o processo de territorialização da produção camponesa e suas relações socioespaciais com as demais atividades produtivas que disputam aquela área de proteção ambiental. Partiu-se do pressuposto de que a retirada das atividades humanas da área de ampliação do parque não garantiria a proteção dos seus recursos naturais.

Diante do acelerado processo de devastação das áreas nativas de Cerrado, das quais restam poucos remanescentes florestais em condições adequadas para a preservação, o principal instrumento utilizado para protegê-los tem sido a criação de unidades de conservação. Entretanto, em muitos casos, esses espaços são predominantemente habitados por populações tradicionais, que vivem da exploração direta dos recursos naturais ali ofertados. Em face desse conflito, estabelece-se uma discussão de cunho político-ideológico, acerca do que seria mais adequado para garantir a preservação dessas áreas: manter ou retirar do local as atividades humanas.

Nesse sentido, a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2000, representou um grande avanço na política de proteção ambiental brasileira, ao prever categorias de unidades de conservação que admitem usos diretos e indiretos dos recursos naturais. Dessa forma, o SNUC contempla tanto aqueles que defendem a retirada das atividades humanas, como os que acreditam na conciliação dos interesses econômicos e ambientais.

Para se definir a categoria de unidade de conservação mais adequada a cada realidade, recomenda-se um amplo estudo socioambiental, que contemple as dimensões naturais, políticas, econômicas e culturais desses territórios. Em consonância com Diegues (2003),

acreditamos que o envolvimento e a participação da população local são imprescindíveis na realização desses diagnósticos e na discussão de estratégias de recuperação e conservação dos recursos naturais.

O presente estudo constatou que os camponeses e demais sujeitos sociais que habitam o território de ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra infelizmente não tiveram a oportunidade de discutir e negociar sua permanência na área, embora o SNUC assegure "a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação" (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2003, p.13).

O IBAMA reproduziu alguns aspectos do processo anterior de criação do parque, em 1972, os quais foram considerados equivocados por camponeses envolvidos. Além de evitar uma ampla participação da sociedade local no processo de elaboração do novo *Plano de Manejo*, tratou de forma superficial as alternativas socioeconômicas que poderiam aliar uso e conservação dos recursos naturais – como o turismo ecorrural e a qualificação da produção do queijo canastra. O pequeno espaço destinado ao assunto, no *Plano de Manejo*, dá a medida do desinteresse de seus autores por essas alternativas: das 828 páginas do plano, apenas quatro descrevem a "Visão das comunidades sobre a unidade de conservação", e somente três abordam as "Alternativas de desenvolvimento econômico sustentável"(IBAMA, 2005, p.81 e p.84). Como esse documento poderia então orientar uma tomada de decisão tão importante?

Os técnicos do IBAMA alegam que a população foi convocada a discutir, e que a proposta de ampliação foi apresentada às principais lideranças políticas locais, o que de fato ocorreu. No entanto, conforme relato do presidente da SAROMCREDI, que participou dessas reuniões, em nenhum momento cogitou-se negociar a alteração da categoria do Parque Nacional da Serra da Canastra: *"Aquilo foi um faz-de-conta. Nos chamaram lá só para dizer o que eles iam fazer. O que adianta participar se não podemos intervir, negociar as alternativas que consideramos viáveis?"* (Presidente da SAROMCREDI, entrevistado em

maio de 2006). O depoimento do presidente da cooperativa local deixa-nos uma lição: de nada adianta um processo democrático-participativo restrito ao caráter informativo, que não dá abertura para negociar novas formas de manejo do parque.

Exibindo uma contradição entre discurso e prática, o IBAMA tem enfrentado dificuldades na administração da área atual da unidade. O recente episódio da falta de combustível para os veículos utilizados na fiscalização e manutenção do parque, ocorrido em novembro de 2006[47], que culminou com seu fechamento num final de semana, é a face mais nítida da incapacidade do órgão de atender à demanda sob sua responsabilidade. Tendo-se mostrado incapaz de administrar seus atuais 71 mil hectares, o Instituto dificilmente terá condições financeiras, técnicas e humanas para desapropriar e administrar a nova área prevista, quando o parque for ampliado para 200 mil hectares.

O Parque Nacional da Serra da Canastra, assim como várias outras unidades de conservação dessa categoria, sempre contará com atividades humanas confrontantes com suas fronteiras, sejam elas ampliadas ou mantidas como se encontram atualmente. Portanto, parece-nos claro, quando se compara a experiência aqui estudada com outras semelhantes, que uma política de integração, e não de isolamento, será mais eficaz no sentido de preservar, de fato, seus recursos naturais.

Como defende Diegues (2001), é necessário superar a concepção que coloca o homem como agente destruidor e ameaça a ser contida. Em cada caso, é possível, por meio de uma avaliação criteriosa, conciliar os interesses de ambientalistas, produtores rurais e demais usuários, em prol da conservação socioambiental. Assim, acreditamos que o desafio de proteger os recursos naturais da Serra da Canastra não depende da retirada das atividades humanas do parque, e sim, pelo contrário, deve considerar a população ali fixada como aliada.

---

[47] Informação obtida no sítio: http://megaminas.globo.com/mgtv/noticias, em novembro de 2006.

Diversas pesquisas sobre os conflitos territoriais gerados pela criação de *unidades de conservação de proteção integral* – como Diegues e Nogara (1999) e Nunes (2003) – revelam que, em muitos casos, embora houvesse condições de negociar a permanência das atividades humanas na área, isso não foi feito. Aqueles autores referem-se a territórios ocupados historicamente por populações tradicionais que, ao longo desse processo de apropriação, estruturaram um sistema produtivo de baixo impacto, adaptado as especificidades naturais desses espaços. Nessas circunstâncias, os autores defendem que, com adequações técnicas e novos arranjos socioeconômicos, teria sido viável a permanência dos indivíduos em seus territórios de vida e trabalho.

No território da Serra da Canastra – onde uma *unidade de conservação de proteção integral* atualmente coexiste com algumas atividades produtivas que, se bem manejadas, pouco degradam o meio ambiente – acreditamos ser viável conciliar interesses agropecuários e turísticos, permitindo a permanência dos camponeses. Para que isso ocorra, porém, há alguns desafios a enfrentar.

O principal deles é o fortalecimento de suas entidades representativas. A fim de ampliar o mercado do queijo canastra, esses produtores rurais terão que se organizar politicamente, transformando a Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas (SAROMCREDI) numa agência local de desenvolvimento socioeconômico. Para isso, precisam ser mais participativos e atuar de forma direta na gestão dessa cooperativa, de modo a construir estratégias solidárias que possibilitem a redução dos custos de produção e melhores condições de comercialização.

Além da organização política, os camponeses terão que diversificar sua produção, para que não dependam somente dos queijos. Os sistemas agroflorestais e orgânicos apresentam-se como opções viáveis e rentáveis, para os quais se requer incentivos econômicos e fiscais,

além de apoio técnico. Existem exemplos que podem ser adaptados e reaplicados à realidade socioambiental da Serra da Canastra.

O turismo também poderá se tornar uma opção para aquelas propriedades que possuem atributos naturais e vantagens locacionais (proximidade de belezas naturais e das vias de maior circulação de turistas). No entanto, mesmo nessas propriedades, o turismo deve ser considerado uma atividade complementar, pois, como foi descrito no Capítulo 3, os camponeses não conseguem sobreviver somente com a renda gerada por essa atividade e provavelmente continuarão dependentes da produção agropastoril. Nesse caso, recomenda-se a elaboração de estudos de viabilidade econômica, antes de se tomar a decisão de investir em infra-estrutura de hospedagem e alimentação. Estudos técnicos e socioambientais poderão ser feitos por meio de convênios com universidades e centros de pesquisa. Caberia à SAROMCREDI liderar esse processo e construir essas parcerias, passando a exercer o papel de agência de desenvolvimento, proposto neste capítulo.

Os camponeses têm, portanto, grandes desafios a enfrentar, para que possam permanecer no território de ampliação do parque. Além de incorporar novas técnicas de manejo agropastoril, que conservem os recursos naturais e propiciem o aumento da renda, é necessário que fortaleçam suas entidades representativas, transformando-as em verdadeiros espaços de participação e solidariedade. Dessa forma, acreditamos que esses sujeitos se tornarão parceiros do parque. Ao Estado, por sua vez, cabe apoiar essas mudanças de forma efetiva, revendo conceitos e promovendo políticas intersetoriais entre os órgãos que atuam naquele território, de modo que a sociedade local vislumbre vantagens em conviver com uma unidade de conservação. Ainda que esse caminho pareça distante e controverso, acreditamos que não é retirando os camponeses dos seus territórios de vida e trabalho que as nascentes do rio São Francisco e a biodiversidade do seu entorno estarão protegidas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.C.de. Homem e natureza: por uma política de meio ambiente para o Brasil. **Espaço e Natureza**. Presidente Prudente, n.15, p.6-17, setembro de 1993.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, colher, comer:** um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. 181 p.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito:** estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. 6 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982. 284 p.

CASSETI, W. A natureza e o espaço geográfico. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.** Curitiba: UFPR, 2004. p.145-163.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa. In: CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991. p.77-106.

DIEGUES, A.C.S. **O mito da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec USP, 2001. 169 p.

DIEGUES, A.C.S.; NOGARA, P.J. **O nosso lugar virou parque:** estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá – Paraty – Rio de Janeiro. 2 ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999. p.165.

EMATER. **Caracterização da microrregião da Canastra como produtora do queijo minas artesanal.** São Roque de Minas, 2004.

FARIA, A.F.de. São Roque de Minas: raízes históricas e sua atualidade.1986. (Produção do próprio autor – historiador local).

FERNANDES, B.M. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar.** Disponível em: < http:// www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>, Acesso em: 20/11/2005.

FREITAS, S. M. de. **História oral**: possibilidades e procedimentos São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano 2000.** Disponível em:<http://www.fjp.gov.br>, Acesso em: 05/03/2005.

GOLDEMBER, J. Energia. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). **Meio ambiente no século 21:** 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 171-181.

GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental**. SADER, E (Org.). Rio de Janeiro: Record, 2004. 179 p. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização)

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 14 ed. Campinas: Papirus, 2003. 56 p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

IBAMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra.** Brasília: MMA/IBAMA, 2005. CD-ROOM.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996.** Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/.html >, Acesso em: 15/06/2005.

IMA. **Programa de cooperação técnica Brasil/França/Minas Gerais:** relatório da visita da missão francesa e técnicos da FERT às regiões produtoras de queijos artesanais da Canastra, Serro e Serra do Salitre. Belo Horizonte, 2000.

LEFEVBRE, H. **O marxismo**. 3.d. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963. 134 p.

LEFF, H. **Epistemologia ambiental**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1993. 240 p.

LIMA, R. E. **Cooperativismo de crédito:** o caso de São Roque de Minas/MG, 2003. 84 f. Monografia (Especialização) - Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais, Pontifícia Universidade Católica e Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

LOPES, D.L. Diário de campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. In: WITHAKER, D.C. **Sociologia rural:** questões metodológicas emergentes. Presidente Wenceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002. p.135-142.

LOURENÇO, L.A.B. **A Oeste das Minas:** escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista: Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: EDUFU, 2005. 353 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC:** lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 3 ed. Brasília: MMA/SBF, 2003. 52 p.

_____. **Plano Nacional de Áreas Protegidas.** Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/plano_completo.pdf>, Acesso em: 15/05/2006.

NOVAES, W. Agenda 21. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). **Meio ambiente no século 21:** 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 320-331.

NUNES, M. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP.** 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U. de.; MARQUES, M.I.M. (Org.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p.29-70.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001. 164 p. (Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA, L.C.de A. **Produtores rurais e Parque Nacional:** um estudo de caso na Serra da Canastra – MG. 121 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Pós-Graduação em Administração Rural, Escola Superior de Agricultura de Lavras – Minas Gerais, 1993.

OLIVEIRA, S.de O. **O meu pequeno mundo.** Piumhi, Minas Gerais, 1974.

PETRONE, P. Povoamento e colonização. In: AZEVEDO, A. de. **Brasil:** a terra e o homem. Volume II – A vida humana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1970. p. 127-158.

PRONAF 2005. **Ministério do Desenvolvimento Agrário.** Disponível em:<http://www.mda.gov.br>, Acesso em: 05/06/2005.

RAFFESTIN, C. O que é território? In: RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. p. 144-163.

RIBEIRO, R. F. **Florestas anãs do sertão:** o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 480 p.

RODRIGUES, C. L. Desafios em torno da participação de populações tradicionais na conservação da Mata Atlântica: o caso do projeto de Preservação da Mata Atlântica e a experiência do Comitê de Gestão do Parque Nacional da Ilha do Cardoso. In: OLIVEIRA, A. de O.; MARQUES, M.I.M. (Org.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 181-202.

RODRIGUES, G.S.S.C. **Representações sociais:** Parque Nacional da Serra da Canastra. Dissertação (mestrado) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

RODRIGUES, A.B. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. RODRIGUES, A.B (Org.). **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 133-150.

SAINT-HILAIRE, A de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco.** 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004. 190 p.

SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. de. **Cerrado:** ambiente e flora. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. 556 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 2 reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos)

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M.A.V. **Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do SUL**. Porto Alegre, 2000. Disponível em:<htttp://www.ufrgs.br/pgdr/publicacaoes/publicações.html>, acessado em 20/12/2006.

SILVA, A.M; PINHEIRO, M.S de F.; FREITAS, N.E. **Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos:** projetos de pesquisa, monografias, dissertações, teses. 4ed. ver. ampl. Uberlândia: EDUBU, 2004.

SILVEIRA, M.A.T.da. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. RODRIGUES, A.B (Org.). **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 133-150.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. **Colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

VALVERDE, O. Geografia da pecuária no Brasil. In: VALVERDE, O. **Estudos de Geografia agrária brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1985. p.193-230.

_____. Metodologia da geografia agrária. In: AGB. **Reflexões sobre a geografia**. Coord. J.M.de Gusmão. São Paulo, 1980. p.53-80 (Coleção Geografia Ontem e Hoje).

VIOLA, E. Relações internacionais. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). **Meio ambiente no século 21:** 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 183-197.

XAVIER, G.A. **Um estudo do turismo sustentável em São Roque de Minas:** portal do PARNA Canastra. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

WOORTMANN, E.F. O sítio camponês**.** Edições UFC**,** 1983. **Anuário Antropológico**, 81, p.164-203.

ANEXOS

1) ROTEIRO PARA PESQUISA DE CAMPO

Este roteiro foi utilizado como guia de observação e entrevistas.

1. A família e a mão-de-obra disponível:

a) a história e a trajetória de acumulação da família;

b) a mão-de-obra familiar disponível (a quantidade e a qualidade, as divisões de gênero e de idade, os períodos de disponibilidade, etc.);

c) eventualmente, a mão-de-obra não familiar utilizada, tais como assalariados, mutirões, trocas de dias de trabalho, formas coletivas de trabalho (a quantidade, a qualidade, as relações de trabalho, etc.);

2. A unidade de produção:

a) os meios de produção disponíveis – terra, instalações e equipamentos (a quantidade e a qualidade, a modalidade de aquisição, os períodos de disponibilidade, a utilização efetiva);

b) o acesso a recursos externos (o financiamento, os subsídios, a infra-estrutura, etc.);

c) eventualmente, a relações sociais que garantem o acesso a esses recursos e os meios de produção (arrendamento, condomínios, cooperativas, etc.);

d) as principais produções (os diferentes sistemas de cultivo e de criação).

3. Os sistemas de cultura:

a) os consórcios e as rotações de culturas;

b) os itinerários técnicos (a sucessão de operações realizadas, as quantidades e a qualidade de cada recurso utilizado) e os calendários de trabalho;

c) os problemas técnicos enfrentados;

d) o nível e o destino da produção.

4. Os sistemas de criação:

a) os itinerários técnicos;

b) as relações com os sistemas de cultivo (a utilização de pastagens, as capineiras, os grãos, o fornecimento de esterco, etc.);

c) os problemas técnicos;

d) o nível e o destino da produção.

5. Os sistemas de processamento dos produtos

6. As atividades complementares (extrativismo, atividades necessárias à subsistência da família, prestação de serviços ou trabalho fora da propriedade, atividade não agrícolas, etc.).